

Divulgação Voluntária da Informação e  
Sustentabilidade: estudo aplicado às IPSS  
Portuguesas  
Ana Sofia Ferreira Teixeira da Silva Costa

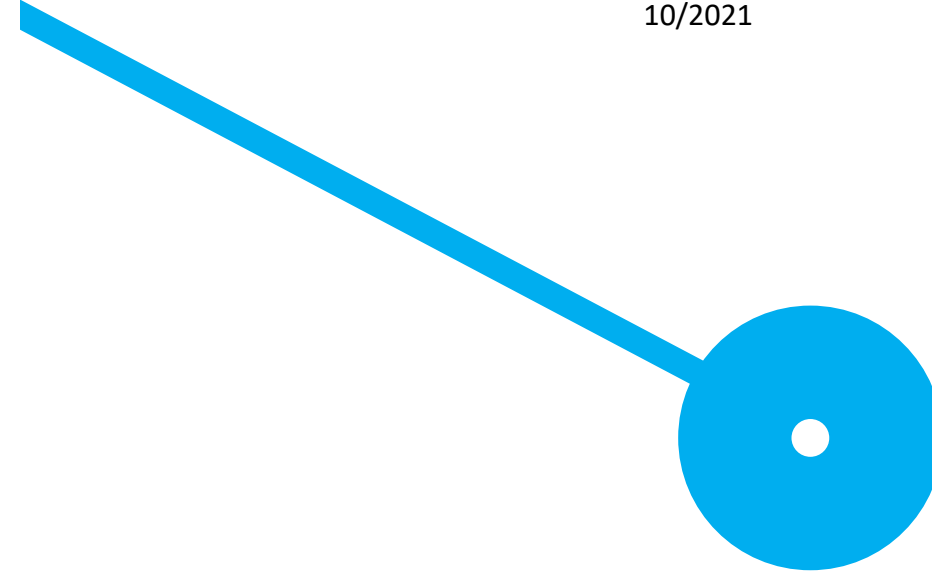
10/2021

Ana Sofia Ferreira Teixeira da Silva Costa. Divulgação Voluntária da Informação e  
Sustentabilidade: estudo aplicado às IPSS Portuguesas

# Divulgação Voluntária da Informação e Sustentabilidade: estudo aplicado às IPSS Portuguesas

Ana Sofia Ferreira Teixeira da Silva Costa

10/2021





# Divulgação Voluntária da Informação e Sustentabilidade: estudo aplicado às IPSS Portuguesas

Ana Sofia Ferreira Teixeira da Silva Costa

Orientadores:

Prof. Doutora Amélia Oliveira Carvalho

Prof. Doutora Vanda Marlene Monteiro Lima

*in memoriam*

a José Carlos Meneses Pinto Viana

à minha querida Tânia Boavida

## AGRADECIMENTOS

O meu primeiro e mais profundo agradecimento é dirigido às minhas orientadoras, Professora Doutora Amélia Carvalho e Professora Doutora Vanda Lima um reconhecimento sem igual pela dupla inextinguível que formaram e que me trouxe, entre muita exigência e rigor, mas sobretudo apoio e suporte, a um dia tão feliz como o de hoje. Conseguimos concretizar o que tantas vezes me parecia inalcançável, fico-vos eternamente grata.

A conclusão deste projeto é, também, fruto de uma multiplicidade indizível de interações ao longo de quase duas décadas de trabalho no setor da economia social, por isso, a cada uma das pessoas com as quais tive o privilégio de me cruzar o meu profundo agradecimento, muito especial àquelas com as quais privei na Associação do Porto de Paralisia Cerebral e no Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom e ao Prof. Filipe Pinto de quem ouvi pela primeira vez o termo *accountability*.

Às Instituições Particulares de Solidariedade Social e às organizações que as agregam e representam um enorme obrigada pela forma tão generosa e acolhedora com que aceitaram participar nesta investigação, desde os primeiros contactos, ao preenchimento do questionário até à curiosidade e interesse acerca dos resultados foram de uma colaboração sem igual.

Aos meus pais, à minha Tia Bela e à minha eterna avó Maria Beleza obrigada pela forma audaz como me educaram e me prepararam para a vida.

À Tânia e ao Bruno, obrigada pela vossa presença em todos os momentos importantes e muito obrigada pelos sobrinhos maravilhosos que me completam e me permitem ser *a mais fixe da família*; Ricardo e Carolina estarei sempre aqui para vós.

Aos meus amigos mais próximos Liliana, Sara, Magalie, André e Delmar obrigada por estarem sempre presentes e muito obrigada pelo apoio e pela partilha constantes que nos fazem ver e ter, sobretudo, o lado bom da vida.

Aos meus sogros por acompanharem os meus filhos nas minhas ausências e pela genuína preocupação.

Ao Ricardo, companheiro de sempre, fonte de cuidado, pilar de apoio, exemplo de amizade e amor, obrigada por me fazeres tão feliz.

Aos meus filhos, Gonçalo e Benedita, as minhas fontes inesgotáveis de felicidade e gratidão, desculpem algumas ausências e permitam-me continuar a desempenhar o papel mais importante da minha vida.

Um privilégio inigualável ter a oportunidade de demonstrar tanta gratidão e ter tanto a quem agradecer.

## RESUMO

Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (17 ODS) acolhem as missões das organizações da economia social e desafiam-nas em termos de gestão a serem “*eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis*” (meta 16.6) e “*garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis*” (meta 16.7).

Em todo o mundo, a dimensão, a importância e crescimento destas organizações apontam no sentido ascendente. Em Portugal o terceiro setor é muito expressivo na economia, nomeadamente na área social. As organizações de economia social (mais de 5 mil) são as mais representativas na área social, de saúde e de apoio humano, e possuem um estatuto especial de instituição privada de solidariedade social (IPSS). A forte dependência de fundos estatais, subsídios ou arrecadação de fundos sociais exige uma forte transparência, para demonstrar o verdadeiro e real gasto dos gastos em suas missões.

Sendo o *accountability* um dever e uma oportunidade para estas organizações, dadas as reduzidas investigações neste âmbito em Portugal, desenvolvemos esta pesquisa, com uma amostra representativa das IPSS portuguesas, com o objetivo de conhecer e analisar as suas práticas de divulgação voluntária da informação. Para tal, foi (1) criado e validado um índice de divulgação voluntária de informação, específico para o setor, composto por cinquenta indicadores, agregados em seis fatores, nomeadamente perfil organizacional, estratégia, ética, *governance*, partes interessadas e práticas de relato, que integram sustentabilidade económica, social e ambiental; (2) identificadas as informações relevantes mais frequentemente divulgadas e (3) verificadas relações entre o nível de divulgação voluntária da informação e (a) dimensão da organização; (b) número de beneficiários / utentes; (c) idade; (d) a existência de sistemas de gestão certificados; (e) forma jurídica; (f) localização. E como objetivo final verificamos a perceção geral do *board* sobre a divulgação voluntária de informações.

Os resultados mostram que a maioria das organizações reconhece a importância da divulgação voluntária da informação, mas as suas práticas de divulgação são globalmente fracas e insuficientes.

**Palavras-chave:** *accountability*, divulgação voluntária, economia social, terceiro setor, sustentabilidade

## **ABSTRACT**

The Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda (17SDG) embrace the missions of social economy organizations and challenge them in terms of management to be “effective, accountable and transparent at all levels” (target 16.6) and “ensure the responsible inclusive and participatory decision-making and representative at all levels” (target 16.7).

Worldwide, the importance and growth of these organizations have been very expressive in the last decade. In Portugal the third sector are very expressive in the economy, particularly in the social area. The social economy organizations (more than 5 thousand) are the most representative in the social, health and human support, and have a special statutory of private social solidarity institution (IPSS). The strong dependence of state funds, subsidies or social fundraising demands a strong transparency, to demonstrate the true and real spend of expenses in his missions.

As the accountability is a duty and an opportunity for these organizations, given the limited investigations in this area in Portugal, we developed this research, with a representative sample of all Portuguese IPSS, with the aim of knowing and analyzing their practices in information voluntary disclosure. Therefore, it was (1) created and validated an information voluntary disclosure index, specific to this sector, composed of fifty indicators, aggregated into six factors, namely organizational profile, strategy, ethics, governance, stakeholders and reporting practices, which integrates economic, social and environmental sustainability; (2) identified the most frequently disclosed relevant information and (3) verified relationships between the level of information voluntary disclosure and (a) the size of the organization; (b) number of beneficiaries / direct stakeholders; (c) the age; (d) the certified management systems; (e) legal form or the location. And as a final goal we captured the general perception of the board to the information voluntary disclosure.

The results show that most organizations recognize the importance of voluntary disclosure of information, but their disclosure practices are globally weak and insufficient.

**Keywords:** Accountability, Voluntary Disclosure, Third Sector, Social Economy, Sustainability

# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	<b>6</b>
2.1. CONCEITOS CHAVE	6
2.1.1. A ECONOMIA SOCIAL	6
2.1.2. AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS)	9
2.1.3. ACCOUNTABILITY E DIVULGAÇÃO	12
2.1.3.1. ACCOUNTABILITY: O QUE É E O QUE NÃO É	14
2.1.3.2. TIPOLOGIAS DE ACCOUNTABILITY	18
2.1.3.3. MECANISMOS DE ACCOUNTABILITY: MEIOS, FERRAMENTAS E PROCESSOS	20
2.1.4. SUSTENTABILIDADE	26
2.1.4.1. O CONCEITO NAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL	27
2.1.4.2. ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL	31
2.1.5. FRAMEWORKS PARA A AVALIAÇÃO E RELATO	33
2.2. TEORIAS DE SUPORTE	42
2.2.1. TEORIA DOS STAKEHOLDERS E A DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO	42
2.2.2. OUTRAS TEORIAS NA ABORDAGEM À DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO	47
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>50</b>
3.1. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	50
3.2. ESQUEMA DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES	52
3.3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	57
3.4. OPERACIONALIZAÇÃO DE DADOS	63
3.4.1. RECOLHA DE DADOS	63
3.4.2. SELEÇÃO E TAMANHO DA AMOSTRA	64
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b>	<b>65</b>
4.1. ANÁLISE DESCRITIVA DA AMOSTRA	65
4.2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	69
4.3. DISCUSSÃO DE RESULTADOS	95
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>99</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>102</b>
<b>7. APÊNDICES</b>	<b>110</b>
I. CORRESPONDÊNCIA REFERENCIAIS PARA RELATO E DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA	110
II. CORRESPONDÊNCIA GRI – GLOBAL REPORTING INICIATIVE E ÍNDICES CRIADOS POR OUTROS AUTORES	117
III. QUESTIONÁRIO USADO PARA A RECOLHA DE DADOS	120

## Índice de Figuras

Figura 1 - Distribuição dos principais indicadores segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (2019) .....	8
Figura 2 - Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (2019).....	9
Figura 3 - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.....	28
Figura 4 - Descrição geral esquemática da NP ISO26000.....	35
Figura 5 - Descrição geral esquemática da NP4469:2019.....	37
Figura 6 - Descrição geral esquemática da AA1000SES.....	38
Figura 7 - Descrição geral esquemática do GRI.....	39
Figura 8 - Esquema de Investigação relativo à Divulgação Voluntária da Informação nas organizações da economia social.....	52

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Peso das IPSS, nos grupos de entidades da Economia Social.....	10
Gráfico 2 - Distribuição dos benefícios fiscais das entidades da economia social, tipo de imposto .....	11
Gráfico 3 - Distribuição dos benefícios fiscais das entidades da economia social, por grupo de entidades .....	11
Gráfico 4 - Peso dos benefícios fiscais das entidades da Economia Social.....	11

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Correspondência objetivos de investigação, hipóteses e análise estatística a realizar .....	52
Tabela 2 - Tabela de sinais esperados para cada uma das hipóteses.....	57
Tabela 3 - Sub-índices para a divulgação voluntária da informação .....	58
Tabela 4 - Natureza das variáveis .....	59
Tabela 5 - Índice para a divulgação voluntária da informação das organizações da economia social .....	62
Tabela 6 - Forma Jurídica das IPSS em Portugal e na amostra .....	64
Tabela 7 - Forma jurídica das organizações da economia social que compõem a amostra .....	65
Tabela 8 - Ano de constituição das organizações da economia social que compõem a amostra.....	65
Tabela 9 - Volume orçamental das organizações da economia social que compõem a amostra .....	66
Tabela 10 - Número de colaboradores assalariados das organizações da economia social que compõem a amostra .....	66
Tabela 11 - Número de voluntários das organizações da economia social que compõem a amostra.....	66
Tabela 12 - Número de utentes / beneficiários apoiados das organizações da economia social que compõem a amostra .....	67
Tabela 13 - Local da Sede das organizações da economia social que compõem a amostra.....	67
Tabela 14 - Certificação do sistema de gestão das organizações da economia social que compõem a amostra .....	67
Tabela 15 - Função / cargo que a pessoa com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação ocupa na organização da economia social.....	68
Tabela 16 - Tempo de serviço na função da pessoa com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação da organização da economia social.....	68
Tabela 17 - Análise de componentes principais relativa às práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social.....	69
Tabela 18 - Análise fatores extraídos do Fator 1 - perfil organizacional .....	70
Tabela 19 - Análise fatores extraídos do Fator 4 - Governance.....	70
Tabela 20 - Análise de componentes principais relativo à importância.....	71
Tabela 21 - Análise Descritiva da Importância atribuída aos 50 indicadores do Índice de Divulgação Voluntária da Informação, pelas organizações da economia social da amostra.....	72
Tabela 22 - Análise Descritiva da Importância atribuída a cada sub-índice (fator) do Índice de Divulgação Voluntária da Informação, pelas organizações da economia social da amostra.....	72
Tabela 23 - Práticas de Divulgação da Informação das organizações da economia social da amostra .....	73
Tabela 24 - Análise da Moda e Percentis das Práticas de Divulgação da Informação das organizações da economia social da amostra, por sub-índice (ou fator).....	73
Tabela 25 - Análise percentual das Práticas de Divulgação da Informação das organizações da economia social da amostra, por sub-índice (ou fator).....	74
Tabela 26 - Indicadores do sub-índice Perfil Organizacional (fator 1), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra.....	74
Tabela 27 - Indicadores do sub-índice Estratégia (fator 2), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra .....	75
Tabela 28 - Indicadores do sub-índice Ética (fator 3), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra .....	75
Tabela 29 - Indicadores do sub-índice Governance (fator 4), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra .....	75
Tabela 30 - Indicadores do sub-índice Envolvimento dos Stakeholders (fator 5), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra .....	76

Tabela 31 - Indicadores do sub-índice Práticas de Relato (fator 6), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra.....	76
Tabela 32 - Medidas Simétricas para as variáveis número de clientes (utentes / beneficiários) apoiados e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	77
Tabela 33 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis número de utentes e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	77
Tabela 34 - Medidas Simétricas para as variáveis volume orçamental e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	78
Tabela 35 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis volume orçamental e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	79
Tabela 36 - Medidas Simétricas para as variáveis idade e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	79
Tabela 37 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis idade e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	80
Tabela 38 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis forma jurídica e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	80
Tabela 39 - Medidas Simétricas para as variáveis forma jurídica e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	81
Tabela 40 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis forma jurídica e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	81
Tabela 41 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis localização e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	82
Tabela 42 - Medidas Simétricas para as variáveis localização e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	82
Tabela 43 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis localização e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	83
Tabela 44 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis localização e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	84
Tabela 45 - Medidas Simétricas para as variáveis função e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	84
Tabela 46 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis função do responsável pela divulgação voluntária da informação e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra....	85
Tabela 47 - Teste paramétrico ANOVA para variável percentagem de divulgação por sub-índice (ou fator).....	86
Tabela 48 - Comparação de médias da percentagem de indicadores divulgados por sub-índice e a função que a pessoa responsável pela divulgação voluntária da informação ocupa na organização da economia social.....	86
Tabela 49 - Tabela resumo de comparações múltiplas para identificação de pares discriminantes, para os 50 indicadores do índice de divulgação voluntária de informação e para cada um dos seus sub-índice (ou fatores).....	87
Tabela 50 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis função e importância atribuída às práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	89
Tabela 51 - Medidas Simétricas para as variáveis função e importância atribuída às práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	89
Tabela 52 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis função do responsável pela divulgação voluntária da informação e importância atribuída às práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	90
Tabela 53 - Medidas Simétricas para as variáveis percepção geral do responsável pela divulgação voluntária da informação e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	91
Tabela 54 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis percepção geral do responsável pela divulgação voluntária da informação e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	91
Tabela 55 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis sistemas de gestão certificados e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	92
Tabela 56 - Medidas Simétricas para as variáveis sistema de gestão certificados e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	92
Tabela 57 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis existência de sistemas de gestão certificados e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	93
Tabela 58 - Medidas Simétricas para as variáveis número de colaboradores assalariados e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra.....	94
Tabela 59 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis número de colaboradores assalariados e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra.....	94



# 1. INTRODUÇÃO

*O começo de todas as ciências é o espanto de as coisas serem o que são.*  
Aristóteles

Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (17 ODS) acolhem as missões das organizações da economia social e desafiam-nas em termos de gestão a serem “*eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis*” (meta 16.6) e “*garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis*” (meta 16.7).

Em todo o mundo a dimensão, a importância e crescimento destas organizações apontam no sentido ascendente (Salamon & Anheier, 1997; Galvez-Rodriguez, *et al.*, 2012; Anheier *et al.*, 2013; Connolly *et al.*, 2013; Gazzola & Ratti, 2014; Roslan, *et al.*, 2017), ainda que a definição do setor em si tenha idiosincrasias próprias.

Em Portugal, as organizações que constituem o setor da Economia Social<sup>1</sup>, merecem atenção, pois, de acordo com os resultados apresentados na respetiva Conta Satélite (CASES, 2019), com dados reportados a 2016, esta representou 3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado na economia nacional<sup>2</sup>. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da economia social aumentaram respetivamente 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente). O setor caracteriza-se por grande heterogeneidade (múltiplas áreas de atividade), assumindo destaque a área da ação e segurança social por ser a principal atividade económica, gerando 54,6% do emprego remunerado e 44,7% do VAB gerado pelo setor (CASES, 2019).

Quer pelo dever moral associado à atividade (Jones & Mucha, 2014; Gazzola & Ratti, 2014) e ao uso de dinheiro público (Pavaloaia, *et al.*, 2017), quer pela necessidade de atrair e reter recursos (Jones & Mucha, 2014; Gazzola & Ratti, 2014; Dall’Agnol *et al.*, 2017; Moreno-Alcarracín *et al.*, 2021) e responder à pressão de doadores, reguladores (Ebrahim, 2010; Gazzola & Ratti, 2014; Fitzgibbon, 2021) e beneficiários (Cordery *et al.*, 2019; Hu *et al.*, 2019), ou para mitigar a gestão danosa denunciada nos meios de comunicação social (Ebrahim, 2010; Suykens *et al.*, 2021), estas organizações precisam de se posicionar como confiáveis e transparentes (Yang & Northcott, 2019), eficientes e eficazes (Brown & Moore, 2001; Moreno-Albarracín, *et al.*, 2020). Estão numa situação ideal para divulgarem informação clara e objetiva (Zainon *et al.*, 2014) em relação a quem são, o que fazem, como fazem, que resultados obtêm na prossecução da sua missão (Ebrahim, 2003a) e que impactos económicos, sociais e ambientais resultam da sua ação. Deverão, portanto, ser analisadas em termos de um processo de *accountability completo* (Yasmin & Ghafron, 2021).

Em Portugal têm a obrigação legal de publicar relatórios anuais (Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro), que são orientados pelo normativo contabilístico próprio em termos de relato financeiro para o setor (Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março e respetivas Portaria e Avisos

integradores do normativo) mas são incipientes as investigações que permitam concluir acerca do cumprimento desse requisito, ou da correspondência às recomendações internacionais de avaliação e relato de sustentabilidade económica, social e ambiental. Perante essa lacuna, desenvolvemos esta investigação, com uma amostra representativa das IPSS portuguesas (mais de 5 mil), com o objetivo de conhecer e analisar as suas práticas de divulgação voluntária da informação. Para tal, foi (1) criado e validado um índice de divulgação voluntária de informação, específico para o setor, que integra a sustentabilidade económica, social e ambiental; (2) identificada a informação relevante mais frequentemente divulgada e (3) verificada relação entre o nível de divulgação voluntária da informação e (a) dimensão da organização; (b) número de beneficiários / utentes; (c) idade; (d) a existência de sistemas de gestão certificados; (e) forma jurídica; (f) localização e (g) perceção geral de divulgação voluntária da informação da pessoa responsável pela mesma.

Esperamos do estudo uma indicação para que as práticas de divulgação voluntária da informação sejam reconhecidas como importantes e constituam a maioria dos indicadores do índice; sejam influenciadas por um conjunto de variáveis organizacionais-chave, como sejam o número de utentes, o volume orçamental, a idade das organizações e a existência de sistemas de gestão certificados, ainda, a perceção sobre divulgação, ou pela sua forma jurídica e localização.

A dissertação encontra-se organizada em 5 capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, ao qual se segue o capítulo da revisão da literatura que explana os temas abordados neste estudo, ao nível dos conceitos-chave e das principais teorias de suporte. O capítulo 3 apresenta os objetivos da investigação, o esquema de investigação e as hipóteses desenvolvidas e, ainda, o procedimento metodológico. No capítulo 4 é feita a apresentação dos resultados empíricos e a sua discussão, partindo da análise descritiva da amostra. Por fim, no capítulo 5 é feita a síntese das questões teóricas e dos resultados obtidos, identificando as contribuições da dissertação, assim como as limitações e sugestões de investigação futura.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

*Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância.*

John F. Kennedy

### 2.1. Conceitos Chave

#### 2.1.1. A Economia Social

Em Portugal são reconhecidos 3 setores de propriedade dos meios de produção: o público, o privado e o cooperativo e social (Constituição da República Portuguesa, 2005). Este último, atualmente estruturado pela Lei de Bases da Economia Social (Lei 30/2013, de 8 de maio) poderá ser entendido como o principal parceiro no Estado na execução de algumas das suas incumbências prioritárias, designadamente *“promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável;”* e *“promover a justiça social, assegurar a igualdade de oportunidades e operar as necessárias correções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento, nomeadamente através da política fiscal”* - artigo 81º da Constituição da República Portuguesa (2005).

A designação deste *setor cooperativo e social* e a definição das entidades que o constituem têm permitido algum debate nacional e internacional. O termo “Terceiro Setor”, é tipicamente utilizado em sociedades cujo estado social não apresenta grande tradição, como é o caso anglo-saxónico, caracterizado por um pensamento liberal, particularmente norte-americano (CASES, 2011). As designações de “Economia Social” e de “Economia Solidária”, têm uma tradição vincadamente europeia (CASES, 2011). Independentemente da terminologia, as organizações da economia social (setor não lucrativo ou terceiro setor) atuam a nível local, nacional ou internacional com uma missão social orientada para o bem da comunidade (Zainon *et al.*, 2014).

Conforme pode ler-se nas Origens do Sistema de Segurança Social em Portugal (Instituto de Segurança Social, 2021) este, *“poderá ter tido os seus primórdios nos esforços de monarcas e ordens religiosas para corresponder ao dever moral de proteção das situações de necessidade nos planos individual e familiar. As santas casas da misericórdia que se multiplicaram por todo o país a partir da fundação da primeira Irmandade da Misericórdia, pela Rainha D. Leonor, em 1498, tornaram-se o grande polo da assistência privada nos domínios da saúde e da ação social”*. Já o termo *economia social* teve origem europeia no século XVIII, congregando as atividades desenvolvidas pelas associações populares, cooperativas, mutualidades e mais tarde fundações, como resposta ao fenómeno da pobreza de algumas parcelas da população, como resultado da exploração do trabalho e da modernização industrial (Campos & Ávila, 2012).

Desde o fim do século XX que foi assumida a necessidade de desenvolver uma definição geral do setor (Salamon & Anheier, 1997). A definição que pareceu mais útil foi a de cariz 'estrutural / operacional', que inclui no setor sem fins lucrativos organizações que têm cinco características básicas, designadamente: são formais, de natureza privada, sem distribuição de lucros, autogovernadas e constituídas voluntariamente (Salamon & Anheier, 1997).

A Resolução do Parlamento Europeu sobre a Economia Social, de 19 de Fevereiro de 2009, sublinhou que *“a economia social, ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica”*.

Atualmente, a definição concetual de economia social na Europa (União Europeia - Comité Económico e Social, 2017) propõe uma abrangência maior, mais ampla e até evolutiva daquilo que constitui o setor a que se dá o mesmo nome em Portugal. Apesar disso, não sendo o nosso objeto a discussão sociológica e económica que subjaz às terminologias e aceitando a Lei de Bases da Economia Social, optaremos por usar neste estudo a referência a organizações da Economia Social, já que tratamos, nesta investigação, de organizações com o cariz social.

No nosso país, o setor da Economia Social pode ser avaliado exhaustivamente na sua dimensão económica e nas principais características a partir da informação fornecida pela Conta Satélite da Economia Social (CASES, 2019), um instrumento estatístico que conta com três edições com dados respeitantes aos anos de 2010, 2013 e, mais recentemente, 2016.

De acordo com a informação mais recente publicada em 2019 (CASES, 2019), em 2016 eram 71 885 as entidades da Economia Social, e representavam 3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado na economia nacional<sup>1</sup>. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da economia social aumentaram respetivamente 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente).

Este setor caracteriza-se por grande heterogeneidade (múltiplas áreas de atividade), assumindo destaque a área da ação e segurança social por ser a principal atividade económica, gerando 54,6% do emprego remunerado e 44,7% do VAB da Economia Social (CASES, 2019).

---

<sup>1</sup> expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho Equivalentes a Tempo Completo – ETC)

Figura 1 - Distribuição dos principais indicadores segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFLTS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)	Emprego	Emprego remunerado	VAB
	N.º	ETC	ETC	10 <sup>6</sup> Euros
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722	12 048	11 789	242
B - Educação	2 594	29 966	29 811	671
C - Saúde	2 386	75 503	75 460	1 186
D - Serviços sociais	6 978	70 196	70 000	1 170
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	714	702	10
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106	2 606	2 439	37
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912	2 797	2 769	50
H - Filantropia e promoção do voluntariado	322	190	186	3
I - Religião	8 533	9 802	9 797	175
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815	8 268	8 128	153
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547	5 976	5 775	303
L - Outras atividades	2 244	18 222	18 030	821
<b>Economia Social</b>	<b>71 885</b>	<b>236 288</b>	<b>234 886</b>	<b>4 819</b>
<b>Economia Nacional</b>	-	<b>4 419 870</b>	<b>3 839 523</b>	<b>162 226</b>
<b>Economia Social / Economia Nacional</b>	-	<b>5,3%</b>	<b>6,1%</b>	<b>3,0%</b>

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2019)

Noutros países, como por exemplo os Estados Unidos, à escala, a realidade não é muito diferente. Em 2011, de acordo com o *Urban Institute* (Jones & Mucha, 2014) havia mais de 1,4 milhões de organizações sem fins lucrativos, com mais de 3 triliões de dólares em ativos e contribuindo com mais de 779 biliões de dólares em bens e serviços para a economia nacional. Esta atividade representa 5,4% do PIB – produto interno bruto, 9% dos salários pagos e mais de 10% dos empregos remunerados, com uma taxa de crescimento nas últimas duas décadas que excede o setor privado e público. Em Itália, por exemplo, estas organizações representam 4,3% do PIB e 2,5% dos empregos (Gazzola & Ratti, 2014). No Canadá, o setor é composto por cerca de 185000 organizações, emprega 13% da força do trabalho total do país e representa 8% do PIB (Farwell *et al.*, 2019). Um pouco por todos os países do mundo, os números que caracterizam o tamanho, importância e crescimento destas entidades não são discrepantes, apontam todos no sentido ascendente (Salamon & Anheier, 1997; Franco *et al.*, 2005; Galvez-Rodriguez *et al.*, 2012; Anheier *et al.*, 2013; Connolly *et al.*, 2013; Gazzola & Ratti, 2014; Roslan *et al.*, 2017;) ainda que a definição do setor em si tenha idiosincrasias próprias. De uma maneira geral, as organizações da economia social cresceram em número e visibilidade em muitas partes do mundo nas última 2 décadas (Ebrahim A. , 2003).

Dados relativos ao nosso país, retirados da respetiva Conta Satélite (CASES, 2019), mostram uma grande abrangência destas organizações (figura 1). Numa análise por grupos de entidades, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA) representam 92,9% do total e são responsáveis por 60,1% do VAB, 64,6% do emprego remunerado (ETC) e 61,9% das remunerações. O segundo maior grupo de entidades com maior peso relativo em termos de número de unidades, VAB e remunerações são as Cooperativas, enquanto as Misericórdias ocupam o mesmo segundo lugar em termos de emprego remunerado. As Associações Mutualistas, talvez pela inclusão de entidades do setor financeiro, apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional em ambos os casos.

Figura 2 - Distribuição dos principais indicadores por grupos de entidades (2019)

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 <sup>6</sup> Euros	10 <sup>6</sup> Euros	10 <sup>6</sup> Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 343	24 402	604 241	572 240	24,8	23,5
Associações mutualistas	97	4 842	387 971	212 094	80,1	43,8
Misericórdias	387	39 445	596 630	555 267	15,1	14,1
Fundações	619	14 113	332 321	304 296	23,5	21,6
Subsetores comunitário e autogestionário (SCA)	1 678	305	1 174	3 795	3,9	12,4
Associações com fins altruísticos (ACFA)	66 761	151 779	2 896 871	2 673 894	19,1	17,6
<b>Economia Social</b>	<b>71 885</b>	<b>234 886</b>	<b>4 819 210</b>	<b>4 321 587</b>	<b>20,5</b>	<b>18,4</b>
<b>Total da Economia</b>	-	<b>3 839 523</b>	<b>162 226 133</b>	<b>81 854 147</b>	<b>42,3</b>	<b>21,3</b>
<b>Economia Social / Economia Nacional</b>	-	<b>6,1%</b>	<b>3,0%</b>	<b>5,3%</b>	<b>48,6%</b>	<b>86,3%</b>

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2019)

No geral, estas organizações providenciam bens e serviços que melhoram a qualidade de vida das pessoas e das comunidades, muitas vezes promovem paz, equidade e justiça, também promovem empregos, oportunidades de voluntariado, programas de artes e educação e muitos outros benefícios que enriquecem as suas comunidades (Jones & Mucha, 2014).

Os bens e serviços produzidos e distribuídos por estas organizações, fazem com que estas organizações tenham características muito próprias, das quais destacamos:

1. A interação com uma multiplicidade de partes interessadas (Ebrahim, 2010; Costa *et al.*, 2011), entendidas estas pessoa(s) ou grupo(s) que tem um interesse em qualquer decisão ou atividade de uma organização (NP ISO26000:2011);
2. O dever ético de demonstrar transparência e fornecer uma explicação abrangente dos impactos positivos e negativos das suas operações para as partes interessadas, sobretudo para a comunidade envolvente (Costa *et al.*, 2011; Jones & Mucha, 2014);
3. A obrigação de usar os recursos de maneira responsável para cumprir a sua missão sendo a eficácia vista como a expressão máxima do seu desempenho (Hyndman & McConville, 2018; Moreno-Albarracin *et al.*, 2021) e
4. A integração na sociedade onde intervêm, que realça que as informações sobre as suas atividades são (ou devem ser) do conhecimento público (Jones & Mucha, 2014; Pavaloia *et al.*, 2017).

### 2.1.2. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

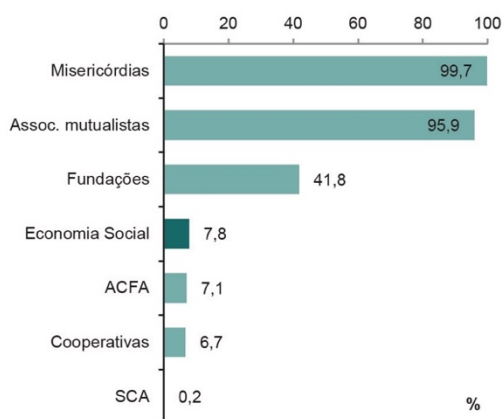
De acordo com o artigo 4º da Lei de Bases da Economia Social (Lei 30/2013, de 8 de maio), as entidades do setor compreendem, para além de outras, as cooperativas, as associações mutualistas, as misericórdias, as fundações; e as instituições particulares de solidariedade social não abrangidas em nenhuma das anteriormente referidas. Temos, portanto, em Portugal, um estatuto especial, legalmente enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (quinta alteração ao Decreto-Lei n.º

119/83, de 25 de fevereiro): as instituições particulares de solidariedade social definidas, nos termos do artigo 2º do mesmo Decreto-Lei como “as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”.

No mesmo documento, podemos verificar que estas instituições são reconhecidas pelo Estado por assumirem “na nossa sociedade, uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas, por via da sua atuação” (Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro). Para além disso, “adquirem uma outra e especial importância na dinamização das economias locais onde estão implementadas”. E assim, é reconhecida a sua “capacidade para responder com elevada eficácia às situações de emergência social e de apoio aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade”, o Estado quer assumir, com estas instituições “uma relação de Estado Parceiro estimulando e apoiando a atividade desenvolvida, bem como o aparecimento de novas e inovadoras respostas sociais” (Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro).

De acordo com a Conta Satélite (CASES, 2019), existem 5622 organizações com o estatuto de IPSS ou equiparado. Representam 7,8% do total de entidades da Economia Social e são maioritariamente constituídas por Associações com Fins Altruísticos (84,0%), Misericórdias (6,9%), Fundações (4,6%), Cooperativas (2,8%) e Associações Mutualistas (1,7%).

Gráfico 1 - Peso das IPSS, nos grupos de entidades da Economia Social



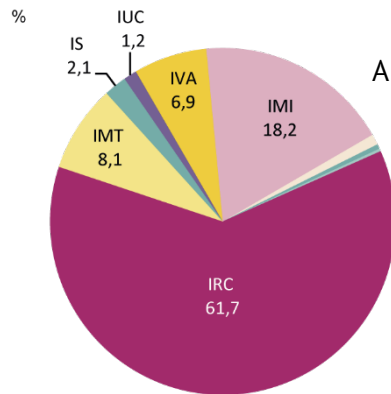
Analisando os dados de outra forma (peso das IPSS por grupo de entidades – gráfico 1), verificamos que mais de 95% das Misericórdias e Associações Mutualistas e menos de 10% do total de Cooperativas e de Associação com fins altruísticos possuem estatuto de IPSS. Em termos de atividade fundamental, as IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo nos serviços sociais (56,3%), seguindo-se a saúde (26,3%) e a educação (6,5%).

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2019)

A estrutura das remunerações é coerente com a distribuição do VAB, destacando-se a saúde (47,2%), seguindo-se os serviços sociais (40,4%) e a educação (9,2%). Em 2019, as IPSS reforçaram a sua importância no setor, representando 38,8% da produção, 44,2% do VAB, 51,5% das remunerações, 31,2% dos outros subsídios à produção e 63,1% do emprego remunerado (ETC). Ainda na Conta Satélite, podemos verificar que a partir da informação publicada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, foram identificadas 9.582 entidades da Economia Social com benefícios fiscais relativos ao período de

tributação de 2016, no montante global de 194,9 milhões de euros, correspondendo a cerca de 7,8% do total de benefícios fiscais listados pela Autoridade Tributária (por beneficiário e tipo de imposto) nesse mesmo ano (2.491,4 milhões de euros).

Gráfico 2 - Distribuição dos benefícios fiscais das entidades da economia social, tipo de imposto

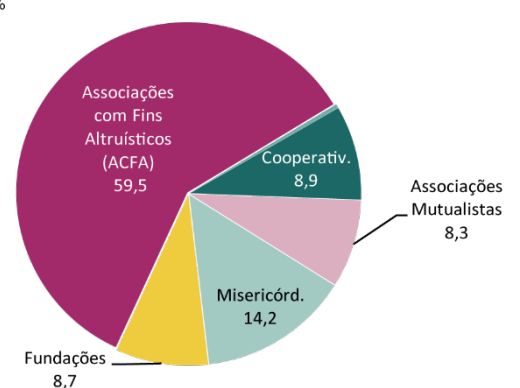


Analisando por tipo de imposto, verificamos que 61,7% dos benefícios fiscais destas entidades estão relacionados com o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), seguindo-se o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que representaram cerca de 18% do total de benefícios fiscais destas entidades.

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2019)

Gráfico 3 - Distribuição dos benefícios fiscais das entidades da economia social, por grupo de entidades

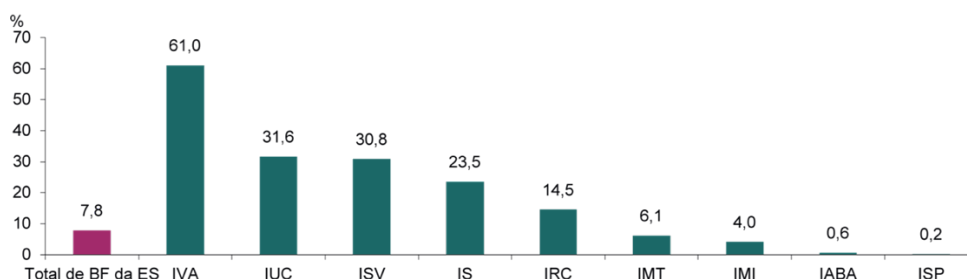
Analisando a distribuição de benefícios fiscais por grupos de entidades, as Associações com fins altruísticos congregaram 59,5% do total, seguindo-se as Misericórdias, com cerca de 14%.



Fonte: INE a partir de informação da Autoridade Tributária sobre os benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2016 (lista de beneficiários por tipo de imposto)

Quanto à importância dos benefícios fiscais nestas organizações, destacamos o peso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que representou 61,0% do total de benefícios fiscais; seguindo-se o Imposto Único de Circulação (IUC) e o Imposto sobre Veículos (ISV), no âmbito dos quais terão beneficiado de 31,6% e de 30,8%, respetivamente.

Gráfico 4 - Peso dos benefícios fiscais das entidades da Economia Social



Fonte: INE a partir de informação da Autoridade Tributária sobre os benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2016 (lista de beneficiários por tipo de imposto).

Portanto, no setor da Economia Social, há um conjunto alargado e crescente de organizações que beneficiam de um estatuto especial dada a natureza da sua atividade e configuração jurídica, que lhes confere direitos e regalias administrativas e fiscais.

Quer pelo dever moral associado à natureza da atividade (Jones & Mucha, 2014; Gazzola & Ratti, 2014) e ao uso de dinheiro público por transferências diretas e indiretas (Pavaloaia *et al.*, 2017), quer pela necessidade de atrair e reter recursos (Jones & Mucha, 2014; Gazzola & Ratti, 2014; Dall’Agnol *et al.*, 2017; Moreno-Albarracin *et al.*, 2021) e responder à pressão de doadores, reguladores (Ebrahim A. , 2010; Gazzola & Ratti, 2014; Fitzgibbon, 2021) e beneficiários (Cordery *et al.*, 2019; Hu *et al.*, 2019), quer pela gestão danosa denunciada nos meios de comunicação social (Ebrahim, 2010; Suykens *et al.*, 2021), estas organizações precisam de se posicionar como confiáveis, transparentes, eficientes e eficazes (Brown & Moore, 2001; Moreno-Albarracin *et al.*, 2020) e, por isso, estão em situação ideal para divulgarem informação clara e objetiva (Zainon *et al.*, 2014) em relação a quem são, o que fazem, como fazem, que resultados obtêm na prossecução da sua missão (Ebrahim A. , 2003b) e que impactos económicos, sociais e ambientais resultam da sua ação (Global Sustainability Standards Boards, 2014; Jones & Mucha, 2014; AccountAbility, 2018). O mesmo é dizer que estão numa posição privilegiada para serem analisadas em termos de *accountability*, justificando-se que permaneça na vanguarda do debate académico as questões da legitimidade e da confiança que lhes estão associadas (Yasmin & Ghafran, 2021).

### **2.1.3. *Accountability* e Divulgação**

Associada ao processo de *accountability*, está a necessidade ou oportunidade de divulgação, prática enquadrada na gestão socialmente responsável (ISO26000; Accountability1000), que se expressa no empreendimento de ações precedidas do estabelecimento de objetivos (Sanzo-Perez *et al.*, 2017) em concordância com a missão da organização (Ebrahim, 2003a), padrões de performance estabelecidos e transparência nas decisões (Moreno-Albarracin *et al.*, 2020). No seguimento disto, a prestação de contas deverá esclarecer sobre recursos consumidos e resultados alcançados; permitir um processo de avaliação por parte das autoridades supervisoras de modo a aferir se os resultados são satisfatórios; e mecanismos concretos de recompensa ou penalização para com os responsáveis pela performance (NP ISO26000:2011, 2011). Esta divulgação pode ser facilitada pelo uso dos canais digitais. As organizações da economia social lideram o caminho das práticas gerais de *accountability* online, quando comparadas com organizações do setor público e privado (Cooley, 2020).

No Espaço Económico Europeu, as grandes empresas (que sejam entidades de interesse público e as entidades de interesse público que sejam empresas mãe de um grande grupo, cujo número médio de trabalhadores seja, em cada um dos casos, superior a cinquenta, numa base consolidada no caso

dos grupos), são já obrigadas a relatar informação não financeira (Diretiva 2014/95/EU). As organizações da economia social internacionais, ainda que com discricção<sup>2</sup>, têm avaliado e relatado, voluntariamente, os seus desempenhos apresentando relatórios de sustentabilidade de acordo com as *guidelines* internacionalmente reconhecidas, isto é, divulgam os impactos positivos e negativos para a sociedade, decorrentes das suas atividades, em termos económicos, sociais, ambientais e culturais. Tal decisão, é fortemente influenciada pela natureza da atividade deste setor e pelas principais formas do seu financiamento (Jones & Mucha, 2014). Portanto, existindo para melhorar o bem-estar da sociedade, são-lhes devidas intervenções sustentáveis (Global Sustainability Standards Boards, 2014), ao mesmo tempo que sendo proeminentes entre aqueles que chamam outros setores à atenção para o impacto que têm, estarão em condições de demonstrar, por meio de evidências, que estão, elas próprias, em conformidade com os valores que declaram (Jones & Mucha, 2014).

Este compromisso ou necessidade de prestação de contas às suas partes interessadas é devido, então, quer à promessa que estas organizações advogam e servir o bem público; quer, também, porque tal exercício oferece várias vantagens práticas para as próprias organizações (Jones & Mucha, 2014). E servir e produzir o bem público (Costa & Silva, 2019), significa veicular intervenções sustentáveis e com impacto positivo na vida dos participantes destas organizações (Jones & Mucha, 2014).

Para levarem a efeito a sua missão social estas organizações recebem, entre outros, fundos e subsídios estatais, que mais não são que dinheiro, subtraído do orçamento de Estado, e, portanto, proveniente dos contribuintes e consumidores (Jones & Mucha, 2014; Moreno-Albarracin *et al.*, 2020). Têm-se tornado, mesmo, na maioria dos países um importante *player* na sociedade por se configurarem como o prestador quase exclusivo de serviços sociais (Moreno-Albarracin *et al.*, 2020), recebendo financiamento de múltiplas partes interessadas e trabalhando para uma variedade de beneficiários (Cordery *et al.*, 2019). E, por isso, necessitam de demonstrar que gerem os seus recursos de forma eficiente e eficaz, sem se desviarem do cumprimento da sua missão (Moreno-Albarracin *et al.*, 2020). Desta forma credibilizando-se junto da sociedade, o que pode ser fundamental para a sobrevivência da organização (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020). De qualquer forma, para além da necessidade de se credibilizarem para diversificarem as suas fontes de financiamento; é certo que as entidades públicas tornaram-se um dos principais *stakeholders* destas organizações, por via direta dos subsídios, ou indireta, dos benefícios fiscais. Por isso, estas organizações devem informação a todos os cidadãos, no geral (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020) e aos seus participantes, em particular.

Para que cumpram com sucesso a sua missão social, estas organizações dependem da contribuição de terceiros e, estes, exigem que as mesmas sejam confiáveis e transparentes (Yang & Northcott, 2019), espelhando a preocupação em serem eficientes e eficazes na gestão os seus recursos

---

<sup>2</sup> De acordo com os dados disponíveis na database GRI disponível em <http://database.globalreporting.org>

(Roslan *et al.*, 2017). A confiança do público em geral e dos doadores em particular nestas organizações, pode aumentar os benefícios sociais do setor (Farwell *et al.*, 2019). Para além disso, desde que estas organizações são fornecedoras de bens públicos com financiamento público, a importância da sua capacidade para prestar contas aumentou significativamente (Candler & Dumont, 2010). A disponibilização pública de informações sociais e financeiras nas organizações da economia social é importante porque a não acessibilidade pode resultar na perda de confiança do público (Gazzola & Ratti, 2014), sendo do seu próprio interesse envolverem-se em práticas que aumentem o nível de *accountability* e inspirem a confiança dos doadores (Gazzola & Ratti, 2014) legitimando e melhorando as próprias organizações tanto interna como externamente (Costa *et al.*, 2011).

### **2.1.3.1. *Accountability*: o que é e o que não é**

Um indivíduo ou organização é *accountable* quando o mesmo reconhece que fez uma promessa de fazer algo e aceitou a responsabilidade moral e legal de fazer o seu melhor para cumprir essa promessa (Brown & Moore, 2001). Ou dito de outra forma, o ator A é *accountable* perante o ator B quando o A é obrigado a comportar-se e funcionar de acordo com as normas e padrões estabelecidos pelo B (Tremblay-Boire & Prakash, 2015).

O conceito em si, tem sido apresentado com várias definições, compatíveis e harmoniosas entre si. De uma forma breve, *accountability* pode ser entendida como:

- uma relação entre um ator e um auditório em que o ator é obrigado a explicar e justificar a sua conduta e o auditório pode fazer perguntas e julgar; o ator pode enfrentar as consequências da sua conduta (Bovens, 2007)
- os meios pelos quais indivíduos ou organizações reportam a uma autoridade(s) reconhecida(s) e são responsabilizados pelas suas ações (Edwards & Hulme, 1996) e assumem, eles próprios, responsabilidades (Cornwall *et al.*, 2000), moldam e examinam a sua missão organizacional, metas e desempenho (Ebrahim A. , 2003).
- a disponibilidade e capacidade dos órgãos dirigentes, para responder por decisões e atividades perante as autoridades legais e, de forma genérica, às suas partes interessadas (NP ISO26000:2011).
- a disponibilização de informação relevante e confiável sobre o desempenho, a situação financeira e o *governance* da organização (Gazzola & Ratti, 2014).

O sucesso das organizações da economia social depende de uma estratégia tripla que vincula simultaneamente: a criação de valor social, o suporte e apoio de doadores e a capacidade organizacional (Moore M. H., 2000), o que complexifica os seus sistemas de *accountability* por dois motivos (Costa *et al.*,

2011): por um lado missões socialmente orientadas, de base ética e com múltiplos *stakeholders* (Ebrahim A. , 2003) por outro lado, sustentabilidade financeira não garante a realização da missão e vice-versa (Moore M. H., 2000).

No âmbito das organizações da economia social, o desafio central será clarificar a sua missão, indicar como é que ela deve ser alcançada, demonstrando o cumprimento da mesma a múltiplas partes interessadas (Ebrahim A. , 2009). O que significa que a prestação de contas é, ou deve ser, sentida como um processo de capacitação e não só de monitorização (Fry, 1995) para melhor prosseguir a sua missão na resposta às reais necessidades dos clientes (Cordery *et al.*, 2019).

O conceito *accountability* não é fácil de conceptualizar, é um constructo social (Ebrahim A. , 2003), que deve ser entendido como um imperativo legal e moral e como uma opção estratégica (Brown & Moore, 2001) das organizações da economia social. Está exposto a variações de tempo e de espaço, e a determinações culturais, sociais, económicas e políticas. Isto porque em vez de termos uma resposta certa sobre a melhor forma de estruturar o processo de *accountability* das organizações, poderemos dar uma resposta contingencial (Brown & Moore, 2001), ou seja, as escolhas em termos de *accountability* devem promover a estratégia da organização. Daí que avaliar e compreender as práticas de *accountability* das organizações da economia social envolve a consideração de uma série de fatores contextuais sendo possível, apesar desses, encontrar quatro exigências comuns: a conformidade com a regulamentação externa a propósito do assunto, o *governance* e a estrutura organizacional, o envolvimento das partes interessadas e a demonstração de entrega de propósito (Cordery *et al.*, 2019),.

Depreendemos, então, que o processo de *accountability* envolve dois deveres diferentes correlacionados (Costa *et al.*, 2011; Sanzo-Perez *et al.*, 2019): (1) empreender determinada ação e (2) prestar contas em relação a essa ação. Isto é, para prestar contas há que desenvolver, primeiro, uma determinada ação intencionalmente orientada, no caso das organizações da economia social, para a concretização do contrato social entre as várias partes interessadas, considerando os efeitos socioeconómicos que daí advém e prestando contas por eles (Costa *et al.*, 2011).

Dada a natureza da atividade e a multiplicidade das partes interessadas (Ebrahim A. , 2010), cada organização da economia social tem uma configuração única de práticas de *accountability* moldadas pela interação contextual dos seis elementos fundamentais desse processo (Cordery *et al.*, 2019): regulamentação, financiamento, estrutura de *governance*, objetivo, *stakeholders* e atividades desenvolvidas. Na gestão destas múltiplas partes interessadas, os diretores / gestores destas organizações enfrentam exigências por vezes ambíguas, conflitantes ou contraditórias (Fitzgibbon, 2021) que interpretam e alinham com as suas próprias atribuições e lógicas num exercício de equilíbrio metaforicamente explicado como uma “rotação de pratos” (Fitzgibbon, 2021). Este interesse próprio dos diretores / gestores que podem comprometer a transparência (Fitzgibbon, 2021) ou podem moldar o seu ambiente institucional e influenciar a confiança do público através de práticas diárias e mais

informais de prestação de contas (Yang & Northcott, 2019). A perspectiva mais negativa desta influência, será contrariada por sistemas de *accountability* holísticos, adaptativos e co-construídos (Fitzgibbon, 2021). E ainda que pareça que estas abordagens são inibidas por redes de pares motivadas por interesses próprios, tacitamente endossados por partes interessadas dominantes (Fitzgibbon, 2021), o trabalho institucional interno pode criar novas normas e práticas que orientem as práticas de *accountability* para o público em geral (Yang & Northcott, 2019), concretizando-as, por exemplo, num uso eletivo de relatórios mais frequentes e menos formais que permita flexibilidade e interação com o público de forma contínua (Yang & Northcott, 2019).

Os processos de *accountability* alicerçam-se em componentes ou dimensões fundamentais. Na proposta de Ebrahim (Ebrahim A. , 2010), são quatro as componentes fundamentais dos processos de *accountability*, designadamente:

1. Transparência – recolha de informação e disponibilização da mesma, de forma inteligível, às diferentes partes interessadas;
2. Responsabilidade ou justificação – partilha clara do raciocínio que levou à ação e que acompanhou a tomada de decisões;
3. Monitorização e avaliação dos procedimentos e dos resultados; e,
4. Execução ou sanção por deficit de conformidade, justificação ou transparência.

Já Koppell (Koppell, 2005) sugere que o *accountability* cobre cinco dimensões, designadamente:

1. Transparência – ferramenta importante para abordar o desempenho organizacional;
2. Assunção de consequência (*liability*) – atribuição de consequências positivas ou negativas ao desempenho de uma organização;
3. Controlabilidade – controlo que as várias partes interessadas têm sobre a organização e os seus princípios;
4. Responsabilidade – dimensão que inclui as regras, a legalidade, a adesão a padrões profissionais e a normas comportamentais que orientem para o moralmente correto
5. capacidade de resposta – nível de atenção que a organização dá aos seus membros ou clientes e às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Numa e noutra perspetiva fica claro o papel da transparência e a oportunidade de se generalizarem sistemas de *accountability* baseados no desempenho. Acontece que estes parecem estimular a adoção de sistemas instrumentais de gestão que enfocam no que é mensurável, ao invés do que é importante (Suykens *et al.*, 2021) o que concorre, também, para um desvio do cumprimento da missão destas organizações dadas as dificuldades intrínsecas à mensurabilidade da mesma no curto prazo (Christensen & Ebrahim, 2006). Ainda assim, o controlo baseado nos resultados está positivamente associado à capacidade da organização da economia social atender às necessidades dos

clientes, cumprir as suas metas e ter qualidade no serviço (Suykens *et al.*, 2021), realçando-se que uma abordagem mais racional para a gestão destas organizações pode contribuir para melhorar o desempenho do serviço público que prestam (Suykens *et al.*, 2021).

O processo de *accountability* não trata, portanto, de uma prestação de contas a financiadores, mas de uma comunicação, que pode adotar diferentes formatos (Ebrahim A. , 2003), que demonstre de forma tangível os impactos positivos e negativos, em termos económicos, sociais e ambientais (GRI - *Global Reporting Initiative*, 2014; ISO 26000 - *Social Responsibility*, 2010), conseguidos face aos esperados, a partir das decisões e atividades levadas a cabo, num determinado período de tempo. Esta comunicação será tanto mais credível quanto mais participada, transparente, completa, compreensível e atempada for, ou seja, quanto melhor envolver as partes interessadas (AccountAbility, 2015).

Isto é, deve, o processo de *accountability*, ser visto como um veículo de divulgação transparente que poderá minimizar as oportunidades de fraude, os desvios de fundos e o comprometimento das missões (Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017); associado e suportado por razões normativas que contribuem para mitigar a assimetria de informação entre um principal e um agente, contribuem como garantia para que os agentes cumpram o seu mandato e apoiam o agente no dever moral de cumprir a responsabilidade (McDonnell & Rutherford, 2019).

De forma ampla, a atenção que as práticas de *accountability* têm merecido, levam-nos a aceitar a necessidade de uma atitude avaliativa, não no seu sentido escolar, mas no sentido da gestão das organizações. Com isto dizemos que se pretende que as organizações, para além do cumprimento de determinadas regras de funcionamento, cumprimento processual e correção de situações não-conformes, tenham a predisposição para examinarem, analisarem e melhorarem, adotando uma atitude avaliativa que seja um elemento implícito do seu sistema de valores (Teixeira, 2010), e que o façam numa atitude de gestão socialmente responsável, envolvendo as partes interessadas (Roque, 2010), entendida essa, como a análise, avaliação e reporte dos impactos positivos e negativos, na comunidade, decorrentes das suas decisões, atividades e ações (NP ISO26000:2011, 2011) (AccountAbility, 2018). Ou seja, a avaliação do seu plano de ação com o objetivo de demonstrar a capacidade de fazer uma avaliação para fins de conformidade, não é o mesmo que usar a avaliação como ferramenta de gestão para tomar decisões informadas (Bryan *et al.*, 2021). E esta, como ferramenta de gestão, alimenta um sistema de *accountability* integrativo que exige que os gestores das organizações da economia social saibam como utilizar os resultados da avaliação para públicos internos e externos (Bryan *et al.*, 2021).

E, se enquanto ideal abstrato, o *accountability* não apresenta qualquer ambiguidade (Brown & Moore, 2001) na sua pertinência e legitimidade, aquando da sua operacionalização, nas organizações da economia social, podem surgir vários desafios, relacionados com os destinatários, a extensão, os meios e os mecanismos, as motivações (Stone & Ostrower, 2007; Brown & Gaughlin, 2009; Ebrahim, 2010).

### 2.1.3.2. Tipologias de *accountability*

Não parecendo discutível a legitimidade e pertinência do *accountability*, poderemos questionar os tipos e as formas que essa responsabilização adota. Assim, dependendo do formato e dos mecanismos adotados, do conteúdo, da periodicidade e das pessoas envolvidas, o *accountability* das organizações pode configurar-se em diferentes tipologias:

- Pelos destinatários do *accountability* (Edwards & Hulme, 1996; Brown & Moore, 2001; Ebrahim, 2010) será ascendente ou descendente, conforme seja exigida ou dirigida aos financiadores / reguladores ou a esses e aos beneficiários, respetivamente;
- Pela participação dos beneficiários (Kingston *et al.*, 2020): *accountability* relacional - surge quando o envolvimento dos beneficiários com a organização da economia social é de longo prazo e contínuo e procuram uma prestação de contas que os ajude a formar ou fortalecer o seu relacionamento com a organização; ou *accountability* transcional - quando o envolvimento dos beneficiários com a organização é de curto prazo e episódico, procuram uma prestação de contas que ajude a enquadrar ou concluir o seu envolvimento com a organização, promulgando assim a troca ou transação entre o que um procura e o outro oferece;
- Pelo âmbito do *accountability* (Ebrahim A. , 2010) poderá ser interno ou externo, conforme se refira à disposição da organização para prestar contas aos seus profissionais (a partir da prossecução da sua missão, aprendendo com a prática, colocando padrões e metas por exigência ou cultura interna, o que tendo na base o princípio da transparência, leva a que os desafios reais sejam analisados, as boas práticas partilhadas e as soluções sustentáveis integradas); ou esteja voltada à prestação de contas aos *stakeholders* externos
- Pela motivação / foco do *accountability* (Ebrahim, 2010; Valentinov, 2011; Costa *et al.*, 2011) que poderá ser de curto prazo (funcional) ou longo prazo (estratégica); focando-se, no caso da dimensão funcional, na avaliação e reporte dos resultados imediatos de um projeto específico e usando mecanismos de avaliação e monitorização incutidos pelos financiadores; enquanto que, numa dimensão estratégica privilegia relações múltiplas (financiadores, beneficiários e outros parceiros), usando sobretudo processos de *accountability* e não somente instrumentos de *accountability*
- Pela forma (Costa & Pesci, 2016), poderemos distinguir uma dimensão informal e uma dimensão formal, onde, a primeira diz respeito ao uso de mecanismos de relato de acordo com o que estiver instituído (por exemplo, demonstrações financeiras de acordo com os sistemas de contabilidade legalmente reconhecidos) e usando documentos físicos, por regra, o relatório; enquanto que, na segunda o processo de *accountability* é baseado em relações de confiança, proximidade, emoção, mutualidade e em diálogo constante, não sendo traduzida em

documentos físicos ou legais, mas sim na cultura da organização, que pode estar espelhada em documentos internos como normas e procedimentos, mas existirá muito para além desses.

- Pelo ambiente de legitimidade e confiança pública (Yasmin & Ghafran, 2021), podemos falar em *accountability* estrutural (relacionada com os sistemas e processos e ativada por exigências regulatórias e práticas) e em *accountability* social (relacionada com as perceções e significados e ativada pela moral e cognição).

São várias as questões que cada uma das organizações pode levantar no momento de tipificar o seu *accountability*. Aliás, a tarefa de criar um sistema único e completo de prestação de contas poderá não ser possível (Costa & Pesci, 2016). A diversidade de configurações possíveis atendendo a fatores como o nível de envolvimento, a dimensão, a natureza, o estágio de desenvolvimento da organização, entre outros, demonstra que será difícil para estas organizações criarem um sistema de *accountability* único que satisfaça todas as partes interessadas (Koppell, 2005; Ebrahim, 2010).

Na estrutura analítica proposta por Kearns (Kearns, 1994), o foco do sistema de *accountability* está nas implicações estratégicas e táticas que o mesmo tem nestas organizações, compreendendo duas componentes: (1) um conjunto de padrões de desempenho, implícitos e explícitos, gerados pelo ambiente estratégico da organização e (2) uma resposta, reativa ou proativa, de dentro da organização. Estas duas componentes produzem quatro dimensões de *accountability*:

1. De conformidade: forma restrita e reativa que significa corresponder a algo explícito e imposto por uma parte interessada externa;
2. Negociada: tática reativa que compreende os contextos onde os padrões de desempenho e de responsabilização ainda não foram regulamentados, são implícitos, e estão abertos a negociação;
3. Profissional ou discricionária: estratégia proativa da organização da economia social que responde a padrões de desempenho [e divulgação] implícitos; como não enfrentam ameaças ou sanções imediatas do meio externo, fazem-no de forma discricionária;
4. Antecipatória ou de posicionamento: as organizações procuram influenciar o seu ambiente externo, pois prevendo a imposição de padrões explícitos de desempenho os seus executivos tentam influenciar a legislação ou antecipar-se à formulação dessas normas e posicionando proactivamente.

Integrando várias das dimensões anteriores, o conceito de *accountability* holística combina *accountability* ascendente e descendente (Unerman & O'Dwyer, 2006) e, idealmente, adiciona dimensões de *accountability* multidirecionais (Ebrahim, 2003b; Koppell, 2005; Murtaza, 2012; Benjamin, 2013), lança o desafio da manutenção de uma *dinâmica inclusiva* entre os diferentes mecanismos e não numa

relação binária entre supervisão e interdependência. E assim, um sistema de *accountability* dinâmico e inclusivo concretiza-se:

- No acompanhamento da identidade da organização;
- Na integração de uma atitude de liderança e gestão participada, transparente, construtiva e cooperante;
- No uso de linguagem rigorosa, clara e acessível;
- No reconhecimento que partes interessadas diferentes devem ser envolvidas de forma diferente, segundo critérios específicos;
- Na atuação de elevar cada um dos *stakeholders* para o nível de envolvimento seguinte;
- Nas características complementares da dimensão ascendente e descendente; interna e externa; funcional e estratégica; formal e informal, estrutural e social, fazendo uso de instrumentos e processos.

Com esta definição, de *accountability dinâmica e inclusiva*, queremos propor um processo de *accountability* contínuo, que torne os resultados diretamente visíveis para as partes interessadas (Yang & Northcott, 2019). Um relacionamento de face-a-face com o público, que leve as organizações a “conversas de *accountability*” com os seus financiadores, beneficiários, colaboradores e público em geral, oferecendo um potencial de construção de confiança (Yang & Northcott, 2019), que seja parte integrante da forma de liderar e gerir a organização, que equilibre as diferentes dimensões de modo a incluir, e não a discriminar, cada parte interessada, inserindo a prestação de contas nas relações organizacionais, no ADN da organização, permitindo a expressão de um *accountability* sentido (Ebrahim, 2003b; Ebrahim, 2010), que nenhuma quantidade [ou intensidade] de legislação ou supervisão irá inculir. O que não invalida que a supervisão externa exista, porque ela é necessária e a evidência científica demonstra que a legislação tem um papel positivo na divulgação de informação de desempenho destas organizações (Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017; Yang & Northcott, 2019).

### **2.1.3.3. Mecanismos de *Accountability*: meios, ferramentas e processos**

Uma vez que não é fácil definir estratégias claras e indicadores de sucesso no alcance da sua missão, também será difícil identificar sistemas de *accountability* que sejam capazes de relatar interna e externamente a eficiência e a eficácia organizacionais (Costa *et al.*, 2011). Apesar disso, as organizações devem medir o seu desempenho e demonstrar os seus resultados (Ebrahim A. , 2009), ou seja, criar um caminho claro para o seu *accountability* (Benjamin, 2013; Costa & Silva, 2019), o que só é possível se se estabelecerem e aplicarem controlos internos, quer ao nível financeiro, quer ao nível da orientação política para a intervenção (Ebrahim A. , 2009). A eficácia no cumprimento da missão é

fundamental para avaliar o desempenho destas organizações e é uma preocupação central das partes interessadas que nelas se envolvem, financiam e regulam (Hyndman & McConville, 2018).

Dada a diversidade de *stakeholders* e as suas exigências, por vezes divergentes e mesmo incompatíveis e reconhecendo a forte associação entre o processo de divulgação e várias características organizacionais (Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017), torna-se indispensável que as organizações conheçam e usem diferentes mecanismos de *accountability*, de modo a tornarem a sua comunicação mais eficaz.

Na perspetiva de Ebrahim (Ebrahim, 2003a), existem cinco mecanismos de *accountability* que distingue como ferramentas (relatórios e avaliação e análise de performance) ou como processos (participação, auto-regulação e auditoria social ou aprendizagem adaptativa).

Os processos de *accountability* devem envolver troca de informação entre as organizações da economia social e as partes interessadas, mas nem sempre isso acontece (Tremblay-Boire & Prakash, 2015). Não acontecendo há assimetria de informação, o que pode levar as partes interessadas à perceção de problemas de *accountability*, e conseqüente declínio do financiamento (Tremblay-Boire & Prakash, 2015).

Os problemas de *accountability* que estas organizações enfrentam são frequentemente descritos e estruturados em três lógicas normativas: *governance* (Ebrahim, 2009; López-Arceiz *et al.*, 2020), *performance* (Ebrahim, 2009; Benjamin, 2013) e missão (Ebrahim, 2009; Rey-Garcia *et al.*, 2012) e, de uma maneira geral, as “soluções” tendem a enfatizar a necessidade de aumentar a divulgação (Ebrahim, 2009), aceitando o potencial que a transparência tem na melhoria dos sistemas de *accountability* e na legitimidade destas organizações, uma vez que para divulgarem terão primeiro de medir o seu desempenho e com essa prática irão facilitar a tomada de decisão baseada em resultados, o que levará à melhoria do seu desempenho, traduzido na melhoria da eficácia destas organizações e no envolvimento das suas partes interessadas (Hyndman & McConville, 2018).

Considerando que o *accountability* inclui muito mais do que processos e canais formais e que se refere a um amplo espectro de expectativas públicas relacionadas com o desempenho organizacional, capacidade de resposta e moralidade destas organizações, ou seja, como é gerida a organização para cumprir sua missão e manter sua legitimidade institucional (Jeong & Kearns, 2015), dos mecanismos distinguidos acima (Ebrahim A. , 2003) a auditoria social / aprendizagem adaptativa, será o mais completo e equilibrado. De facto, podemos identificar vantagens internas e externas (Ebrahim A. , 2003). As melhorias ao nível da gestão interna serão evidentes, pois para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem e reflexão, facilita processos internos, foca-se na missão organizacional, cria um clima de segurança e envolvimento para os recursos humanos que desagua na monitorização da performance organizacional e implementação de todo um sistema de gestão participado cujos resultados servem, também, como um instrumento de planeamento estratégico e melhoria contínua

(Feng *et al.*, 2016). Este processo e mecanismo de *accountability*, facilita e é facilitado pela implementação e manutenção de sistemas de gestão certificados (Feng *et al.*, 2016), e havendo uma verificação externa, há um aumento da reputação e melhoria da imagem pública das organizações (Ebrahim, 2003a; Feng *et al.*, 2016; Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020).

As práticas de relatos financeiros são amplamente consideradas necessárias, mas insuficientes para o cumprimento das responsabilidades de *accountability* destas organizações (Cordery *et al.*, 2019), devido à extensão da gama de atividades e serviços que disponibilizam para objetivos sociais a que se propõem (Cordery *et al.*, 2019). Neles não se podem esgotar as práticas de *accountability* de uma organização, pois estas revelam o compromisso geral de uma organização com a transparência, ao mesmo tempo que demonstram as suas contribuições para o desenvolvimento da comunidade (Gray, Dillard, & Spence, 2011). Argumenta-se que os relatórios (de sustentabilidade) podem ajudar o setor a ganhar legitimidade e a operacionalizar a tomada de decisões de gestão centradas na missão (Hyndman & McConville, 2018), ao mesmo tempo que se aceita que as demonstrações financeiras tradicionais têm um papel limitado no cumprimento do *accountability*, uma vez que não fornecem informação sobre aspetos como o sucesso, o desempenho e o impacto, sendo fundamental dar mais atenção à divulgação voluntária do desempenho (Yasmin & Ghafran, 2021). A informação de desempenho não financeiro baseada em resultados é vista como fundamental no *accountability* destas organizações (Yang & Northcott, 2019). E, ainda que se tenha evidenciado que muitas organizações da economia social não atendiam sequer aos requisitos básicos de *accountability* nos seus relatórios anuais, os níveis de divulgação parecem ter melhorado nos últimos anos (Yasmin & Ghafran, 2021).

As organizações da economia social ao serem principalmente responsáveis, perante as suas partes interessadas, pelo valor social que criam, devem cumprir objetivos socialmente responsáveis a nível económico, social e ambiental (Costa *et al.*, 2011). Aliás, as informações socioambientais são realmente valorizadas e utilizadas pelas partes interessadas e estimulam a confiança, a transparência e os valores das organizações da economia social (Costa & Silva, 2019). Portanto, para serem *accountables* estas organizações devem ampliar os seus mecanismos de *accountability* de modo a romperem com uma divulgação e prestação de contas míope (*accountability* míope) (Ebrahim A. , 2005), criando mecanismos mais amplos que permitam caracterizá-las naquilo que as distingue: a produção de bens públicos (Costa & Silva, 2019), de natureza orientada para a missão e com múltiplas partes interessadas (Costa *et al.*, 2011).

E assim, para evitarem o desequilíbrio nos sistemas de *accountability* a favor da dimensão económico-financeira (Galvez-Rodriguez *et al.*, 2012), há que dar mais importância ao cumprimento da missão, não como um requisito, mas como um propósito final da sobrevivência destas organizações (Costa *et al.*, 2011). Isto é, sendo a confiança dos *stakeholders* vital para garantir a sustentabilidade de longo prazo destas organizações (Hyndman & McConville, 2018), a mesma será mais facilmente

conseguida e mantida se o setor evidenciar que desempenha um papel importante na sociedade (Yasmin & Ghafran, 2021). E este papel será concretizado na prossecução efetiva da sua missão. Para isso é necessário ajuste, ou evolução, dos sistemas de *accountability*, contando com o reconhecimento da sua cadeia de valor e envolvimento das partes interessadas como instrumentos fundamentais (Costa *et al.*, 2011). E a partir daí poderemos falar de *accountability* pública (Coy *et al.*, 2001), de identidade (Unerman & O'Dwyer, 2006), relacional (Ebrahim, 2003a; Unerman & O'Dwyer, 2006) e social (Unerman & O'Dwyer, 2006).

Para além disso, como o desempenho de longo prazo das organizações da economia social é baseado na sua capacidade de vincular e maximizar o valor social, conforme definido na sua missão (Costa *et al.*, 2011), e isto envolve a legitimidade obtida junto das partes interessadas, a sua capacidade operacional e a sua eficiência económica (Costa *et al.*, 2011). Para obter essa legitimidade, devem utilizar sistemas de *accountability* compatíveis com os seus objetivos e exigências das partes interessadas (Costa *et al.*, 2011).

Acontece que, conforme os resultados das investigações destacam, a falta de consenso (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020; Moreno-Albarracin *et al.*, 2021) e de legislação sobre divulgação e transparência no setor da Economia Social (Hale, 2013) leva as organizações que o compõem a adotarem políticas de divulgação voluntária de informação para melhorar a perceção de credibilidade dessas entidades pelos seus *stakeholders* (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020). Ou seja, as organizações da economia social devem ser capazes de convencer a sociedade de que dispõem de sistemas para avaliar a gestão prudente de recursos e fundos recebidos (Sanzo-Perez *et al.*, 2017) e, para isso, precisam de encontrar ferramentas que permitam o aprimoramento do sistemas de informação e gestão (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020), englobando não só a dimensão financeira, mas também a dimensão social e ambiental (Global Sustainability Standards Boards, 2018).

As tecnologias da informação e comunicação podem ajudar a comunicar informação e melhorar o *accountability* destas organizações, quer na monitorização interna quer externa, permitindo que as diferentes partes interessadas tenham acesso, em tempo real, a informação atualizada (Gandia, 2011; Dumont, 2013; Zainon *et al.*, 2014; Tremblay-Boire & Prakash, 2015). A divulgação de informação no sítio da *internet* é o meio mais amplamente usado (*ibidem*), apesar do fluxo unidirecional que o *site* impõe contrariar a dinâmica que as práticas de *accountability* devem ter (Tremblay-Boire & Prakash, 2015). A transparência online voluntária parece ser uma ferramenta ideal, não apenas para implementar o *accountability* para várias partes interessadas, mas também para misturar e equilibrar uma responsabilização expressiva e instrumental (Sanzo-Perez *et al.*, 2017). Os sites e as redes sociais têm sido usados para cumprir um *accountability* menos formal e mais narrativo o que dá visibilidade à organização, mas parece não ser especialmente eficaz, por si só, para promover confiança pública (Yasmin & Ghafran, 2021).

Apesar das vantagens e efeitos dos diferentes processos e ferramentas, o relatório é considerado o principal mecanismo utilizado para transmitir informações sobre as organizações (Nelson *et al.*, 2003). Entendemos que este pode e deve espelhar o uso de outros mecanismos, nomeadamente os processos, e evidenciará desde que seja orientado, na sua construção para tal, o ciclo da gestão socialmente responsável, designadamente ao nível da expressão dos impactos económicos, sociais e ambientais que resultam da atividade da organização. O valor do relatório estará no facto de fornecer num único documento, uma ampla variedade de informações resumidas e relevantes, de modo aos interessados fiquem informados acerca de objetivos financeiros e não financeiros (Coy *et al.*, 2001).

Os relatórios anuais das organizações da economia social, contém complexas demonstrações financeiras e para uma verdadeira prestação de contas é necessário divulgar itens mais abrangentes (Zainon *et al.*, 2014). A ausência de requisitos regulatórios implica que essa informação mais abrangente que permite saber acerca da eficiência destas organizações, dos seus programas e da gestão dos seus recursos, muitas vezes, não esteja disponível (Zainon *et al.*, 2014), pois ficará à mercê de eventuais políticas de divulgação voluntária que as organizações queiram adotar (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020). Portanto, políticas e procedimentos que apoiem a divulgação de informação relevante seriam significativos e úteis para as partes interessadas que também são responsáveis pela tomada de decisões (Zainon *et al.*, 2014) e a aplicação dessas disposições legais podem melhorar o *accountability*, o *governance* e a gestão dessas organizações (Gandia, 2011), o que também influenciaria o clima de aprendizagem e o planeamento estratégico tão necessários para a prestação de contas às diferentes partes interessadas (Bryan *et al.*, 2021) ganhem expressão.

O relatório de sustentabilidade, sendo “*um relatório publicado por uma empresa ou organização sobre os impactos económicos, ambientais e sociais causados pelas suas atividades diárias (...) apresenta os valores da organização, o modelo de governance e demonstra a ligação entre a sua estratégia e o seu compromisso com uma economia global sustentável*” (Global Sustainability Standards Boards, 2018) está em posição ideal de ser adotado pelas organizações de economia social, como evidência maior da sua transparência e *accountability*. De acordo com a informação disponível na GRI – *global reporting initiative*, desde 2010 que as organizações da economia social de todo o mundo podem e têm começado a avaliar e relatar voluntariamente os seus desempenhos a vários níveis: ambiental, cultural, económico e social.

Num estudo levado a cabo a nível europeu (Pavaloaia *et al.*, 2017), constatou-se que de 2010 a 2016 não houve um aumento perceptível das organizações não governamentais em partilharem / divulgarem os seus relatórios de sustentabilidade. Na realidade, os autores apuraram os seguintes números: 57 organizações em 2010; 78 em 2011; 83 em 2012; 81 em 2013; 84 em 2014 e 70 em 2015.

A escassez destas divulgações segundo *frameworks* standardizadas, foi interpretado como uma ausência de preocupação, por parte destas organizações em informar sobre as suas atividades sociais.

Este sinal de desinteresse, na análise dos autores (Pavaloaia *et al.*, 2017), deve-se a dois fatores essenciais: (1) estas organizações consideram-se parte integrante da comunidade onde operam, sendo as informações acerca das suas atividades do conhecimento público, pelo que não é necessário divulgar mais informação complementar; e (2) divulgar aspetos negativos em relação à sua atividade poderia repelir doadores e voluntários, por isso o *reporting* acaba por ser entendido como uma escolha entre fundos e transparência.

As organizações que queiram divulgar os seus impactos negativos e positivos, poderão, ainda, encontrar um constrangimento relacionado como o que divulgar e o que não divulgar. Pensando não somente naquilo que exporá, sem interesse a organização, importará, reconhecer o que poderá ser desinteressante para as partes interessadas. Voltamos aqui a ter dificuldades acrescidas, dada a multiplicidade de interesses e de partes interessadas. As *frameworks* poderão ajudar a ultrapassar este constrangimento.

A *International Non-Governmental Organisations*, apresenta uma carta - *Accountability Charter* - onde descreve, através de dez princípios fundamentais, compromisso comum que as organizações devem assumir com a transparência e a responsabilidade como sendo essenciais para a boa governação. A investigação das práticas dos relatórios de sustentabilidade das organizações não governamentais subscritoras da *Accountability Charter*, evidenciou que a maioria dos membros estão longe de uma prática de relatório abrangente (Traxler *et al.*, 2020), não correspondendo a um padrão que eles próprios ajudaram a construir. Com uma conformidade minimalista, a maioria dos membros da *Carta* perdem a oportunidade de se apresentarem como organizações com práticas profissionais de divulgação que atendem às necessidades heterogéneas de informação das partes interessadas (Traxler *et al.*, 2020). À luz das crescentes pressões em todos os setores para que as organizações mostrem um desenvolvimento sustentável e sejam mais transparentes, o baixo nível de conformidade encontrado nesta recente investigação, abre uma frente de críticas que culmina na identificação de uma *hipocrisia organizacional*, dada a discrepância entre a conversação e o nível das ações uma vez que os subscritores da *Accountability Charter* não relataram, eles próprios, de forma abrangente os indicadores da sua atividade (Traxler *et al.*, 2020). No mesmo sentido, uma análise que compara o discurso público de gestores de organizações da economia social, através de textos dos *sites* das suas organizações, com as suas práticas de gestão, evidencia inconsistências frequentes entre o que estas organizações fazem e o que dizem fazer (Brandtner, 2021). Tal dissociação é minimizada por profissionalismo e metodologias de avaliação que impedem que as organizações embelezem o seu discurso (Brandtner, 2021).

Em termos académicos, vários investigadores criam indicadores, índices ou *frameworks* para medir e orientar o *accountability* e transparência destas organizações (Gandia, 2011; Dumont, 2013; Zainon *et al.*, 2014; TRemblay-Boire & Prakash, 2015; Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017; Sanzo-Perez *et al.*, 2017; Hyndman & McConville, 2018; CHarity Commission, 2005, revisto em 2019; Carvalho *et al.*,

2020; Moreno-Albarracin *et al.*, 2021). Dos índices já existentes, podemos refletir acerca do valor estratégico do *accountability* nas organizações da economia social, destacando a necessidade urgente de fortalecer a sua prestação de contas perante as comunidades (Costa & Silva, 2019) e as partes interessadas cada vez mais assertivamente exigentes (Tremblay-Boire & Prakash, 2015), a fim de melhor alcançar os dois objetivos mais importantes que um sistema de *accountability* permite: promover o desempenho destas organizações e a garantia de maior justiça na economia global (Murtaza, 2012).

E se as organizações de economia social internacionais têm vindo a adotar estas metodologias, é imperativo que as portuguesas não se restrinjam ao cumprimento dos requisitos mínimos de prestação de contas nos relatórios anuais e, portanto, dever-se-á potenciar e melhorar a divulgação do seu desempenho em todas as áreas<sup>3</sup>.

Em Portugal, para além das *frameworks* internacionais nestas matérias de natureza mais objetiva (AccountAbility ou GRI) ou subjetiva (ISO26000), ou resultantes de investigações mais ou menos amplas, podemos contar com os requisitos legais e com as recomendações do Modelo de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais do Instituto de Segurança Social. Independentemente do eventual impacto de certificações externas ou da adoção de referenciais de divulgação voluntária, importará adotar uma cultura de *accountability* dinâmica e inclusiva e contrariar aquilo que a evidência científica constatou na análise de conteúdo dos relatórios das organizações subscritoras da *Accountability Charter* (Traxler *et al.*, 2020): os relatórios são muito focados nas necessidades dos financiadores poderosos, influenciados pela atenção da comunicação social, às vezes enganosos ou mais alinhados com uma gestão de impressão do que no fornecimento de uma imagem real acerca do desempenho das organizações.

#### **2.1.4. Sustentabilidade**

O tema sustentabilidade tem pairado em vários discursos políticos e de imprensa e merece também a preocupação académica e científica. Inicialmente associado a preocupações económicas e financeiras, tem vindo agora a ser abordado, também sobre o ponto de vista ambiental, da escassez dos recursos naturais e da sobreprodução de resíduos.

As organizações da economia social visam cumprir funções destinadas a fortalecer as dimensões sociais e ecológicas do desenvolvimento sustentável (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020). Para além disso, a necessidade de prestação de contas e de envolvimento das partes interessadas (Ebrahim, 2003b; Benjamin 2008), quer como dever moral destas organizações (Jones & Mucha, 2014), quer como forma de responder ao desafio de obter e reter recursos (Jones & Mucha, 2014; Gazzola & Ratti, 2014) têm,

---

<sup>33</sup> Em maio de 2019 eram duas organizações portuguesas referenciadas na base de dados GRI: a Lipor – serviços intermunicipais de gestão de resíduos do grande Porto; e a Sair da Casca II, AS; em maio de 2021 eram três as organizações referenciadas na mesma base: Liga para a Proteção da Natureza; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia do Porto (<https://www.globalreporting.org/Pages/GRIOrganizationsSearchPage.aspx>)

também que ver com estratégias sistêmicas para ultrapassar debilidades financeiras que caracterizam estas organizações (Mendes, 2018), reconhecendo-se a transparência e a boa governação como questões altamente valiosas para a sua sobrevivência (Moreno-Albarracin *et al.*, 2020).

#### **2.1.4.1. O conceito nas organizações da economia social**

Segundo a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (2011), sustentabilidade pode ser definida como: característica ou condição de um processo ou de um sistema, que o permite criar e manter, em harmonia produtiva para os humanos e para o meio ambiente, respeitando os requisitos sociais, económicos e outros, das gerações presentes e futuras (National Research Council, 2011). Ou dito de outra forma, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável concentram-se em equilibrar a linha ténue entre a satisfação de necessidades e a criação de novos problemas económicos, sociais e ambientais pelo modo como produzimos, consumimos e distribuimos os bens e serviços que colmatam essas necessidades (NP ISO26000:2011, 2011). Isto é, se por um lado os avanços tecnológicos parecem inevitáveis para a melhoria da qualidade de vida das populações, ao mesmo tempo, parece que nos conduzem para novos problemas sociais (por exemplo: isolamento da população idosa), económicos (por exemplo, aumento da despesa pública pelos gastos em saúde e proteção social dos pensionistas) e ambientais (sobrelotação das cidades e desertificação do interior, por exemplo).

A comunidade científica oferece várias formulações e definições desses conceitos, a partir do relatório de Brundtland apresentado em 1987, com a assunção de Desenvolvimento Sustentável como um modelo de desenvolvimento que responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades (Adams & Jeanrenaud, 2008). Nesta definição, verificamos que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não dizem só respeito a questões ambientais, mas além disso, exige que se preste atenção, por exemplo a questões de equidade intra-geracional e inter-geracional (Adams & Jeanrenaud, 2008).

Embora esses dois conceitos, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, sejam frequentemente usados como sinónimos, eles estão imersos em debates a respeito de seu significado e de suas possibilidades de aplicação em sistemas reais, identificando-se (1) uma forte crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável devido à sua definição imprecisa, (2) a emergência do conceito de sustentabilidade no debate da década de 1990 e sua consolidação em determinados campos do conhecimento, e (3) o surgimento de novas alternativas para desenvolvimento sustentável, como por exemplo o decrescimento (Ruggerio, 2021).

Apesar das várias definições de sustentabilidade (Ruggerio, 2021) aceita-se que a tendem a ser identificáveis três elementos comuns em todas elas (Jones & Mucha, 2014): (1) viver dentro dos limites

naturais do planeta; (2) compreender as interconexões entre economia, sociedade e meio ambiente; (3) distribuir equitativamente recursos e oportunidades.

Assim, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável podem ser expressos como estando assentes em três eixos (Costa *et al.*, 2011): (1) o desenvolvimento económico (relacionado com a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, atendendo a preocupações sociais e ambientais); (2) o desenvolvimento social (que engloba as pessoas e suas condições de vida, como educação, saúde, violência, lazer, entre outros aspetos) e (3) o desenvolvimento ambiental (que se refere aos recursos naturais do planeta e a forma como são utilizados pela sociedade, comunidades ou empresas), assumindo-os como interdependentes e mutuamente reforçantes (NP ISO26000:2011). Refere-se, portanto, à integração dos objetivos de uma elevada qualidade de vida, saúde e prosperidade com justiça social, mantendo a capacidade do planeta para suportar a vida em toda a sua diversidade (NP ISO26000:2011).

O enfoque desta matéria é tão amplo, que a nova agenda mundial para a ação até 2030 é marcada pela definição dos dezassete objetivos de desenvolvimento sustentável. Esta agenda é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo que pretende criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas, entre outros.

Figura 3 - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas, 2017

Pela leitura e análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2017), concluímos que a expressão mundial das organizações de economia social é tão abrangente, que a generalidade deles são assumidos como parte integral, ou pelo menos integrante, da missão das organizações desse

setor, uma vez que atendem às exigências coletivas que o setor público não tem condições de satisfazer (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020).

Podemos mesmo afirmar, a partir da caracterização feita destas organizações na Conta Satélite da Economia Social (CASES, 2019), que estão em posição privilegiada para se destacarem, pois o âmbito da sua missão organizacional é sempre compatível com pelo menos um dos dezassete objetivos anunciados, e a concretização dessa não deve (e não deveria poder) atentar contra qualquer um dos outros. Aliás, as organizações da economia social são responsáveis por promover transformações sociais e económicas com impacto direto no meio ambiente em que atuam (Moreno-Albarracin *et al.*, 2021), sendo, de acordo com os mesmos autores, a melhoria da sua transparência e boa governação uma forma de trabalhar em prol de um ambiente sustentável, contribuindo, para um mundo melhor.

Para além disso, ainda no âmbito dos objetivos de desenvolvimento sustentável, as organizações da economia social são desafiadas termos de gestão para se desenvolverem como “*eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis*” (meta 16.6) e “*garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis*” (meta 16.7). Portanto, a transparência para a prestação de contas é assinalada como fundamental quer para alcançar o desenvolvimento sustentável, quer para a manutenção da paz e da governança das instituições. E assim, também por esta via, a justificativa de avaliação e relato da sua sustentabilidade por via dos seus relatórios sai reforçada e legitimada.

Porém, apesar de nascerem com a missão de responder a problemas de sustentabilidade económica (razões de eficiência económica), social (razões de equidade e justiça social) e ambiental (razões de eficiência ambiental), têm que se confrontar, em permanência com problemas de sustentabilidade económica e viabilidade financeira, uma vez que, para cumprirem essa missão, não podem e/ou não devem cobrar um preço aos seus beneficiários capaz de cobrir o respetivo custo de produção (Mendes, 2015). Partindo de um vetor triplo para a sustentabilidade destas organizações, assente na sustentabilidade financeira, sustentabilidade de *stakeholders* e sustentabilidade institucional, mas dedicando atenção à primeira, há evidência de que a maior parte das organizações da economia social (concretamente IPSS do distrito de Bragança) seguem uma trajetória convergente nas suas principais variáveis financeiras, nomeadamente o volume de vendas, a proporção de dependência do apoio público, as despesas com recursos humanos e os ganhos antes de impostos, juros e depreciações (Mourão & Gonçalves, 2019). Estes resultados demonstram, não só a necessidade de execução e acompanhamento da aplicação adequada dos recursos financeiros destas organizações, mas implicam, também, o desenvolvimento de iniciativas de investimento no desenvolvimento de recursos humanos, para melhoria da qualidade dos serviços prestados, adequando-os às privações da comunidade (Mourão & Gonçalves, 2019).

Os problemas de sustentabilidade [económica] destas organizações podem ser agravados por má gestão, mas a sua origem decorre, essencialmente, das características económicas deste tipo de

organizações quer ao nível dos seus modelos de governação, quer ao nível dos bens e serviços que produzem e distribuem (Mendes, 2015). Num e noutro casos, a implementação de planos estratégicos de gestão, com todos os seus instrumentos de apoio e a adoção de mecanismos internos que tratem de questões relacionadas com a gestão organizacional, gestão orçamental, processo contábil, políticas de investimento, estratégia de marketing, planos de controlo de despesas e otimização de receitas poderão ser determinantes para o sucesso (Mourão & Gonçalves, 2019).

De facto, *accountability* e *governance* parecem estar intimamente ligados, pois serão os sistemas e processos que a estrutura adota que garantem a direção geral, o controlo e a responsabilização da organização (Sanzo-Perez *et al.*, 2017). Na avaliação da influência dos principais fornecedores de recursos internos e externos (funcionários e parceiros), numa amostra de 325 organizações da economia social em Espanha foi possível confirmar os efeitos positivos tanto da profissionalização da gestão quanto das parcerias no valor do índice de transparência nas organizações (Sanzo-Perez *et al.*, 2017).

A divulgação de informações sobre o desempenho não financeiro é, ainda, maioritariamente uma decisão voluntária destas organizações, já que os regulamentos se concentram exclusivamente na conformidade com os requisitos de relatórios para um sistema de supervisão pública altamente fragmentado (Sanzo-Perez *et al.*, 2017), e as práticas que decorrem da autorregulação ainda se encontram num estágio inicial e heterógeno (Galvez-Rodriguez *et al.*, 2012).

Em Portugal, a atuação destas organizações está enquadrada legalmente, na Lei de Bases da Economia Social (Lei nº 30/2013, de 8 de maio) e também na Lei de Bases da Segurança Social (Lei nº 83-A/2013, de 30 de dezembro), que sobretudo ao nível do subsistema da ação social se apoia bastante nestas organizações para a sua concretização. É assinalada, sobretudo, a sua ligação à rede de equipamentos e respostas sociais, onde, de acordo com o Governo Português (Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro) têm, as IPSS, assumido uma posição de enorme preponderância no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais, em todo o território nacional, numa abordagem mais humanista, mais próxima, menos dispendiosa para o Estado e mais benéfica para os cidadãos.

Portanto, o Estado, motivado por razões de eficiência económica e de equidade ou justiça social, convoca a sociedade civil a partir das organizações da economia social, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social a exercerem a ação de solidariedade social não apenas, no setor da segurança social, mas também na saúde, na educação e, ainda, em áreas em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta (Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro), cabendo ao Estado o papel de regulador e fiscalizador e, em muitos casos, financiador.

Apesar desta parceria com o Estado, estas organizações são, por definição, autogovernadas e emanam da iniciativa da sociedade civil, sendo os seus corpos gerentes marcados pela participação voluntária dos seus membros (pese embora a possibilidade dos mesmos serem profissionais

tradicionalmente são voluntários) (Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro) que deveriam verter para uma direção operacional um contrato equilibrado de delegação de competências como garantia de uma gestão eficaz e eficiente dos recursos, sobretudo os humanos (Azevedo & Couto, 2010).

Ainda neste ponto, parece-nos relevante referir os problemas de informação assimétrica do modo de governação destas organizações (Mendes, 2015). Isto é, identificando as 4 interações fundamentais (1. órgãos sociais e associados; 2. órgãos sociais e colaboradores; 3. organização e financiadores/doadores; 4. organização e clientes - utentes – beneficiários), reconhecemos que: (a) em cada uma delas a informação de uma parte em relação às ações da outra parte pode não ser verdadeira ou completa (risco moral); e (b) as informações de uma parte em relação às características da outra parte pode conduzir a tomadas de decisão erradas (seleção adversa).

A divulgação voluntária, pode desempenhar um papel poderoso na redução das assimetrias de informação, mantendo a eficiência do mercado e promovendo um melhor desempenho social (Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017). O sistema de *accountability* deve ser entendido como uma escolha estratégica destas organizações, já que a profissionalização da gestão e a gestão de parcerias corporativas estimulam a transparência (Sanzo-Perez *et al.*, 2017) sobre questões que raramente são divulgadas: detalhes de como o dinheiro é gasto, como ou se os objetivos são alcançados e como as decisões são tomadas (Jones & Mucha, 2014).

Estas organizações da economia social, para prosseguirem a sua missão e contribuírem para relações mais solidárias e cooperativas, disponibilizam a cada indivíduo ou família serviços de apoio social e, assim, são produtoras de bens públicos (Jones & Mucha, 2014; Mendes *et al.*, 2018), como por exemplo mais coesão social, menores desigualdades, menos exclusão social, em plena harmonia com o enunciado do artigo 82º da Constituição da República Portuguesa. A produção e distribuição destes tipos de bens e serviços, pelas características económicas que lhes são próprias e que foram acima identificadas (Mendes *et al.*, 2018), fazem com que estas organizações operem estruturalmente em situação de prejuízo.

#### **2.1.4.2. Estratégias para a sustentabilidade das organizações da economia social**

As organizações de economia social desenvolvem, como as empresas, operações que também têm custos e potenciais impactos negativos que são importantes para as partes interessadas entenderem (Jones & Mucha, 2014).

Revisitando, brevemente, a estruturação dos rendimentos destas organizações em Portugal (Mendes *et al.*, 2018), identificamos os subsídios à exploração provenientes de entidades públicas como a principal fonte, correspondendo a 46,12%. Os restantes rendimentos, provêm da sua própria atividade,

nomeadamente das participações dos clientes-utentes (que corresponde a 31,7%, segundo o mesmo estudo) e ainda de doações privadas feitas por indivíduos ou empresas.

Em termos de gastos, são os que dizem respeito aos recursos humanos aqueles que se apresentam com maior expressão (58,41% segundo o mesmo estudo). E serão estes recursos, os humanos, o principal fator diferenciador destas organizações, na medida em que a provisão dos bens e serviços acontecem, sobretudo, na interação entre colaboradores e clientes-utentes e suas famílias. Ao mesmo tempo, o peso relativo deste gasto, é um dos fatores que mais contribui para as dificuldades financeiras e a sustentabilidade destas organizações, pois a produtividade dos colaboradores não aumenta ao mesmo ritmo que o resto da economia, mas os seus salários, ainda que baixos, vão tendo aumentos. Estes aumentos também se verificam para a generalidade dos outros gastos e daqui resulta o encarecimento dos bens e serviços produzidos nestas organizações - “enfermidade de Baumol” (Mendes, 2015).

O problema da sustentabilidade poderá inviabilizar a existência e o desenvolvimento das organizações, a não ser que sejam capazes de responder satisfatoriamente a tal desafio encontrando formas de o prevenir ou ultrapassar, nomeadamente pela dinamização inclusiva de sistemas reais e rigorosos de *accountability*, que estarão na base da divulgação às diferentes e múltiplas partes interessadas de informações de resultem de:

- a) Gerar resultados positivos, os quais serão investidos para cumprirem a sua missão (Jones & Mucha, 2014)
- b) Mobilizar trabalho voluntário, gerindo-o estrategicamente com rigor e profissionalismo (CASES, 2019)
- c) Angariar outras contribuições voluntárias em serviços (que não sejam o seu *core business*), em dinheiro e noutros bens;
- d) Beneficiar de financiamentos públicos no âmbito das relações de parceria com o estado (Tremblay-Boire & Prakash, 2015);
- e) Beneficiar de financiamentos de programas de responsabilidade social das empresas / parcerias corporativas (Costa *et al.*, 2011; Sanzo-Perez *et al.*, 2017);
- f) Apostar na gestão profissional (Sanzo-Perez *et al.*, 2017; Mourão & Gonçalves, 2019) e criar sistemas de medição do desempenho / resultados (Benjamin, 2013; Mourão & Gonçalves, 2019) que tenham foco de diagnóstico e foco de direção organizacional ou influência de decisões (Greiling & Stotzen, 2016) e de benefício dos *stakeholders* externos (Ebrahim A. , 2010);
- g) Focar-se na sua capacidade operacional pois para maximizar a sua eficiência deve medir o uso de recursos, a estrutura de custos e a estrutura financeira (Costa *et al.*, 2011);

- h) Conjugar a capacidade para fazer avaliação do desempenho da organização (competências da equipa de gestão e recursos tecnológicos disponíveis) com a capacidade para usar os resultados dessa avaliação (clima de aprendizagem e planeamento estratégico) (Bryan *et al.*, 2021);
- i) Estimular a inovação nos produtos e nos processos;
- j) Profissionalizar a comunicação externa, na medida em que as organizações devem explicar a sua missão e também comunicar os resultados das suas ações (Gazzola & Ratti, 2014; Roslan *et al.*, 2017).

As organizações de economia social vivem com o desafio constante da viabilidade financeira e da sustentabilidade económica (Mendes, 2018), mas também social e ambiental, uma vez que são dependentes de recursos externos (e internos) que podem aumentar ou diminuir de acordo com a sua boa gestão e governação (Moreno-Albarracin *et al.*, 2020) o que incluiu a sua competência na interação com uma vasta diversidade de *stakeholders* (internos e externos) (Costa *et al.*, 2011), que terão critérios de avaliação, níveis de poder, interesse e influência distintos (AccountAbility, 2015).

A sustentabilidade destas organizações passará pela adoção de uma gestão estratégica (Costa *et al.*, 2011; Mourão & Gonçalves, 2019) e sistémica que incorpore modelos, ferramentas e instrumentos de gestão (Mourão & Gonçalves, 2019) já testado no mundo empresarial, mas que sejam devidamente aculturados para o setor, respeitando as suas idiossincrasias, mostrando assim uma atitude de isomorfismo mimético (Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017).

Reforçamos com isto a oportunidade que a avaliação e relato da sustentabilidade pode constituir para estas organizações (Jones & Mucha, 2014).

### **2.1.5. Frameworks para a avaliação e relato**

O processo de *accountability* é entendido como um mecanismo de acompanhamento, avaliação e reporte da sustentabilidade da organização, em termos económicos, sociais e culturais, e ambientais, com o envolvimento das suas partes interessadas (AA1000).

Pese embora que cada organização poderá adotar a estrutura, os métodos, instrumentos e ferramentas que tenha como convenientes, podemos encontrar algumas *frameworks* de maior expressão. Para a apresentação destas, identificamos, inicialmente, aquilo a que o quadro legal português obriga; aquilo que o Ministério da Segurança Social recomenda no seu modelo de avaliação da qualidade das respostas sociais; aquilo que as *frameworks* internacionais sugerem. E assim:

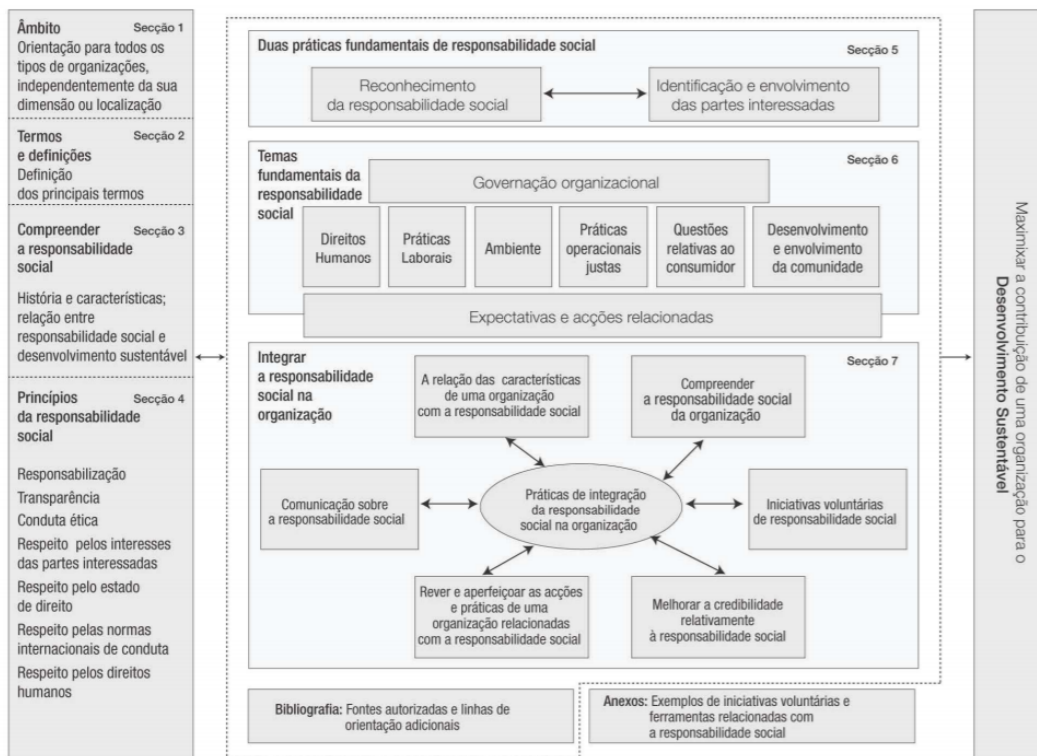
**a) de acordo com a legislação portuguesa em vigor:** é devida a apresentação, até 31 de março do ano subsequente, à assembleia geral (nos casos em que exista) e ao Instituto de Segurança Social, de um relatório de atividades e contas, cuja estruturação das contas deve obedecer às norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março) com respetivo parecer prévio do conselho fiscal, sendo omissa quanto aos resultados a apresentar em termos de desempenho social e ambiental.

**b) de acordo com as recomendações do modelo de avaliação da qualidade das respostas sociais proposto pelo Instituto de Segurança Social:** devem ser previstas metodologias de envolvimento, participação e avaliação da satisfação dos clientes, colaboradores, parceiros e outras partes interessadas, assim como evidenciados resultados tangíveis em termos de satisfação dessas partes e resultados para a sociedade em termos de desempenho social, ambiental e financeiro. Não se verifica, no modelo de avaliação da qualidade das respostas sociais, indicadores concretos e objetivos que apontem para o conteúdo da avaliação e relato.

**c) a ISO 26000:** apresenta as linhas de orientação para a responsabilidade social, foi lançada em 2011 e é uma estrutura abrangente estruturada em sete secções (conforme ilustra a figura 4) e defende sete princípios fundamentais de responsabilidade social (a saber: responsabilização – *accountability* -, transparência, conduta ética, respeito pelos interesses das partes interessadas, respeito pelo estado de direito, respeito pelas normas internacionais de conduta, respeito pelos direitos humanos). Apresenta sete temas fundamentais, designadamente: governação organizacional, direitos humanos, práticas laborais, ambiente, práticas operacionais justas, envolvimento e desenvolvimento da comunidade.

Fornece, na sua última seção, orientações para que cada organização ponha em prática os princípios enunciados, integrando os esforços da responsabilidade social em toda a organização e comunicando o desempenho (em termos económicos, sociais e ambientais) às suas partes interessadas (NP ISO26000:2011).

Figura 4 - Descrição geral esquemática da NP ISO26000



Fonte: ISO26000

A partir desta descrição geral esquemática (figura 4), a implementação de práticas de responsabilidade social numa organização beneficiará dos seguintes passos fundamentais:

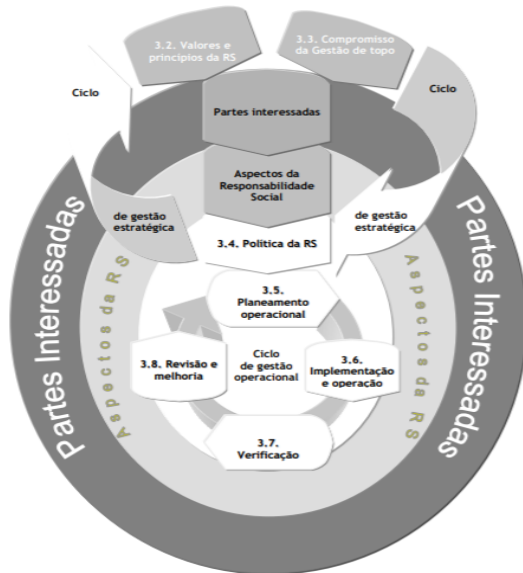
1. Considerar as características da responsabilidade social e da sua relação com o desenvolvimento sustentável (o que será encontrado na secção 3);
2. Rever os princípios de responsabilidade social (descritos na secção 4);
3. Submeter as práticas existentes a análise e reflexão, a partir das práticas fundamentais (apresentadas na secção 5);
4. Respeitar os princípios enunciados e submetê-los aos temas fundamentais, considerando expectativas e ações relacionadas, no exercício propriamente dito da responsabilidade social;
5. Integrar os princípios, temas e questões relevantes nas decisões e atividades, recorrendo às linhas de orientação disponibilizadas (na secção 7).

A esta norma podemos apontar limitações no seu uso e implementação. Desde logo os custos mais ou menos significativos para ter acesso à mesma; a sua extensão (a versão portuguesa conta com cento e vinte e oito páginas); a subjetividade a que está exposta pela ausência de indicadores; o facto de não ser auditável.

#### **d) a NP4469:2019 – sistema de gestão da responsabilidade social**

No desenvolvimento da Norma Internacional 26000, foi recomendado a cada país que, de acordo com as suas idiossincrasias, criasse uma resposta local que permitisse às organizações terem acesso a instrumentos que facilitassem a implementação da responsabilidade social. É neste contexto que surge esta norma. Atualmente, na sua segunda versão, a norma portuguesa NP 4469 - Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, tem como objetivo *“certificar o compromisso das organizações com as questões da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável”* (NP4469:2019). O mesmo é dizer que a adoção desta norma *“prepara as organizações para os novos desafios e tendências da economia global, contribuindo para a identificação e desenvolvimento de soluções inovadoras, melhorando a competitividade das organizações”* (NP4469:2019). No preâmbulo da própria norma, pode ler-se que *“contribuirá para a melhoria das relações com as partes interessadas, para o aumento da credibilidade e confiança nas cadeias de valor e presença continuada em mercados exigentes a nível ambiental, social e de governação”*. Apresenta-se, conforme ilustra a figura 5, com uma estrutura semelhante à ISO9001, por estar alinhada com os requisitos de estrutura de alto nível, facilitando assim a integração com outros sistemas ISO já implementados. De forma resumida, o ciclo de gestão estratégica inicia-se com a definição dos valores e princípios orientadores da organização e com o estabelecimento do compromisso da gestão de topo no âmbito da responsabilidade social e melhoria contínua. Seguidamente, é devida a análise contextual em termos económicos, sociais e ambientais, e uma análise interna da organização, nas suas componentes essenciais. Desta forma, será possível efetuar-se a primeira identificação das partes interessadas e dos aspetos da responsabilidade social da organização, que servirão de base à definição da respetiva política.

Figura 5 - Descrição geral esquemática da NP4469:2019



Fonte:NP4469:2019

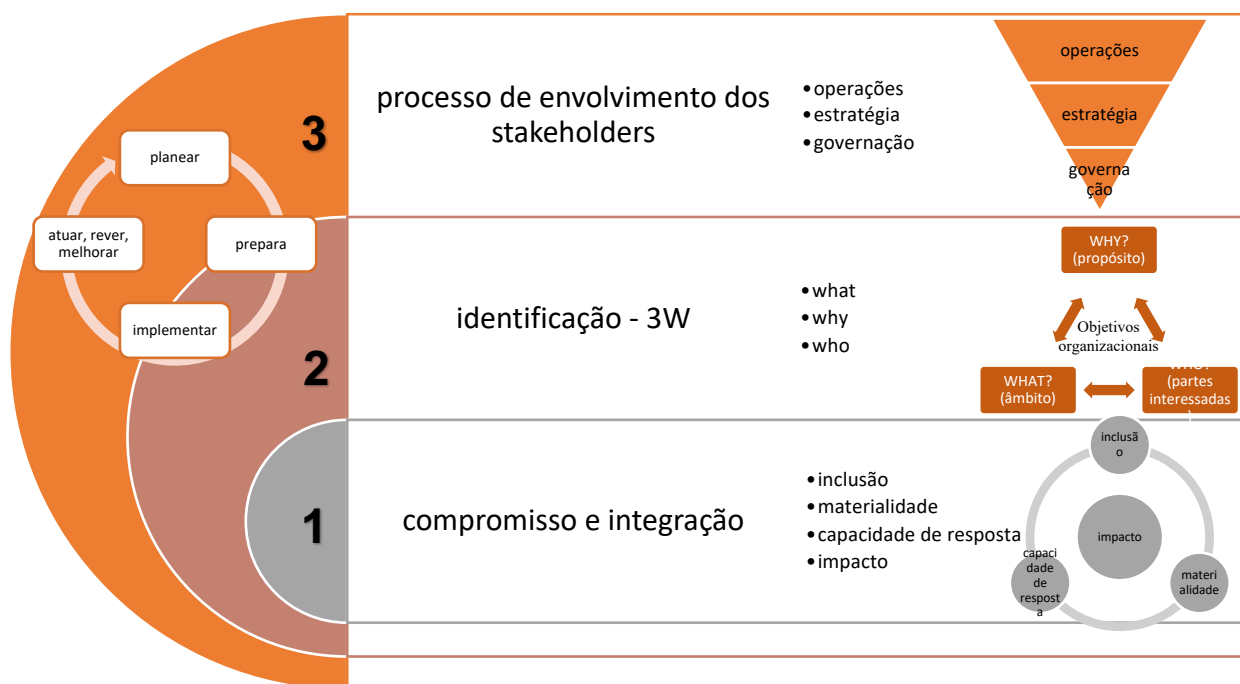
Em termos práticos, conforme mostra a figura 5, o modelo de gestão da responsabilidade social segundo esta norma, concretiza a política de responsabilidade social ao nível do ciclo de gestão operacional, de acordo com o desenvolvimento do ciclo PDCA, isto é, em termos de planeamento, implementação, monitorização e revisão / melhoria do desempenho da organização.

**e) AccountAbility AA1000:** apresenta uma família de três referenciais, desde os princípios (AA1000) que servem de base para compreender e alcançar a garantia da sustentabilidade (AA1000AS) e para um envolvimento responsável das partes interessadas (AA1000SES). Foi lançada em 1999 e desde aí tem atualizado continuamente as suas versões. Oferece princípios e padrões para que empresas, organizações de economia social e da administração pública incorporem responsabilidade ética, ambiental, social e de governação no seu ADN organizacional (AccountAbility, 2018). Na sua versão mais recente, o referencial é estruturado em quatro princípios fundamentais:

- Inclusão (as pessoas devem ter voz nas decisões que as afetam);
- Materialidade (quem toma decisões devem identificar e ser claro sobre os tópicos de sustentabilidade que importam);
- Capacidade de resposta (as organizações devem agir de forma transparente no âmbito da sustentabilidade e dos impactos relacionados); e
- Impacto (as organizações devem monitorizar, medir e prestar contas de como é que as suas ações afetam os ecossistemas mais amplos) (AccountAbility, 2018).

A partir destes princípios, o envolvimento das partes interessadas, idealmente, deverá acontecer ao nível das operações, da estratégia e da governação da organização, sendo que cada um desses âmbitos conta com uma descrição das atividades-chaves para a sua satisfação que oferece pistas sobre o modo de proceder, conforme ilustra, de forma esquemática, a figura 6.

Figura 6 - Descrição geral esquemática da AA1000SES



Fonte: autora, a partir da AccountAbility1000SES

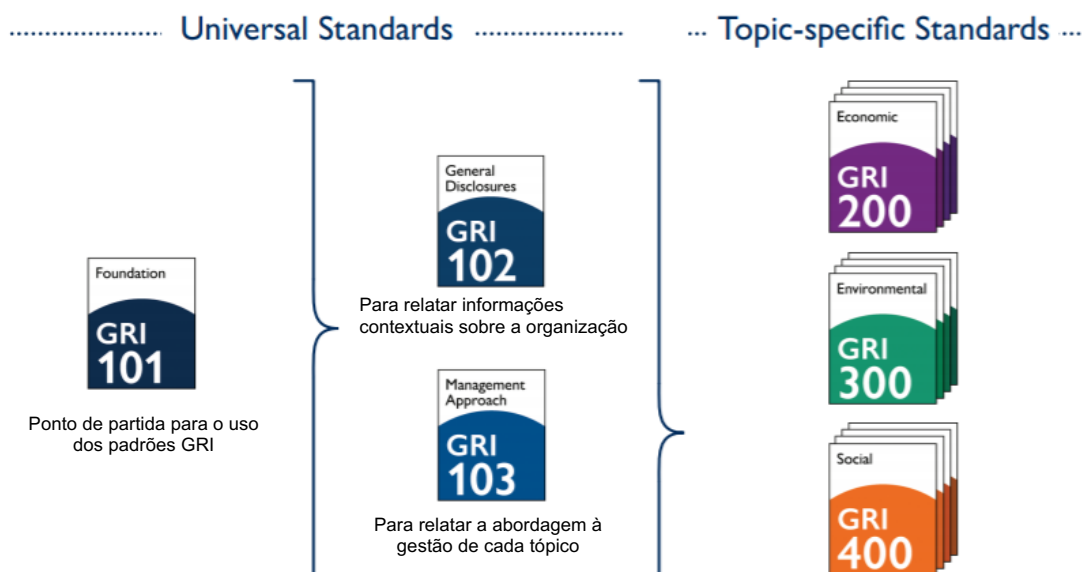
Desta forma, numa abordagem intencional e estratégica a organização fica elucidada sobre o que deve seguir em termos de recomendação de boa prática, mas não é feita qualquer prescrição.

Este referencial é bastante completo e a limitação à sua implementação poderá estar relacionada com o pensamento e ação estratégicos a que obriga. Realidade que nos atrevemos a dizer distante, para a maioria das organizações de economia social, designadamente as IPSS. A auditoria que o reconhecimento da implementação exige, poderá, pelas razões anteriormente descritas nos mecanismos de *accountability*, desmotivar as organizações. De qualquer forma, é possível optar pela implementação do referencial, que se encontra disponível gratuitamente<sup>4</sup>, sem chegar à fase da auditoria de certificação.

**f) GRI – Global Reporting Initiative:** apresenta, desde 1997 uma estrutura modular e inter-relacionada de padrões globais para relatórios de sustentabilidade, em termos de impactos económicos, sociais e ambientais “*triple bottom line*”, conforme esquematiza a figura 7. Contém uma estrutura genérica e módulos específicos de acordo com cada setor. Na estrutura genérica podemos encontrar três padrões universais, isto é, aqueles que se aplicam a qualquer organização que prepara um relatório de sustentabilidade: fundação, divulgações gerais e formas de gestão. A seguir, para cada tópico essencial são desenvolvidos standards específicos: económico, social e ambiental.

<sup>4</sup> <https://www.accountability.org>

Figura 7 - Descrição geral esquemática do GRI



Fonte: Global Reporting Initiative, 2020

Em relação aos aspetos económicos, podemos encontrar: a performance económica, a presença no mercado, os impactos económicos indiretos, as práticas de compras / fornecedores, anti-corrupção e comportamento anti-competitivo (Global Reporting Initiative, 2013).

Em termos ambientais, são considerados fundamentais os seguintes tópicos: materiais, energia, água e efluentes, biodiversidade, emissões, efluentes e lixos, conformidade ambiental, avaliação ambiental dos fornecedores (Global Reporting Initiative, 2013).

Para os aspetos sociais: colaboradores, relações laborais, saúde e segurança no trabalho, formação e desenvolvimento dos recursos humanos, diversidade e igualdade de oportunidades, não-discriminação, liberdade de associação e sindicalização, trabalho infantil, trabalho forçado, práticas de segurança, direitos dos povos indígenas, direitos humanos, comunidades locais, responsabilidade social dos fornecedores, políticas públicas, saúde e segurança dos consumidores, marketing, privacidade do consumidor, conformidade socioeconómica (Global Reporting Initiative, 2013).

Para além destes *standards* aplicáveis a qualquer organização, a GRI ainda disponibiliza dez divulgações específicas por setor, nomeadamente: operadores aeroportuários, construção e imobiliário, utilidades elétricas, organizadores de eventos, serviços financeiros, processamento de comida, meios de comunicação, mineração e metais, organizações não governamentais, óleo e gás. No âmbito deste trabalho, terá relevância, somente, o relativo às organizações não governamentais.

Os princípios para a definição do conteúdo do relatório, que indicam: a inclusão dos *stakeholders*, o contexto de sustentabilidade, a materialidade e a completude; e princípios para definir a qualidade do relatório, tais como a precisão, o equilíbrio, a clareza, a comparabilidade, a confiabilidade e a pontualidade (Global Sustainability Standards Boards, 2018).

A extensão desta norma, o número de indicadores e a complexa interação entre os *standards* que a compõe, serão, porventura, as principais críticas que lhes podem ser dirigidas. A par destas destacamos ainda:

- evidências empíricas sobre a deficiência na notificação em relação à completude, acessibilidade e comparabilidade dos dados de 177 relatórios certificados como A+; assim como, áreas potenciais nas quais a informação não financeira poderia ser melhorada nos mesmos termos. Salientam também que a opção de relatar todos os indicadores ou somente alguns deles, tem levado algumas empresas a optar somente pela informação que lhes é favorável (Knebel & Seele, 2013 as cited in Pavaloaia *et al.*, 2017);
- críticas semelhantes, dando mesmo nota do fracasso da GRI na promoção do desenvolvimento sustentável (Milne & Gray, 2013 as cited in Pavaloaia *et al.*, 2017);
- a atribuição à GRI o título de mais importante ferramenta de comunicação para a redução da informação assimétrica entre organizações, investidores e outras partes interessadas (Schadewite & Niskala, 2010 as cited in Pavaloaia *et al.*, 2017);
- relação positiva entre relatórios de sustentabilidade e desempenho financeiro, a partir da meta-análise de 167 relatórios (Margolis *et al.*, 2007 as cited in Pavaloaia *et al.*, 2017);
- relação positiva numa amostra de 130 empresas lucrativas alemãs e tendência para fornecerem mais informação ambiental (Gamerschlag *et al.* 2011 as cited in Pavaloaia *et al.*, 2017);
- correlação positiva entre desempenho ambiental e relatórios GRI para 191 empresas dos Estados Unidos dos 5 setores industriais mais poluentes (papel e celulosa, produtos químicos, petróleo e gás, metais e mineração; serviços públicos (Clarkson *et al.* 2008 as cited in Pavaloaia *et al.*, 2017).

A GRI não regula o comportamento das entidades, mas ajuda a descrever o resultado da implementação de práticas, políticas e sistemas de gestão voltadas para o desenvolvimento sustentável Pavaloaia *et al.*, 2017) e, atualmente, as diretrizes da GRI são o padrão mais amplamente aceite (KPMG International , 2015).

Esta descrição de práticas é essencial, então, quer para a análise e melhoria internas quer para responsabilização externa. Isto porque, indissociável das práticas de *accountability* estão as práticas de divulgação, tornando, assim, as organizações transparentes em relação aos seus impactos.

Dada a diversidade das *frameworks*, a partir dos indicadores do GRI, para os itens essenciais do relatório de sustentabilidade, pesquisamos as correspondências possíveis entre essas, a AccountAbility 1000SES e a NP 4469, apresentando-as no apêndice 1.

Para além destas *frameworks* de avaliação e relato, analisamos, também diferentes propostas de índice de divulgação validados academicamente e publicados em revistas indexadas na última década, nomeadamente:

- Disclosure Index (DI) (Gandia, 2011);
- Nonprofit Virtual Accountability Index (NPVAI) (Dumont, 2013);
- ChDI - Charity Disclosure Index (Zainon *et al.*, 2014);
- Accountability.org: Online Disclosures by U.S. Nonprofits (Tremblay-Boire & Prakash, 2015)
- Índice de Boas Práticas de Divulgação para as Fundações (Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017);
- The Drivers of voluntary transparency in nonprofits (Sanzo-Perez *et al.*, 2017);
- Estrutura do relatório de transparência focado nas partes interessadas (Hyndman & McConville, 2018);
- Accounting and reporting by Charities: Statement of Recommended Practice (SORP) (Charity Commission, 2019);
- Índice de Divulgação de Informação aplicado às Misericórdias (Carvalho *et al.*, 2020);
- Indicadores de transparência para melhorar o *accountability* das organizações da economia social (Moreno-Albarracin *et al.*, 2021).

Pesquisamos a correspondência destes índices com os indicadores GRI, de modo a identificarmos aqueles que na literatura são referenciados de forma mais consistente. Os resultados desta análise estão contemplados no índice de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social que apresentamos, e estão disponíveis no apêndice 2.

## 2.2. Teorias de Suporte

### 2.2.1. Teoria dos *Stakeholders* e a Divulgação da Informação

Ao longo do tópico *Accountability*, o termo “partes interessantes” é bastante referido e toda a prestação de contas parece ser para, e ter de envolver, os diferentes *stakeholders* da organização. Por esse motivo, optamos por dedicar parte da nossa atenção a este assunto.

Numa primeira incursão semântica, ao nível de senso comum, falar de partes interessadas, leva-nos a pensar em *peessoas que tenham interesses*. De facto, desde sempre, e em áreas tão distintas como a estratégia militar ou o sistema de ensino, em investigações científicas ou na comunicação social, em encontros científicos ou congressos partidários, ouvimos referências à necessidade de aliados e de parceiros; às boas relações entre as partes para atingir objetivos; ao impacto que os inimigos ou mal-intencionados podem ter naquilo a que nos propomos.

O conceito *stakeholder* foi popularizado pelo filósofo Robert Edward Freeman (Freeman, 1984), que expõe que existem pessoas ou grupos que afetam ou são afetados pelos objetivos de uma organização, e por isso, os gestores devem ter conhecimento e preocupar-se com a sua opinião e expectativas, sendo este um aspeto fundamental para qualquer estratégia (Roque, 2010). Também no modelo das cinco forças competitivas de Porter (as cited in Santos, 2008) são indicados ainda que indiretamente, os *stakeholders* e a necessidades de os mapear e conhecer para que a organização melhore as hipóteses de sucesso da sua estratégia.

Atualmente, nas mais populares *frameworks* podemos encontrar definições compatíveis e inspiradas naquela que Freeman (1984) apresentou:

- as partes interessadas são todos aqueles indivíduos, grupos de indivíduos ou organizações que afetam e/ou podem ser afetadas pelas atividades, produtos ou serviços e correspondente desempenho de uma organização (AccountAbility, 2018)
- partes interessadas são organizações ou indivíduos que têm um ou mais interesses em qualquer decisão ou atividade de uma organização. Como esses interesses poderão ser afetados pela organização, é criada uma relação com a organização. Essa relação não é necessariamente formal (..) consciente (...) (NP ISO26000:2011)
- mais recentemente, também os que se percebem como afetados pela organização são entendidos como um *stakeholder* ou parte interessada, e assim, pessoa ou organização que pode afetar, ser afetada por, ou considerar-se como sendo afetada por uma decisão ou atividade (ISO9001:2015) e são disso exemplo para além dos clientes, proprietários, fornecedores, as entidades bancárias, reguladores, sindicatos, parceiros ou sociedade, onde se podem incluir competidores ou grupos de pressão opostos.

Ao nível das organizações da economia social, a confiança dos *stakeholders* é vital para a sua existência (Yang & Northcott, 2019) e para garantir a sua sustentabilidade de longo prazo (Hyndman & McConville, 2018), daí a importância de um ambiente de legitimidade baseado na confiança pública (Yasmin & Ghafran, 2021), do qual são componentes fundamentais sistemas e procedimentos que orientem o funcionamento da organização e favoreçam a divulgação voluntária de informação (*accountability* estrutural), assim como percepções e significados que traduzam a aceitação das atividades organizacionais como adequadas ao ambiente sociopolítico (*accountability* social) (Yasmin & Ghafran, 2021).

A divulgação de informação de desempenho não financeira é considerada importante na definição do *accountability* destas organizações e relação de confiança com o público em geral, favorecida pela inclusão de “revelações emocionantes” como fotografias e testemunhos pessoais e também pelo envolvimento do público face-a-face (Yang & Northcott, 2019). Ainda que se reconheça que mecanismos de *accountability* pública e direta possam ser ineficazes devido às dificuldades de envolver e compreender as necessidades de informação do público em geral (Hyndman & McConville, 2018).

Uma das características fundamentais das organizações de economia social, é a sua multiplicidade de partes interessadas (Ebrahim, 2010; Cordery *et al.*, 2019). Numa tentativa não exaustiva, encontramos vários grupos, designadamente: público em geral; empresas; conselho de administração, beneficiários, utentes-clientes, doadores particulares, parceiros, poder local (municípios), entidades reguladoras, doadores institucionais, staff (profissionais), voluntários, outras organizações da economia social.

Esta característica é vista também como um dos maiores desafios à criação e manutenção de sistemas de *accountability* (Costa *et al.*, 2011). A título de exemplo, parece que por uma questão de sobrevivência organizacional, os doadores e financiadores devem ser os primeiros e principais destinatários da divulgação de informação (Ebrahim A. , 2005); por uma questão moral, os principais deverão ser os beneficiários por serem quem recebe os serviços (Brown & Moore, 2001); por uma questão de reputação, será o público em geral (Jones & Mucha, 2014) e para atrair e reter talentos, a preocupação principal deverá ser em demonstrar compromisso com boas práticas organizacionais e assim dirigirem-se ao staff (colaboradores assalariados) (Hu *et al.*, 2019). Esta multiplicidade de exigências pode ser conflituante (Brown & Moore, 2001).

Portanto, as relações da organização com cada parte interessada são variáveis e assimétricas, o que reforça a tendência para o uso de mecanismos de *accountability* que satisfaçam os interesses dos *stakeholders* mais poderosos (Ebrahim A. , 2010). Quanto a isto, é ultrapassável se considerarmos o envolvimento das partes interessadas como uma constituinte fundamental das práticas de *accountability* destas organizações (Costa *et al.*, 2011; Valentinov, 2011; Benjamin, 2013; Cordery *et al.*, 2019). E apesar

do peso expressivo dos financiadores (Ebrahim A. , 2005), destacamos, dos índices já existentes, o valor estratégico do *accountability* (Costa & Silva, 2019) que permitirá promover o desempenho das organizações e garantir maior justiça na economia global (Murtaza, 2012) e a percepção disso por parte dos gestores destas organizações pode ser um fator impulsionador de sistemas *accountability* robustos e transparentes (Fitzgibbon, 2021).

Parece, portanto, inquestionável que as organizações da economia social têm de direcionar as suas estratégias de *accountability* para diferentes tipos de partes interessadas (Costa *et al.*, 2011), sendo que a qualidade das informações divulgadas pode aumentar a sua responsabilização perante as mesmas, contribuindo assim para a sua credibilidade a longo prazo e para a consciencialização da importância do setor para a comunidade em geral (Roslan *et al.*, 2017).

Embora as organizações da economia social sejam, em muitos países, incluindo Portugal, obrigadas por lei a tornar públicos os seus relatórios financeiros, pouco se sabe sobre a divulgação dessas informações para as suas partes interessadas num ambiente de divulgação voluntária. Numa investigação recente (Hu *et al.*, 2019), identificam padrões de tomada de decisão de divulgação financeiras para as três partes interessadas descendentes, e assim: a divulgação ao staff está associada à estratégia e ao *governance*; a divulgação aos beneficiários está associada ao *governance* e a divulgação ao público em geral está associada à estratégia, capacidade e cultura organizacional. Evidenciam que a prestação de contas a estas partes interessadas é fundamental para aumentar o seu envolvimento e capacitar as próprias organizações para melhorar a capacidade de resposta ao seu público-alvo (Hu *et al.*, 2019).

Uma vez reconhecida a necessidade de considerar as partes interessadas, identificam-se três fases, sequenciais, para o envolvimento e participação dos *stakeholders* (Manetti & Toccafondi, 2014):

1. *Stakeholder mapping* – as organizações devem identificar e mapear as suas partes interessadas, distinguindo os *stakeholders* estratégicos a curto e médio prazo, daqueles que não afetam a sua sustentabilidade;
2. *Stakeholder management* – as organizações tentam gerir as expectativas, as exigências e as questões colocadas pelas suas partes interessadas, equilibrando posições;
3. *Stakeholder engagement* – os diretores e gestores envolvem os *stakeholders* estratégicos nas tomadas de decisão, fazendo deles participantes na gestão e modelo de governação, partilhando informação, dialogando e criando um modelo de responsabilização mútua.

As fases relativas à identificação e envolvimento das partes interessadas são também referidas como uma prática fundamental em termos de responsabilidade social (NP ISO26000:2001). Ou dito de outro modo, conhecer as expectativas das partes interessadas, dar-lhes resposta e prestar-lhes contas, são aspetos fundamentais da gestão socialmente responsável e da transparência das organizações

(Roque, 2010). A forma como cada fase fundamental do processo de envolvimento das partes interessadas é satisfeita, deverá obedecer a lógicas de gestão participativa, cabendo à organização decidir em harmonia com os seus *stakeholders* (AccountAbility, 2018).

Apesar da diversidade de partes interessadas, não terão todas o mesmo poder e influência na organização, nem a mesma importância na concretização da sua missão. Por isso, a organização deverá identificar as suas partes interessadas, partindo da sua missão, dos seus valores, do seu contexto e da sua visão. Na norma AA1000SES (AccountAbility, 2015), são apresentados cinco critérios para a identificação das partes interessadas:

1. Responsabilidade: perante quem a organização tem, ou poderá ter, responsabilidades legais, financeiras e operacionais;
2. Influência: quem tem poder para influenciar ou decidir o futuro da organização e dos seus projetos e programas;
3. Proximidade: com quem a organização mais interage; de quem a organização depende para as suas operações diárias;
4. Dependência: quem está direta ou indiretamente dependente das atividades e operações da organização;
5. Representação: quem pode legitimamente afirmar-se como sendo representante de um grupo de indivíduos ou de organizações.

De acordo com os autores (Manetti & Toccafondi, 2014) na perspetiva abordada por Freeman (1984), são possíveis de identificar duas formas de relação entre a organização e as suas partes interessadas:

1. Dimensão instrumental: onde a organização procura estabelecer relações entre a conduta responsável e os resultados das organizações, para maximizar o seu desempenho.
2. Dimensão normativa: segundo a qual, as organizações devem agir eticamente e as organizações da economia social, em particular, têm o dever moral de satisfazer as necessidades e exigências das partes interessadas.

Na investigação, há estudos que não verificaram ligações entre a qualidade do envolvimento dos *stakeholders* e possíveis benefícios, para as organizações, para as partes interessadas ou para as comunidades locais, em termos de desempenho social e financeiro ou de missão (Manetti & Toccafondi, 2014); enquanto outros, evidenciam que a profissionalização da equipa e as parcerias (entendidos como *stakeholders* relevantes) impactam positivamente na transparência e melhoria do desempenho da organização (Sanzo *et al.*, 2017). De qualquer forma, uma comunicação eficiente, suportada no *mix* adequado de instrumentos, estratégias e canais, e eficaz na gestão do relacionamento com múltiplos *stakeholders*, é uma das práticas inovadoras que as organizações da economia social têm ao seu dispor

para se tornarem cada vez mais excelentes, quer a nível organizacional, quer socialmente (Martins *et al.*, 2010). Identificar a dimensão mais prevalente, poderá dar pistas, quer para a atitude dos diretores / gestores, quer para indicar alguma intenção implícita (ou mesmo explícita) da abordagem às partes interessadas. Conseguir o equilíbrio entre ambas, poderá ser um fator crítico para o sucesso das relações entre a organização e as suas partes interessadas (Fitzgibbon, 2021).

Parecendo consensual que uma relação efetiva e estrategicamente orientada para as partes interessadas traz ganhos e melhorias quer operacionais quer estratégicas (Roque, 2010) (AccountAbility, 2015), a necessidade dos *stakeholders* receberem informação que lhes facilite a avaliação do desempenho e tomada de decisão face às organizações da economia social está longe de ser satisfeita (Francisco & Alves, 2010).

Digamos que o que está na base do envolvimento das partes interessadas, será a ideia de parceria que remete para intervenções e interações que fomentam a troca de informações para benefício mútuo, a conjugação de esforços para a resolução de problemas comuns onde cada membro é uma parte constituinte de uma rede onde os graus de poder são equivalentes.

Nas organizações de economia social, há, tradicionalmente, problemas de informação assimétrica sobre o que se é e sobre o que se faz, muito facilitados pelo seu modo de governo. Com efeito, problemas de risco moral e de seleção adversa acompanham as relações entre associados e direção; direção e staff; organização e doadores; clientes e organização (Mendes, 2015). Também se identifica, nestas organizações, alguma tendência para o estabelecimento de relações de colaboração (uma das partes prevalece) em vez de relações de cooperação, que serão aquelas que alimentarão o envolvimento dos *stakeholders* (Mendes, 2015).

Outro aspeto a ter em atenção será a gestão dos riscos inerentes ao envolvimento das partes interessadas, quer para a organização quer para o *stakeholder*. Para as primeiras, podemos reconhecer como principais riscos: danos na reputação, desperdício de tempo e recursos financeiros, criação de conflitos de interesses, desacordo interno sobre o caminho a seguir (AccountAbility, 2015). Para as partes interessadas, os principais riscos serão: falta de vontade para o envolvimento, desinformação e ausência de poder de influência, conflitos com outras partes interessadas, intervenientes disruptivos, fadiga da participação, entre outros (AccountAbility, 2015). Quanto mais robusto for o processo de identificação, avaliação e gestão dos riscos, melhores decisões tomarão as organizações. No que diz respeito ao envolvimento das partes interessadas, esta gestão do risco traduz-se no planeamento efetivo desse envolvimento, o que não se esgota, mas inclui, a antecipação de cenários.

**Em conclusão:** o envolvimento das partes interessadas é indispensável à vida de qualquer organização, nenhuma existe só, todas nascem, crescem, desenvolvem-se e findam num determinado ambiente próximo, contextual e transacional. A prossecução da sua missão implica a satisfação de necessidade e expectativas das partes, sejam elas quais forem. A forma como cada uma põe em prática

a interações com os diferentes contextos e diversas partes interessadas, poderá, no âmbito da economia social, ser um dos fatores diferenciadores da sua ação contribuindo, decisivamente, para uma gestão mais profissional que alavanque a capacidade das organizações e se expresse no seu impacto económico, social e ambiental.

### **2.2.2. Outras Teorias na abordagem à Divulgação da Informação**

Em todo o mundo, a dimensão, a importância e crescimento destas organizações apontam no sentido ascendente (Salamon & Anheier, 1997; Galvez-Rodriguez *et al.*, 2012; Anheier *et al.*, 2013; Connolly *et al.*, 2013; Gazzola & Ratti, 2014; Roslan *et al.*, 2017) ainda que a definição do setor em si tenha idiosincrasias próprias. Esse crescimento, associado à forte dependência por parte do Estado, o seu principal parceiro – financiador, como legalmente previsto, validam que, a única forma que estas organizações têm de assegurar que o desvio [financeiro, de influência, da missão, ...] não acontece é serem capazes de construir fortes sistemas de *accountability* (Edwards & Hulme, 1996) que permitam monitorizar a sua governação, estratégia e performance, isto é, serem exemplo de práticas de responsabilidade social, nomeadamente na divulgação dos seus impactos. As teorias relacionadas à divulgação voluntária da informação que podemos encontrar na literatura estão ligadas à teoria da agência (Jensen & Meckling, 1976), à teoria da sinalização (Spence, 1973) ou à teoria da legitimidade (Suchman, 1995). Contudo, atendemos à importância da informação numa abordagem mais eclética que nos ajude na transposição da interpretação teórica aplicada às organizações da economia social.

A divulgação de informações financeiras tradicionais tem um papel limitado no cumprimento do *accountability*, uma vez que não fornecem informação sobre aspetos como o sucesso, desempenho e impacto, daqui que se venha a dar cada vez mais atenção à divulgação voluntária (Yasmin & Ghafran, 2021). Isto é a divulgação das suas atividades e contas de forma rigorosa e transparente serão um meio de legitimar a existência, manutenção e contínuo financiamento destas organizações.

O mundo atual, estará, mais do que nunca exposto ao fenómeno da divulgação, entendido esta no seu significado mais básico: *dar a conhecer a muitos* ou *tornar público*. A internet e o fenómeno das redes sociais digitais têm sido usadas para cumprir uma prestação de contas narrativa regular mas menos formal (Yasmin & Ghafran, 2021), ainda que a divulgação esteja ligada ao tamanho e reputação das organizações (Tremblay-Boire & Prakash, 2015) e portanto não pode ser um indicativo das práticas mais amplas do setor.

A divulgação de informação pode ser voluntária ou obrigatória. Estas dirão respeito às informações que, por lei, são necessariamente tornadas públicas e / ou partilhadas, com uma ou mais instâncias ou entidades. As primeiras, dirão respeito a tudo aquilo que uma pessoa ou organização partilha, por sua iniciativa e vontade.

A divulgação de informação de contabilidade mereceu outra atenção, a partir de 1968, quando um estudo demonstrou empiricamente, pela primeira vez, que relatórios anuais e outras ferramentas de *accounting* eram de imenso valor para os investidores pois, a sua disponibilização estava diretamente correlacionada com as mudanças nos preços das ações (Ball & Brown, 1968). Assim, o assunto da *disclosure* ganhou interesse académico.

Um dos contributos que podemos encontrar com o objetivo de explicar o fenómeno da divulgação de informações financeiras, a partir de diversas perspetivas, como razões económicas ou razões de índole social para que determinada informação seja divulgada voluntariamente, estão patentes nos estudos de Verrecchia (1983; 2001). Várias teorias foram desenvolvidas na literatura da divulgação para explicar as razões por detrás da decisão de divulgar mais e / ou melhores informações (Urquiza *et al.*, 2010), formalizando-se que não há uma teoria da divulgação única, abrangente ou bem integrada (Verrecchia, 2001). E a partir daí, categoriza os vários modelos da teoria da divulgação, propondo uma taxonomia que engloba três categorias amplas de pesquisa (Verrecchia, 2001): (1) divulgação baseada na associação (*association-based disclosure*); (2) divulgação baseada no julgamento (*discretionary-based disclosure*); e, (3) divulgação baseada na eficiência (*efficiency-based disclosure*).

A primeira categoria diz respeito às mudanças no comportamento dos *stakeholders* que a divulgação provoca; a segunda identifica quais os motivos que acompanham os gestores ou as organizações na decisão de divulgar determinada informação e a terceira discute os tipos de divulgação mais eficiente. Em qualquer uma delas, há uma certa ansiedade para a publicação de boas notícias, e resistência à divulgação de más notícias (Verrecchia, 2001). A segunda categoria – *discretionary-based disclosure* - sugere que a divulgação voluntária é um processo endógeno, enquanto que a primeira – *association-based disclosure* - traz para a divulgação uma componente exógena. Considerar como um evento endógeno está relacionado com o facto de se aceitar que os gestores possuem a tendência de divulgar determinada informação não requerida pela legislação (Dye, 2001), a partir de incentivos para evidenciarem informação de carácter voluntário e assim obterem mais benefícios do que custos (Dye, 2001; Verrecchia, 2001), exercendo o julgamento de divulgar (ou não) informações sobre as quais detém conhecimento (Verrecchia, 2001).

A divulgação envolve benefícios de longo prazo e custos de curto prazo, como a recolha de dados para a elaboração do *reporting* ou a auditoria dos relatórios (Branco & Rodrigues, 2006). Portanto, é necessária uma estrutura capaz de sustentar a recolha e organização da informação, assim como a sua divulgação. A divulgação é realizada com o objetivo de reduzir custos políticos e sociais, por isso a maioria das organizações partilha informação que não as prejudique e contribua para a construção de uma imagem positiva das suas atividades (Dye, 2001; Branco & Rodrigues, 2006).

No âmbito das organizações da economia social, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social, a divulgação da informação tem um enquadramento legal (Decreto-Lei n.º 36-

A/2011 de 3 de setembro de 2011; Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro de 2014; Decreto-Lei n.º 98/2015, de 6 de fevereiro de 2015), ao nível da informação financeira. Como resposta aos escândalos no setor, os cidadãos pedem uma maior divulgação por partes destas organizações (Sanzo-Perez *et al.*, 2017). A legitimidade e o cumprimento da missão são fortalecidos pelo grau de *accountability* e, particularmente pelo nível de transparência, demonstrados por estas organizações (Sanzo-Perez *et al.*, 2017).

A transparência destas organizações, associada à sua divulgação voluntária, está dependente da implementação prévia de um sistema de *accountability*, o que é um desafio particular, devido a três grandes motivos interligados (Sanzo-Perez *et al.*, 2017): pluralidade de *stakeholders*, difícil equilíbrio entre a dimensão instrumental e a dimensão expressiva e a dificuldade de medir a criação de valor social.

O que é ultrapassável, desde que a transparência seja entendida como um processo que envolve a recolha e disponibilização para escrutínio público de informações relevantes sobre a organização, tanto em termos de *governance*, quanto de gestão, que satisfaça as expectativas dos *stakeholders* internos e externos (Rey-Garcia *et al.*, 2012).

Para estes que financiam, regulam ou se envolvem de qualquer outra forma na organização, a preocupação central, é a eficácia no cumprimento da missão (Hyndman & McConville, 2018). Apesar da falta de tradição na medição dos resultados alcançados para o cumprimento da missão, partindo de uma missão, visão e valores claramente definidos (Moreno-Albarracin *et al.*, 2021), podem ser traçados objetivos (Sanzo-Perez *et al.*, 2017) e medidos resultados diretos, individuais, sociais, assim como traçada a eficácia baseada em resultados e em *outcomes* (Hyndman & McConville, 2018).

Parecem ser três os fatores externos que mais influenciam a transparência destas organizações (Rey-Garcia *et al.*, 2012): regulamentação, autorregulação e exigências dos *stakeholders*. A transparência, parece ser a dimensão-chave do *accountability* por mitigar as assimetrias de informação entre as diferentes partes interessadas e a organização ao aumentar a capacidade dos *stakeholders* para responsabilizar a organização (Sanzo-Perez *et al.*, 2017). Isso será conseguido pela divulgação de informação para além da legalmente exigida e resultará de uma gestão socialmente responsável. Estes comportamentos responsáveis geram confiança entre as partes interessadas relevantes (Yang & Northcott, 2019) e, assim, ajudam estas organizações a construir e captar os recursos (Sanzo-Perez *et al.*, 2017) tangíveis como materiais, financeiros e humanos; e os intangíveis como sejam a legitimidade na comunidade próxima, nos formuladores de políticas e na sociedade em geral.

### 3. METODOLOGIA

*Querem que vos ensine o modo de chegar à ciência verdadeira? Aquilo que se sabe, saber que se sabe; aquilo que não se sabe, saber que não se sabe; na verdade é este o saber.*  
Confúcio

#### 3.1. Objetivos da investigação

O rápido crescimento do setor [da economia social], bem como os significativos e crescentes impactos económicos, sociais e culturais e ambientais das organizações que o compõem em todo o mundo, sugerem uma reconsideração das abordagens à prestação de contas (Jones & Mucha, 2014).

Recentemente, numa revisão da literatura sobre *accountability* das organizações da economia social descobriram que muitas delas não atendiam sequer aos requisitos básicos de *accountability* nos seus relatórios anuais, ainda que, os níveis de divulgação parecem ter melhorado nos últimos tempos (Yasmin & Ghafran, 2021). E se estes relatórios anuais, se transformarem em relatórios de sustentabilidade expressarão a participação e compromisso destas organizações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entendido estes como o desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (NP ISO26000:2011).

Sob uma perspetiva interpretativa os relatórios de sustentabilidade, se baseados nos princípios da materialidade e relevância, poderiam representar a crescente atenção das organizações da economia social à sua responsabilidade externa por uma visão mais construtivista social do impacto social e influência (Manetti & Toccafondi, 2014).

Esta realidade associada ao aumento do tamanho e da influência do setor e à forte dependência por parte do Estado (que pode comprometer a necessária independência das mesmas desviando-as da sua missão), levam-nos a subscrever Edwards & Hulme (1996): a única forma que estas organizações têm de assegurar que o desvio não acontece é serem capazes de construir fortes sistemas de *accountability*, que permitam monitorizar a sua governação, estratégia e performance. Compromissos sérios de transparência e desempenho efetivo são intrínsecos a práticas responsáveis e basilares.

Para além disto, pelo facto de gerirem, maioritariamente, dinheiro público (direta ou indiretamente), estas organizações devem ter preocupações concretas em demonstrar e evidenciar a sua atividade, também como forma de responder, diferencialmente, às crescentes denúncias públicas que reportam negócios ilícitos, conflitos de interesses, gestão danosa e falta de transparência (Jones & Mucha, 2014).

Aceita-se que a transparência e a prestação de contas são aspetos-chave para a mobilização de recursos ao apresentar de forma clara, a origem e aplicação dos mesmos (Dall’Agnol *et al.*, 2017).

Apesar da obrigatoriedade legal de, em Portugal, estas organizações apresentarem e publicarem relatórios anuais de atividades e contas, não se identificaram pesquisas empíricas que nos permitam concluir acerca do cumprimento desse requisito, nem da correspondência destes às recomendações internacionais em matérias de avaliação e reporte de sustentabilidade económica, social e ambiental.

Perante essa lacuna, desenvolvemos esta investigação com o objetivo principal de **conhecer e analisar as práticas de divulgação voluntária da informação nas IPSS portuguesas**, para tal propomos a:

1. Criar e validar um índice de divulgação voluntária de informação, específico para o setor da Economia Social que oriente a divulgação voluntária e integrada de informação sobre a sustentabilidade económica, social e ambiental;
2. Identificar as informações relevantes mais frequentemente divulgadas e não divulgadas por estas organizações;
3. Verificar se há relação entre as práticas de divulgação voluntária da informação e a importância que lhes é atribuída nas organizações e ainda, se há relação entre práticas e:
  - a. o número de clientes (utentes / beneficiários) apoiados
  - b. a dimensão da organização (volume orçamental)
  - c. a idade cronológica
  - d. a forma jurídica
  - e. a localização
  - f. a existência de sistemas de gestão certificados
  - g. o número de colaboradores assalariados
  - h. a função/cargo que a pessoa com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação ocupa na organização da economia social

### 3.2. Esquema de investigação e hipóteses

O nosso esquema de investigação (figura 8) parte da distinção entre divulgação voluntária e divulgação obrigatória, centrando-se na primeira.

Figura 8 - Esquema de Investigação relativo à Divulgação Voluntária da Informação nas organizações da economia social



Fonte: autora

Na divulgação voluntária de informação das organizações da economia social, criamos e validamos o índice de (conforme objetivo um desta investigação); a seguir, pesquisamos as perceções sobre as práticas das próprias organizações e a importância atribuída às mesmas, ficando, assim, a conhecer as práticas de divulgação (conforme objetivo dois desta investigação); finalmente, relacionamos esses resultados com as características do perfil organizacional das organizações e com a perceção geral do responsável da organização acerca das mesmas (tabela 1).

Tabela 1 - Correspondência objetivos de investigação, hipóteses e análise estatística a realizar

Objetivo de investigação	Hipóteses de investigação	Análise Estatística a realizar
<b>Criar e validar um índice de divulgação voluntária da informação específico para o setor da economia social.</b>	H1: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) reconhecidas como importantes ou muito importantes pelas organizações da economia social (OES) constituem a maioria dos indicadores do índice.	Análise fatorial
<b>Identificar as informações relevantes mais frequentemente divulgadas e não divulgadas por estas organizações.</b>		Análise descritiva global

Objetivo de investigação	Hipóteses de investigação	Análise Estatística a realizar
<p><b>Verificar relações entre as práticas de divulgação voluntária da informação e a importância que lhes é atribuída pelas organizações e, ainda, eventuais relações entre as práticas e as variáveis independentes em estudo.</b></p>	<p>H2.1: As PDVI das OES são influenciadas pelo número de clientes (utentes/beneficiários) apoiados.</p> <p>H2.2: As PDVI das OES são influenciadas pelo seu volume orçamental.</p> <p>H3: As PDVI das OES são influenciadas pela sua idade cronológica.</p> <p>H4.1: As PDVI das OES não são influenciadas pela sua forma jurídica.</p> <p>H4.2: As PDVI das OES não são influenciadas pela sua localização.</p> <p>H5: As PDVI das OES são influenciadas pela função/cargo da pessoa que na organização tem a responsabilidade a elas associada.</p> <p>H6: A importância atribuída às PDVI nas OES é influenciada pela função/cargo da pessoa que na organização tem responsabilidade a elas associada.</p> <p>H7: As PDVI das OES estão relacionadas com a perceção geral do responsável pelas mesmas tem.</p> <p>H8: As PDVI das OES são influenciadas pela existência de sistemas de gestão certificados.</p> <p>H9: As PDVI das OES são influenciadas pelo número de funcionários assalariados.</p>	<p>Análise inferencial</p>

Fonte: autora

Para analisar as práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social, consideramos um índice com cinquenta indicadores divididos em seis fatores:

1. Perfil organizacional – onde se encontram dezasseis indicadores que uma vez satisfeitos esclarecem as características descritivas das organizações;
2. Estratégia – onde se encontram dez indicadores que uma vez satisfeitos esclarecem o envolvimento das partes interessadas, o desenvolvimento dos recursos humanos, os objetivos, indicadores e metas para o desempenho económico social e ambiental;
3. Ética – onde se encontram dois indicadores que uma vez satisfeitos esclarecem acerca dos comportamentos, princípios e valores da organização e os mecanismos internos e externos para os pôr em prática no quotidiano das intervenções que realiza;
4. *Governance* – onde se encontram dezasseis indicadores que uma vez satisfeitos esclarecem acerca da estrutura e organização interna, nomeando a sua composição, os seus canais de

comunicação e apresentando resultados do desempenho da estrutura e dos processos internos, assim como as contrapartidas;

5. Envolvimento dos *stakeholders* – onde se encontram três indicadores que uma vez satisfeitos esclarecem acerca de quem são, como se envolvem e que preocupações apresentam as diferentes partes interessadas;
6. Práticas de relato – onde se encontram três indicadores que uma vez satisfeitos esclarecem acerca da eventual verificação externa do relatório, disponibilização pública do mesmo e contactos para esclarecimentos.

As organizações da economia social e os seus líderes estão sobre pressão crescente para, serem *accountables*, isto é, demonstrarem eficácia, desempenho e eficiência (Bryan *et al.*, 2021). E, sendo estas organizações, fornecedoras de bens públicos com financiamento público, a importância da sua capacidade para prestar contas aumentou significativamente (Candler & Dumont, 2010). A disponibilização pública de informações sociais e financeiras nas organizações da economia social é importante porque a não acessibilidade pode resultar na perda de confiança do público (Gazzola & Ratti, 2014), sendo do seu próprio interesse envolverem-se em práticas que aumentem o nível de *accountability* e inspirem a confiança dos doadores (Gazzola & Ratti, 2014), ficando em melhor posição para procurarem alternativas para o seu financiamento (Roslan *et al.*, 2017) e, ainda, para legitimar e melhorar as próprias organizações tanto interna como externamente (Costa *et al.*, 2011).

**H1: As práticas de divulgação voluntária da informação reconhecidas como importantes ou muito importantes pelas organizações da economia social constituem a maioria dos indicadores do índice de divulgação voluntária da informação.**

As organizações da economia social devem ser capazes de convencer a sociedade de que dispõem de sistemas para avaliar a gestão prudente de recursos e fundos recebidos (Sanzo-Perez *et al.*, 2017) e, para isso, precisam de encontrar ferramentas que permitam o aprimoramento do sistemas de informação e gestão (Ortega-Rodriguez *et al.*, 2020), englobando não só a dimensão financeira, mas também a dimensão social e ambiental (Global Sustainability Standards Boards, 2018). Para além disso, a prestação de contas é, ou deve ser, sentida como um processo de capacitação e não só de monitorização (Fry, 1995) para melhor prosseguir a sua missão na resposta às reais necessidades dos clientes (Cordery *et al.*, 2019). O tamanho (medido pelo número de beneficiários) influencia a implementação de mecanismos de *accountability* (Dainelli *et al.*, 2013). Em relação ao volume de receitas, encontramos conclusões contraditórias e, se por um lado há investigações que evidenciam que organizações com mais receitas e com acesso a mais recursos tendem a ter sistemas de *accountability* mais complexos

(Dainelli *et al.*, 2013) e tendem a divulgar mais informação (Connolly & Hyndman, 2004). Também há resultados que suportam que organizações maiores parecem ter menos probabilidade de divulgar informação (nos seus sites) (Tremblay-Boire & Prakash, 2015). E, ainda, há resultados que indicam que o volume de receitas não é preditor significativo de *accountability* (baseada na web) (Sillah *et al.*, 2020) ou que interfere de forma modesta (Suykens *et al.*, 2021).

**H2.1: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são influenciadas pelo número de clientes (beneficiários / utentes) apoiados.**

**H2.2: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são influenciadas pelo seu volume orçamental.**

As organizações mais antigas são mais formalizadas e experientes e têm níveis mais elevados de legitimidade e confiança que as mais jovens (Schmid *et al.*, 2008) e são mais propensas a desenvolver vínculo mais forte com a comunidade (Saxton *et al.*, 2007) porque têm motivação e incentivos mais fortes para demonstrarem *accountability* às suas partes interessadas (Sillah *et al.*, 2020). Porém, as organizações mais antigas tiveram mais tempo para avaliar o poder das várias partes interessadas e deveriam divulgar mais (Galvez-Rodriguez *et al.*, 2012).

**H3: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são influenciadas pela sua idade cronológica.**

Compreender as práticas de *accountability* das organizações da economia social envolve a consideração de uma série de fatores contextuais (Cordery *et al.*, 2019), sendo possível, apesar desses, encontrar quatro exigências comuns: a conformidade com a regulamentação externa a propósito do assunto, o *governance* e a estrutura organizacional, o envolvimento das partes interessadas e a demonstração de entrega de propósito (Cordery *et al.*, 2019). Pertencendo a estados diferentes podem ficar sujeitas a regulamentação diferente, mais ou menos rígida, que pode afetar os incentivos para o relato (Tremblay-Boire & Prakash, 2015). Em Portugal, há uma homogeneidade territorial dada a configuração e regulamentação do país. Os códigos legais associados às diferentes formas jurídicas que as organizações da economia social podem assumir não obrigam a estruturas organizacionais ou órgãos de *governance* distintos entre si, nem a práticas de divulgação da informação (Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro; Lei nº 66/2017, de 9 de agosto; Decreto-Lei nº 59/2018, de 2 de agosto; Lei nº 67/2021, de 25 de agosto).

**H4.1: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social não são influenciadas pela sua forma jurídica.**

**H4.2: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social não são influenciadas pela sua localização.**

Na gestão destas múltiplas partes interessadas, os diretores / gestores destas organizações enfrentam exigências por vezes ambíguas, conflitantes ou contraditórias (Fitzgibbon, 2021) que interpretam e alinham com as suas próprias atribuições e lógicas num exercício de equilíbrio metaforicamente explicado como uma “rotação de pratos” (Fitzgibbon, 2021). Este interesse próprio dos diretores / gestores pode comprometer a transparência (Fitzgibbon, 2021) ou pode moldar o seu ambiente institucional e influenciar a confiança do público através de práticas diárias e mais informais de prestação de contas (Yang & Northcott, 2019). Para além disso, a literatura sugere que a Direção destas organizações foca na divulgação da informação por percebê-la como um mecanismo de salvaguarda sua reputação (Murtaza, 2012)

**H5: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são influenciadas pela função / cargo da pessoa que na organização tem a responsabilidade a elas associada.**

**H6: A importância atribuída às práticas de divulgação voluntária da informação nas organizações da economia social é influenciada pela função / cargo da pessoa que na organização tem a responsabilidade a elas associada.**

**H7: As práticas de divulgação voluntárias da informação das organizações da economia social e a percepção geral da pessoa que na organização tem a responsabilidade a elas associada estão relacionadas.**

Reconhecem-se os desafios da medição de resultados não financeiros, mas identifica-se a construção de uma rede de avaliadores externos qualificados como um meio potencial para mitigar esse problema (Yang & Northcott, 2019). O controlo baseado nos resultados está positivamente associado à capacidade da organização da economia social atender às necessidades dos clientes, cumprir as suas metas e ter qualidade no serviço (Suykens *et al.*, 2021), realçando-se que uma abordagem mais racional para a gestão destas organizações pode contribuir para melhorar as habilidades destas organizações em medir e relatar os seus resultados (Yang & Northcott, 2019) e, também, para melhorar o desempenho do serviço público que prestam (Suykens *et al.*, 2021). Para além disso, as organizações da economia social que forneçam relatórios voluntários certificados externamente, têm neles, uma marca de maior reputação e qualidade percebida (Becker, 2018).

**H8: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são influenciadas pela existência de sistemas de gestão certificados.**

O *accountability* está no cerne do *governance* das organizações da economia social e parece que organizações que têm um *governance* mais forte, melhor desempenho e a mais profissionais estão associados a maior transparência das organizações da economia social (Harris & Neely, 2021). De facto, o *governance* aumenta pois este é definido como os sistemas e processos preocupados em garantir a direção geral, o controlo e a responsabilidade de uma organização (Cornforth, 2012), sendo a influência dos principais fornecedores de recursos internos (os funcionários) um impulsionador da transparência voluntária (Sanzo-Perez *et al.*, 2017), em especial da transparência financeira (Sillah *et al.*, 2020).

**H9: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são influenciadas pelo seu número de funcionários assalariados;**

Em relação às diferentes variáveis, de acordo com a revisão da literatura construímos a seguinte tabela de sinais (tabela 2)

Tabela 2 - Tabela de sinais esperados para cada uma das hipóteses

Determinante (variável)	Hipótese	Sinal esperado	Autor
Indicadores reconhecidos como “importante” ou “muito importantes”	H1	+	(Candler & Dumont, 2010; Gazzola & Ratti, 2014; Roslan <i>et al.</i> , 2017; Bryan <i>et al.</i> , 2021)
Número de utentes / beneficiários	H3.1.	+	(Dainelli <i>et al.</i> , 2013; Hu <i>et al.</i> , 2019; Cordery <i>et al.</i> , 2019)
Volume orçamental	H3.2.	+	(Connolly & Hyndman, 2004; Saxton & Guo, 2011; Galvez-Rodriguez <i>et al.</i> , 2012; Dainelli <i>et al.</i> , 2013; Dumont, 2013)
		-	(Tremblay-Boire & Prakash, 2015; Sillah <i>et al.</i> , 2020; Suykens <i>et al.</i> , 2021)
Idade cronológica	H4	+	(Schmid <i>et al.</i> , 2008; Saxton & Guo, 2011; Sillah <i>et al.</i> , 2020)
		-	(Galvez-Rodriguez <i>et al.</i> , 2012)
Forma jurídica	H5.1	0	(Cordery <i>et al.</i> , 2019)
Localização	H5.2	0	
Função / cargo da pessoa que avalia as práticas	H6	+	(Murtaza, 2012; Fitzgibbon, 2021)
Perceção geral da pessoa que avalia as práticas	H8	+	(Fitzgibbon, 2021)
Certificação do sistema de gestão	H9	+	(Feng <i>et al.</i> , 2016; Becker, 2018; Yang & Northcott, 2019; Suykens <i>et al.</i> , 2021)
Número de colaboradores assalariados	H10	+	(Sanzo-Perez <i>et al.</i> , 2017; Sillah <i>et al.</i> , 2020; Harris & Neely, 2021)

Fonte: autora

### 3.3. Procedimento metodológico

Esta investigação permitiu a construção de um índice de divulgação voluntária da informação (IDVI) para as organizações da economia social, a partir do cruzamento das recomendações da *Global*

*Reporting Initiative*, ISO26000, NP4469:2015 e AccountAbility1000 e dos índices existentes na literatura sobre divulgação voluntária da informação nas organizações da economia social.

O índice de divulgação voluntária da informação proposto, foi apresentado às organizações da economia social, através de questionário. Foi-lhes pedido que indicassem se divulgam ou não divulgam a informação de cada um dos 50 indicadores e qual a importância que lhes atribuí. Estes 50 indicadores encontram-se agrupados, de acordo com revisão da literatura, em 6 fatores (perfil organizacional, estratégia, ética, *governance*, envolvimento das partes interessadas e práticas de relato) (ver tabela 3).

Aos dados obtidos, foi efetuado um tratamento estatístico, recorrendo ao *IBM SPSS Statistics* (versão 28).

A cada um dos 50 indicadores foi atribuída a seguinte pontuação: 0 se a organização indica que não divulga a informação; 1 se a organização indica que divulga a informação. A pontuação máxima obtida foi, portanto, de 50. Estes indicadores estão distribuídos, em número variável, por 6 fatores ou sub-índices de divulgação voluntária da informação (*s\_IDVI*) (ver tabela 3).

Tabela 3 - Sub-índices para a divulgação voluntária da informação

Sub-índice	Número de indicadores	Pontuação mínima do sub-índice	Pontuação máxima do sub-índice
<b>s_IDVI<sub>1</sub>: perfil organizacional</b>	16	0	16
<b>s_IDVI<sub>2</sub>: estratégia</b>	10	0	10
<b>s_IDVI<sub>3</sub>: ética</b>	2	0	2
<b>s_IDVI<sub>4</sub>: <i>governance</i></b>	16	0	16
<b>s_IDVI<sub>5</sub>: envolvimento dos <i>stakeholders</i></b>	3	0	3
<b>s_IDVI<sub>6</sub>: práticas de relato</b>	3	0	3

Fonte: autora

Para avaliar a pontuação do índice e de cada sub-índice usamos somas aritméticas, dado que todos os fatores e cada um dos indicadores são avaliados com peso idêntico. O índice de divulgação voluntária da informação (IDVI) das organizações da economia social é determinado pela seguinte expressão:

$$IDVI = (s\_IDVI_1 + s\_IDVI_2 + s\_IDVI_3 + s\_IDVI_4 + s\_IDVI_5 + s\_IDVI_6)$$

A correspondência das práticas de divulgação voluntária da informação é, então, percebida pelo quociente da pontuação obtida (somatório dos indicadores assinalados como “divulga”, com um ponto cada) e da pontuação máxima possível (que corresponde à pontuação máxima possível, isto é, ao total de indicadores que idealmente seriam divulgados), calculada da seguinte forma:

$$IDVI_j = \frac{\sum_i h_i}{h} \times 100$$

Os 50 indicadores que compõem e os sub-índices (ou fatores) que estes, agrupados, formam são as nossas variáveis dependentes. Estas foram analisadas em termos de prática de divulgação e de importância que lhes é atribuída (ou reconhecida) pelas organizações da amostra.

Iniciamos a nossa análise de resultados com uma abordagem que permite verificar se a distribuição dos 50 indicadores pelos 6 fatores (ou sub-índices) é empiricamente válida – análise fatorial (Hair *et al.*, 2010).

Os dados qualitativos dicotómicos (divulga ou não divulga) de cada indicador, deram origem a pontuação (1 e 0, respetivamente), permitiram apurar quer os indicadores mais e menos divulgados, quer os sub-índices mais e menos correspondidos, fazendo-se uma análise descritiva global, assim como uma análise inferencial (Pereira, 2008; Pestana & Gageiro, 2008; Maroco, 2010).

A importância atribuída pelas organizações da amostra a cada um dos 50 indicadores do índice de divulgação voluntária da informação, permitiu validar os indicadores considerados pelas próprias organizações como devendo, ou não, ser divulgados.

Foram consideradas as seguintes variáveis: (a) número de beneficiários / utentes; (b) Dimensão (volume orçamental); (c) Idade cronológica; (d) Forma jurídica; (e) Localização; (f) Número de colaboradores assalariados; (g) Existência de sistema de gestão certificado; (h) Função/cargo da pessoa com responsabilidade em termos de divulgação da informação; (i) Perceção geral individual das práticas de divulgação da organização.

Apresentamos a seguir (tabela 3) a natureza dessas variáveis e a forma como os seus dados foram considerados.

Tabela 4 - Natureza das variáveis

Nome da variável	Natureza	Construção da variável
<b>Número de utentes/ beneficiários</b>	ordinal	Categorias criadas de acordo com o número de utentes que o Instituto de Segurança Social considera por unidade orgânica (30)
<b>Dimensão (volume orçamental)</b>	ordinal	Categorias criadas a partir dos dados disponíveis em (Mendes, 2018)
<b>Idade Cronológica</b>	ordinal	Após observação dos dados discretos foram criadas categorias por décadas a partir de 1975 (ano que historicamente marca o <i>boom</i> do movimento associativo civil em Portugal),
<b>Forma jurídica</b>	nominal	Categorias criadas de acordo com a Lei de Bases da Economia Social (Lei 30/2013, de 8 de maio)
<b>Localização</b>	nominal	Categorias criadas de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II)
<b>Número de colaboradores assalariados</b>	ordinal	Categorias criadas a partir do estabelecido para as empresas no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro)
<b>Certificação do sistema de gestão</b>	nominal	Tem ou não tem certificação; indicando o sistema em uso
<b>Função / cargo da pessoa que responde ao questionário</b>	ordinal	Categorias criadas agrupando: <ul style="list-style-type: none"> <li>• os elementos da Direção Estatutária voluntários (presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário ou vogal)</li> <li>• os elementos da Direção Estatutária profissionais (presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário ou vogal)</li> <li>• Diretor Geral, coordenador geral, diretor financeiro ou similar</li> <li>• Diretor técnico, coordenador técnico, diretor pedagógico ou similar</li> <li>• Outras funções que nenhuma das anteriores</li> </ul>

Nome da variável	Natureza	Construção da variável		
		Total de indicadores divulgados	% de indicadores divulgados	categoria
Práticas de divulgação voluntária da informação (dos 50 indicadores e por sub-índice ou fator)	ordinal	De 0 a 12	De 0% a 24%	Fraco
		De 13 a 24	De 25% a 49%	Insuficiente
		De 25 a 35	De 50% a 70%	Suficiente
		De 36 a 45	De 71% a 90%	Bom
		De 46 a 49	De 91% a 98%	Muito bom
		50	De 99% a 100%	Excelente
Importância da divulgação voluntária da informação (dos 50 indicadores e por sub-índice ou fator)	ordinal	De 0 a 12	De 0% a 24%	Nada Importante
		De 13 a 24	De 25% a 49%	Pouco importante
		De 25 a 35	De 50% a 70%	Indiferente
		De 36 a 46	De 71% a 90%	importante
		De 46 a 50	De 91% a 100%	Muito importante
Percepção geral de divulgação voluntária	ordinal	1 ou 2	Fraca	
		3 ou 4	Insuficiente	
		5	Suficiente	
		6 e 7	Bom	
		8 e 9	Muito bom	
		10	Excelente	

Fonte: autora

Os dados foram reconhecidos através de questionário preenchido diretamente pelas organizações. Este encontrava-se dividido em 5 secções (apêndice 3):

#### Secção 1: condição de participação.

Sendo a investigação dirigida a um cluster concreto dentro do setor da Economia Social, colocamos como condição de participação ter estatuto de IPSS;

#### Secção 2: perfil da pessoa com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação

Sendo previsível, de acordo com a estrutura e dimensão da organização, existirem pessoas com responsabilidades diferentes a responder ao questionário e podendo isso ter impacto na análise e discussão dos resultados (Suykens *et al.*, 2021), pedimos que fosse assinalada a função do respondente e o tempo de serviço na mesma, naquela organização

#### Secção 3: caracterização da organização

Nesta secção, é pedida uma caracterização da organização em termos de:

- i. forma jurídica
- ii. número de colaboradores (independentemente do tipo de vínculo ou contrato)

- iii. número médio de voluntários que participam regularmente
- iv. número aproximado de beneficiários (utentes) apoiados pela IPSS
- v. ano de constituição da IPSS
- vi. local da sede da organização
- vii. número de serviços e/ou respostas sociais
- viii. valor médio do orçamento da organização
- ix. sistema de gestão certificado na organização

#### Secção 4:

Apresenta um conjunto de indicadores, que têm como base referenciais nacionais e internacionais (*Global Reporting Initiative*; ISO26000; NP 4469:2019 e AA1000SES) e os demais indicadores de reconhecimento científico internacional no âmbito do processo de *accountability* de organizações da economia social. Estes indicadores foram disponibilizados às IPSS de Portugal para auto-avaliação da divulgação da informação (divulga ou não divulga) e reconhecimento do nível de importância da mesma (não importante, pouco importante, indiferente, importante, muito importante) (tabela 5)

#### Secção 5: Perceção

Nesta secção, a pessoa da organização da economia social com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação deve situar, numa escala de 1 a 10, o nível de divulgação voluntária de informação que percebe da sua organização.

Tabela 5 - Índice para a divulgação voluntária da informação das organizações da economia social

índice para a Divulgação Voluntária de Informações das IPSS	
Sub-índice	indicadores
IDVI1_perfil organizacional	1 nome completo da organização
	2 atividades, serviços, respostas sociais, projetos
	3 localização / morada
	4 forma jurídica
	5 total colaboradores e voluntários
	6 explicação dos valores dos rendimentos: prestações de serviços (mensalidades), subsídios e donativos (nome do financiador ou doador e montante)
	7 explicação dos valores dos gastos totais (com indicação dos gastos com maior peso no resultados)
	8 explicação dos valores do maior passivo e do maior ativo
	9 nr de clientes ou beneficiários por atividade, serviço, resposta social ou projeto
	10 nr colaboradores por género, tipo de contrato, afetação (total ou parcial)
	11 nr voluntários por género, tipo de contrato, afetação (total ou parcial)
	12 principais fornecedores: nome, produtos ou serviços que fornecem bem como o seu valor (€)
	13 mudanças significativas que ocorreram ou que ocorrerão (por exemplo: na localização, dimensão / estrutura, propriedade / corpos sociais, forma jurídica, cadeia de fornecedores)
	14 declarações e/ou cartas e/ou normas e/ou códigos externos que a organização subscreve
	15 existência de estatutos e regulamentos internos
	16 lista de sociedades, associações, federações, confederações e similares que a organização integra
IDVI2_estratégia	17 mensagem da direção que aborde a relevância da sustentabilidade para a organização
	18 principais impactos (económicos, ambientais e sociais), riscos e oportunidades
	19 expectativas e interesses das partes interessadas
	20 principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos económicos
	21 principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos ambientais
	22 principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos sociais
	23 desempenho financeiro e a sustentabilidade dos últimos 3 a 5 anos
	24 metas e resultados com justificações de desvios
	25 metas para o próximo período de relato (1 ano) e para o médio prazo (3 a 5 anos)
	26 formação desenvolvida a colaboradores e voluntários
IDVI3_ética	27 comportamento e/ou valores e/ou princípios e/ou normas e/ou códigos de conduta da organização
	28 mecanismos internos e externos em relação a ética e integridade
IDVI4_governance	29 estrutura de <i>governance</i> (direção, conselho de administração), incluindo departamentos ou comissões (por exemplo: organograma)
	30 nome das pessoas que compõem o mais alto órgão de <i>governance</i> e dos seus comités, comissões ou departamentos, responsabilidades e descrição da carreira
	31 se há acumulação de cargos de direção com funções executivas (por exemplo: diretor geral, diretor financeiro, diretor executivo, coordenador, diretor técnico, entre outros similares)
	32 o modo como a direção ou conselho de administração previne ou gere os conflitos de interesse
	33 reporte dos conflitos de interesses às partes interessadas
	34 avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos económicos
	35 avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos ambientais
	36 avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos sociais
	37 mudanças na composição dos órgãos sociais ou de gestão e/ou nas práticas organizacionais, na sequência da avaliação do desempenho da organização em termos económicos, ambientais e sociais
	38 análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos económicos
	39 análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos ambientais
	40 análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos sociais
	41 os meios / instrumentos que as partes interessadas podem utilizar para comunicar preocupações (sugestões, reclamações) cruciais à direção ou conselho de administração
	42 tipologia e número total de preocupações (sugestões, reclamações) comunicadas à direção ou conselho de administração
43 as remunerações aplicadas aos órgãos sociais (direção ou conselho de administração)	
44 as remunerações aplicadas a diretores / coordenadores	
IDVI5_envolvimento dos stakeholders	45 as partes interessadas envolvidas na organização
	46 o modo como envolve / ausculta / consulta as partes interessadas
	47 principais preocupações levantadas pelas partes interessadas
IDVI6_prática de relato	48 contacto para perguntas sobre o conteúdo do relatório
	49 se o relatório, no seu todo, foi submetido a uma verificação externa e partilham os pareceres obtidos (conselho fiscal não se considera verificação externa)
	50 o relatório anual, com informação social e ambiental, está disponível no <i>site</i> da organização ou noutros meios de publicação

Fonte: autora

### **3.4. Operacionalização de dados**

#### **3.4.1. Recolha de dados**

Os dados foram recolhidos através de questionário. O uso deste instrumento apresenta vantagens ao permitir obter grandes quantidades de dados, que, como são padronizados, podem ser comparados e generalizados para a população, se se verificar a representatividade da amostra (Quivy & Campenhoudt, 1998). Para além disso, pretendemos descrever e explorar relações entre as variáveis o que reforça a escolha do questionário como sendo a mais adequada (Saunders *et al.*, 2009).

O questionário foi sujeito a um pré-teste que envolveu gestores de topo de organizações da economia social de pequena, média e grande dimensão, da região norte e sul do país. Fruto deste:

- a secção 5 foi introduzida por recomendação de um dos respondentes;
- a questão 43, relacionada com a divulgação voluntária de informação relativa à remuneração dos órgãos sociais foi reescrita para ficar mais clara;
- validamos o tempo de resposta entre os 8 e os 12 minutos.

Na primeira quinzena de setembro foram estabelecidos primeiramente contactos telefónicos com as organizações cúpula e agregadoras de várias organizações da economia social (Confederação Nacional das Instituições Sociais, União das Misericórdias, União das Mutualidades, Humanitas, Confederação Cooperativa Portuguesa, Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, União Distritais das Instituições Particulares de Solidariedade Social, ANIMAR, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Federação Portuguesa da Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência e Incapacidade, Associação de Investigação e Promoção da Economia Social, KAIRÓS – Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária, CRESAÇOR – Cooperativa Regional de Economia Solidária, Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a fome, ENTRAJUDA, Cruz Vermelha Portuguesa, Confederação Portuguesa da Economia Social, Associação Interdisciplinar da Economia Social, Cáritas e Alzheimer Portugal, e também pelos Municípios para as organizações que integram as suas Redes Sociais, através da colaboração da Associação Nacional dos Municípios Portugueses), de modo a motivá-las para a participação no estudo e divulgação do mesmo pelas suas associadas ou organizações parceiras. Após demonstração de disponibilidade por parte destas, partilhamos, por email direccionado o pedido, com os objetivos e enquadramento da investigação e o link do questionário, que esteve disponível nos meses de setembro e outubro, através da plataforma *LimeSurvey*.

### 3.4.2. Seleção e tamanho da amostra

A população desta investigação são as 5622 IPSS – instituições particulares de solidariedade social – portuguesas (CASES, 2019).

Consideramos uma amostragem probabilística, pois a amostra foi obtida de forma aleatória, uma vez que todas as organizações da Economia Social com estatuto de IPSS tiveram igual probabilidade de fazer parte da mesma. Foi feito um processo de amostragem aleatória simples, considerando as respostas obtidas, desde que os inquéritos estivessem totalmente preenchidos.

Foram obtidos 747 inquéritos. Destes, 576 correspondiam a organizações com estatuto de IPSS, os restantes foram excluídos por pertencerem a organizações da economia social sem esse estatuto. Destes, foram considerados 401 inquéritos com respostas válidas.

Verificamos a validade da amostra (1) pelo seu tamanho, considerando o número de organizações participantes e (2) pela forma jurídica das mesmas.

De acordo com os autores (Saunders *et al.*, 2009), para uma população total de 5622 organizações, requerendo um nível de confiança de 95% e uma margem de erro tolerada de 5%, a dimensão mínima da amostra é de 358 organizações. No presente estudo foram incluídas 401 organizações, o que corresponde a uma margem de erro de 4,72%.

No que respeita à forma jurídica, comparamos a nossa amostra com os dados da Conta Satélite da Economia Social (CASES, 2019), as IPSS distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 6 - Forma Jurídica das IPSS em Portugal e na amostra

Forma jurídica	De acordo com a Conta Satélite da Economia Social	Na nossa amostra
<b>Associação</b>	84%	76,3%
<b>Associação Mutualista</b>	1,7%	1,5%
<b>Cooperativa</b>	2,8%	8,7%
<b>Misericórdia</b>	6,9%	8,2%
<b>Fundação</b>	4,6%	5,2%

Fonte: autora

Na nossa amostra, existe uma representatividade de todas as formas jurídicas e as variações percentuais para “associação”, “cooperativa” e “misericórdias” não parecem merecer atenção especial, pelo que a amostra é representativa da população do estudo.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

*Há verdadeiramente duas coisas diferentes: saber e crer que se sabe. A ciência consiste em saber; em crer que se sabe reside a ignorância.*  
Hipócrates

### 4.1. Análise descritiva da amostra

A nossa amostra é constituída por 401 organizações da economia social, com estatuto de IPSS, com as seguintes características:

#### a) Forma jurídica

A distribuição percentual da forma jurídica está proporcional à da população, sendo mais expressiva a quantidade de “associações”, e em menor quantidade as “associações mutualistas”, conforme mostra a tabela 6.

*Tabela 7 - Forma jurídica das organizações da economia social que compõem a amostra*

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Associação	306	76,3	76,3	76,3
Associação Mutualista	6	1,5	1,5	77,8
Cooperativa	35	8,7	8,7	86,5
Misericórdia	33	8,2	8,2	94,8
Fundação	21	5,2	5,2	100,0
Total	401	100,0	100,0	

Fonte: autora

#### b) Ano de constituição

De 1986 a 2007 foi mais significativo o aumento das organizações de economia social com estatuto de IPSS em Portugal (Mendes, 2018). Também na nossa amostra esses são os anos com maior número de organizações. 91% das organizações da economia social da amostra têm 15 ou mais anos, e 67% têm 25 ou mais anos.

*Tabela 8 - Ano de constituição das organizações da economia social que compõem a amostra*

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Até 1975	68	17,0	17,0	17,0
De 1975 a 1985	81	20,2	20,2	37,2
De 1986 a 1996	121	30,2	30,2	67,3
De 1997 a 2007	95	23,7	23,7	91,0
De 2008 a 2018	33	8,2	8,2	99,3
De 2019 a 2021	3	0,7	0,7	100,0
Total	401	100,0	100,0	

Fonte: autora

#### c) Volume orçamental

As organizações da amostra são, sobretudo, de pequena dimensão, em relação ao volume orçamental (74,5% gerem menos de 1.500.000€ / ano); apenas 10% são de grande dimensão (gerem mais de 5.000.000€ / ano), conforme mostra a tabela 9.

Tabela 9 - Volume orçamental das organizações da economia social que compõem a amostra

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Menos de 500.000€	172	42,9	45,1	45,1
De 500.000€ a 1.500.000€	112	27,9	29,4	74,5
De 1.500.001€ a 5.000.000€	59	14,7	15,5	90,0
De 5.000.001€ a 30.000.000€	19	4,7	5,0	95,0
Mais de 30.000.000€	19	4,7	5,0	100,0
Omisso	20	5,0		
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: autora

#### d) Número de colaboradores

A maioria das organizações que constituem a nossa amostra, (54,1%) são de pequena dimensão (de 10 a 49 colaboradores), seguindo-se as de média (27,7%) e de micro (17%) dimensão. São pouco significativas as organizações com 250 colaboradores ou mais (1%).

Tabela 10 - Número de colaboradores assalariados das organizações da economia social que compõem a amostra

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Menos de 10	68	17,0	17,0	17,0
De 10 a 49	217	54,1	54,3	71,3
De 50 a 249	111	27,7	27,8	99,0
250 ou mais	4	1,0	1,0	100,0
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>99,8</b>	<b>100,0</b>	
<b>Omisso</b>	<b>1</b>	<b>0,2</b>		
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: autora

#### e) Número de voluntários

A maioria das organizações (69,6%) tem voluntários, o que nos parece contrastar com a generalidade de corpos sociais destas organizações (Mendes, 2018; CASES, 2019) e, por isso, parece-nos que a questão foi respondida sem serem considerados os voluntários desses órgãos. O mais frequente, na nossa amostra, é as organizações terem um número reduzido de voluntários (de 1 a 9).

Tabela 11 - Número de voluntários das organizações da economia social que compõem a amostra

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
0	122	30,4	20,4	30,4
De 1 a 9	191	47,6	47,6	78,1
De 10 a 49	77	19,2	19,2	97,3
De 50 a 249	10	2,5	2,5	99,8
250 ou mais	1	0,2	0,2	100,0
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: autora

#### f) Número de utentes / beneficiários

A maioria das organizações da amostra (37,4%) têm 60 ou menos beneficiários habituais e apenas 15% tem mais de 480.

Tabela 12 - Número de utentes / beneficiários apoiados das organizações da economia social que compõem a amostra

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
De 1 a 60 utentes / beneficiários	150	37,4	37,4	37,4
De 61 a 120 utentes / beneficiários	69	17,2	17,2	54,6
De 121 a 480 utentes / beneficiários	122	30,4	30,4	85,0
De 481 a 960 utentes / beneficiários	36	9,0	9,0	94,0
De 961 a 1800 utentes / beneficiários	10	2,5	2,5	96,5
Mais de 1800 utentes / beneficiários	14	3,5	3,5	100,0
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: autora

### g) Localização

Em termos territoriais, as organizações da zona Centro são as mais frequentes na amostra (30,7%), seguindo-se as do Norte (25,7%). Da Região Autónoma da Madeira, contamos somente com 1 participação.

Tabela 13 - Local da Sede das organizações da economia social que compõem a amostra

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Norte	103	25,7	26,3	26,3
Centro	123	30,7	31,4	57,7
Área Metropolitana de Lisboa	69	17,2	17,6	75,3
Alentejo	34	8,5	8,7	83,9
Algarve	40	10,0	10,2	94,1
Região Autónoma dos Açores	22	5,5	5,6	99,7
Região Autónoma da Madeira	1	0,2	0,3	100,0
<b>Total</b>	<b>392</b>	<b>97,8</b>	<b>100,0</b>	
Omissos	9	2,2		
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: autora

### h) Certificação do sistema de gestão

A maioria das organizações (54,9%) não tem qualquer sistema de gestão certificado e, das que têm, o mais comum é Modelo de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais do Instituto de Segurança Social, conforme mostra a tabela 14.

Tabela 14 - Certificação do sistema de gestão das organizações da economia social que compõem a amostra

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Não tem sistema de gestão certificado	220	54,9	54,9	54,9
ISO9001	34	8,5	8,5	63,3
EQUASS	27	6,7	6,7	70,1
Modelo Avaliação da Qualidade do ISS	96	23,9	23,9	94,0
Outro sistema	24	6,0	6,0	100,0
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: autora

### i) Função / cargo da pessoa com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação da organização da economia social

A maioria das pessoas das organizações da economia social com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação são diretores técnicos, coordenadores técnicos ou similares. Nas outras funções encontramos desde técnicos oficiais de contas, a chefes de secção, administrativos e animadores socioculturais. Os questionários foram respondidos sobretudo por profissionais das organizações (67,1%), sendo mais expressiva a participação dos diretores técnicos ou funções similares (42,9%).

Tabela 15 - Função / cargo que a pessoa com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação ocupa na organização da economia social

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
<b>Elemento da Direção voluntário</b>	104	25,9	27,9	27,9
<b>Elemento da Direção profissional</b>	19	4,7	5,1	33,0
<b>Diretor geral, coordenador geral ou similar</b>	50	12,5	13,4	46,4
<b>Diretor técnico, coordenador técnico ou similar</b>	172	42,9	46,1	92,5
<b>Outra função</b>	28	7,0	7,5	100,0
<b>Total</b>	373	93,0	100,0	
<b>Omisso</b>	28	7,0		
<b>Total</b>	401	100,0		

Fonte: autora

**j) Tempo de serviço na função da pessoa com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação da organização da economia social**

Em relação ao tempo de permanência na função, a distribuição é similar entre os mais recentes e os mais antigos; e muito semelhante entre as restantes categorias.

Tabela 16 – Tempo de serviço na função da pessoa com responsabilidade em matéria de divulgação voluntária da informação da organização da economia social

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
<b>Menos de 3 anos</b>	98	24,4	26,2	26,2
<b>Entre 3 e 6 anos</b>	61	15,2	16,3	42,5
<b>Entre 7 e 10 anos</b>	55	13,7	14,7	57,2
<b>Entre 11 e 15 anos</b>	59	14,7	15,8	73,0
<b>Há 15 ou mais anos</b>	101	25,2	27,0	100,0
<b>Total</b>	374	93,3	100,0	
<b>Omisso</b>	27	6,7		
<b>Total</b>	401	100,0		

Fonte: autora

## 4.2. Apresentação e análise de resultados

Em relação ao primeiro objetivo desta investigação, **criar e validar índice de divulgação voluntária da informação**, numa primeira fase, quisemos validar empiricamente as medidas definidas para os 50 indicadores e para cada um dos 6 fatores (ou sub-índices), recorrendo à análise fatorial. Começamos por analisar a consistência interna, medindo o grau com que os vários itens indicam o mesmo conceito (Maroco, 2010). Avaliamos, o coeficiente de *Alpha de Cronbach*, e verificamos que os 6 sub-índices (fatores) são admissíveis, pois o valor do *Alpha de Cronbach* é sempre superior a 0,6 (Pestana & Gageiro, 2008). Seguidamente, medimos a homogeneidade das variáveis comparando as correlações simples com as correlações parciais observadas entre as variáveis (adequabilidade de amostra de KMO). Abdicamos o valor de teste de esfericidade de Bartlett dada a dimensão da amostra, uma vez que este teste tende a rejeitar a hipótese nula para amostras de grandes (Hair *et al.*, 2010).

Tabela 17 – Análise de componentes principais relativa às práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social

	Nr de itens	Alpha de Cronbach	KMO	Nr fatores extraídos	Variância explicada total (%)
Fator 1 – sub-índice perfil organizacional	16	0,939	0,913	3	ver tabela 18
Fator 2 – sub-índice estratégia	10	0,956	0,932	1	71,70%
Fator 3 – sub-índice ética	2	0,828	0,5	1	85,35%
Fator 4 – sub-índice <i>governance</i>	16	0,962	0,936	2	Ver tabela 19
Fator 5 – sub-índice envolvimento partes interessadas	3	0,953	0,734	1	91,51%
Fator 6 – sub-índice práticas de relato	3	0,820	0,694	1	73,60%

Fonte: autora

O KMO permite-nos verificar a adequabilidade da amostra. A sua medida, entre 0 e 1, representa a proporção da variância das variáveis que pode ser explicada pelos fatores (Hair *et al.*, 2010). Após a análise, obtivemos os seguintes valores: 0,5 no sub-índice da ética (fator 3); superiores a 0,7 no sub-índice do envolvimento dos *stakeholders* (fator 5) e sub-índice das práticas de relato (fator 6); superiores a 0,9 nos restantes fatores, isto é, sub-índice perfil organizacional, estratégia e *governance*; superiores a 0,9 nos 50 indicadores, o que nos permite admitir a homogeneidade das variáveis em estudo.

Conhecidos os valores do *Alpha de Cronbach* e KMO, verificamos a matriz de correlação e matriz anti-imagem de cada um dos 6 fatores. Na primeira, na significância unilateral, encontramos sempre valores de significância de 0,000 ou <0,001, o que nos indica uma **correlação acentuada** entre os diferentes itens em análise. Na matriz anti-imagem, que indica o poder de explicação das dimensões

em relação a cada variável analisada individualmente, analisamos os valores do MSA (*measure of sample adequacy*) apresentados na diagonal da matriz. Todos os valores apresentados são superiores a 0,5, refletindo uma adequação das variáveis à amostra (Hair *et al.*, 2010).

Sempre que o número de fatores extraídos era diferente de 1, analisamos as matrizes de componentes desses fatores, extraídas pelo método de rotação varimax com normalização de Kaiser.

Tabela 18 - Análise fatores extraídos do Fator 1 - perfil organizacional

<b>FATOR 1 - Sub-índice Perfil Organizacional (PO)</b>			
Indicadores	Factor loading		
	Fator 1	Fator 2	Fator 3
PO1_nome		,886	
PO2_atividades e serviços		,875	
PO3_localização		,902	
PO4_forma jurídica		,819	
PO5_nr colaboradores e voluntários	,677		
PO6_explicação valores rendimentos			,757
PO7_explicação valores gastos totais			,823
PO8_explicação maior ativo e maior passivo			,734
PO9_nr clientes por serviço, atividade, projeto	,705		
PO10_nr colaboradores por género, contrato e afetação	,843		
PO11_nr voluntários por género, contrato e afetação	,863		
PO12_principais fornecedores	,768		
PO13_mudanças significativas	,510		
PO14_declarações e cartas subscritas	,681		
PO15_estatutos e regulamentos existentes		,723	
PO16_lista de sociedades e associações que integra	,633		
Variância explicada total (%)	53,36%	14,13%	6,74%
Variância explicada acumulada (%)	53,36%	67,49%	74,23%

Fonte: autora

Tabela 19 - Análise fatores extraídos do Fator 4 - Governance

<b>FATOR 4 - Sub-índice Governance (G)</b>		
Indicadores	Factor loading	
	Fator 1	Fator 2
G1_estrutura (organograma)		,845
G2_perfil pessoas board		,889
G3_acumulação cargos board		,728
G4_preveine ou gere conflitos interesses	,774	
G5_reporte de conflitos interesses	,755	
G6_avaliação desempenho económico	,849	
G7_avaliação desempenho ambiental	,862	
G8_avaliação desempenho social	,865	
G9_mudanças nos órgãos de <i>governance</i>	,628	
G10_eficácia dos processos económicos	,861	
G11_eficácia dos processos ambientais	,858	
G12_eficácia processos sociais	,862	
G13_meios para reclamações e sugestões	,681	
G14_tipologias de reclamações e sugestões	,790	
G15_remunerações órgãos sociais	,643	
G16_remunerações diretores e coordenadores	,718	
Variância explicada total (%)	64,46%	8,90%
Variância explicada acumulada (%)	64,46%	73,36%

Fonte: autora

Considerando a proximidade dos valores dos fatores e as variâncias explicadas totais e acumuladas, superiores a 50%, conforme tabela 18 e 19, e os valores de Alpha superiores a 0,9 optamos por não alterar a constituição dos sub-índices e, assim, confirmamos os mesmos.

Repetimos o esquema de análise agora para a importância atribuída a cada indicador e a cada sub-índice (fator) (ver tabela 20).

Tabela 20 - Análise de componentes principais relativo à importância

	Nr de itens	Alpha de Cronbach	KMO	Nr fatores extraídos	Variância explicada total (%)
<b>Fator 1</b> – sub-índice perfil organizacional	16	0,988	0,962	1	85,10%
<b>Fator 2</b> – sub-índice estratégia	10	0,994	0,955	1	94,73%
<b>Fator 3</b> – sub-índice ética	2	0,991	0,5	1	99%
<b>Fator 4</b> – sub-índice <i>governance</i>	16	0,994	0,956	1	91,40%
<b>Fator 5</b> – sub-índice envolvimento partes interessadas	3	0,972	0,780	1	98%
<b>Fator 6</b> – sub-índice práticas de relato	3	0,972	0,783	1	94,72%

Fonte: autora

O indicador *Alpha de Cronbach* refletiu a **homogeneidade da escala**, pois, todos apresentaram um valor bom para a agregação de itens, valor esse superior a 0,6 (Pestana & Gageiro, 2008). Consideramos a **consistência interna muito boa** porque todos os valores do *Alpha* ficaram próximos de 1 (Maroco, 2010). Dado os valores dos KMO, o número de fatores extraídos e a variância explicada total de cada um deles, consideramos que, também em relação à importância de cada indicador e de cada sub-índice (fator), a análise confirma a revisão literária. Por isso, verificamos:

**H1: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) reconhecidas como importantes ou muito importantes pelas organizações da economia social constituem a maioria dos indicadores do índice de divulgação voluntária da informação.**

Em relação à importância que é atribuída aos 50 indicadores do índice de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social, analisamos as respostas na escala “*nada importante, pouco importante, indiferente, importante e muito importante*” e verificamos que a **mediana é serem “importantes”**, a **moda é serem “muito importantes”**, apresentando a seguinte distribuição por percentis:

- No percentil 25 (Q1), ou seja, valor abaixo do qual estão 25% dos elementos da amostra: indiferente
- No percentil 50 (Q2 ou mediana), ou seja, valor abaixo do qual estão 50% dos elementos da amostra: importante
- No percentil 75 (Q3), ou seja, valor abaixo do qual estão 75% dos elementos da amostra: muito importante

De forma descritiva:

Tabela 21 - Análise Descritiva da Importância atribuída aos 50 indicadores do Índice de Divulgação Voluntária da Informação, pelas organizações da economia social da amostra

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
<b>Nada importante</b>	77	19,2	19,2	19,2
<b>Pouco importante</b>	20	5,0	5,0	24,2
<b>Indiferente</b>	38	9,5	9,5	33,7
<b>Importante</b>	99	24,7	24,7	58,4
<b>Muito importante</b>	167	41,6	41,6	100,0
<b>Total</b>	401	100,0	100,0	

Fonte: autora

A maioria das organizações da economia social da amostra reconhece a importância do índice de divulgação voluntária da informação, contudo 19,2% e 5,0% considera-o nada ou pouco importante, respetivamente.

Analisando cada sub-índice (ou fator), encontramos dados globalmente convergentes com os apresentados na tabela anterior em termos de mediana e moda; salientando-se, porém, que para os sub-índices estratégia, *governance*, envolvimento das partes interessadas e práticas de relato no Q1 baixa um nível de importância, isto é, passa de indiferente na análise global para pouco importante. Ainda assim, mantém-se, na análise dos sub-índices uma maioria expressiva para importante e muito importante.

Tabela 22 - Análise Descritiva da Importância atribuída a cada sub-índice (fator) do Índice de Divulgação Voluntária da Informação, pelas organizações da economia social da amostra

	Nada importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
<b>Perfil Organizacional</b>	16,5%	7,7%	20,4%	19,5%	35,9%
<b>Estratégia</b>	22,9%	5,5%	5,2%	15,5%	50,9%
<b>Ética</b>	19,7%	--	3,2%	--	77,1%
<b>Governance</b>	21,9%	7,2%	4,5%	15,5%	50,9%
<b>Envolvimento stakeholders</b>	24,7%	3,7%	4,5%	--	67,1%
<b>Práticas de Relato</b>	23,2%	5,5%	10,5%	--	60,8%

Fonte: autora

O sub-índice reconhecido pelas organizações da economia social da amostra como sendo o mais importante é o da Ética, seguindo-se o relativo ao Envolvimento dos *Stakeholders*, Estratégia e *Governance* e, por último, Práticas de Relato e Perfil Organizacional

O resultados apresentados permitem-nos **validar o índice de divulgação voluntária da informação** proposto uma vez que as organizações da economia social, na sua maioria, consideram mais de 50% dos indicadores como sendo *importantes* ou *muito importantes*.

Em relação ao segundo objetivo desta investigação, para **conhecer as práticas de divulgação**, analisamos os dados partindo dos resultados globais obtidos no índice geral (tabela 23) e em cada um dos sub-índices (tabela 23), descrevendo-os.

Tabela 23 - Práticas de Divulgação da Informação das organizações da economia social da amostra

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
<b>Fracas</b>	124	30,9	30,9	30,9
<b>Insuficientes</b>	96	23,9	23,9	54,9
<b>Suficientes</b>	45	11,2	11,2	66,1
<b>Boas</b>	59	14,7	14,7	80,8
<b>Muito boas</b>	41	10,2	10,2	91,0
<b>Excelentes</b>	36	9,0	9,0	100,0
<b>Total</b>	401	100,0	100,0	

Fonte: autora

A maioria das IPSS (54,9%) têm práticas de divulgação voluntária da informação fracas ou insuficientes, ou seja, divulgam voluntariamente menos de 50% dos indicadores que compõem o índice; apenas 11,2% têm práticas suficientes (divulgam entre 50% e 70% dos indicadores); 14,7% têm práticas boas (divulgam mais de 70% e menos de 90% dos indicadores) e 19,2% têm práticas muito boas ou excelentes (divulgam mais de 90% dos indicadores).

Analisando as práticas de divulgação voluntária da informação por fatores (sub-índices):

Tabela 24 – Análise da Moda e Percentis das Práticas de Divulgação da Informação das organizações da economia social da amostra, por sub-índice (ou fator)

	Perfil Organizacional	Estratégia	Ética	Governance	Envolvimento dos stakeholders	Práticas de relato
<b>Válidos</b>	401	401	401	401	401	401
<b>Moda</b>	Suficientes	Fracas	Fracas	Fracas	Fracas	Fracas
<b>Percentis</b>	25	Insuficientes	Fracas	Fracas	Fracas	Fracas
	50	Suficientes	Insuficientes	Suficientes	Insuficientes	Insuficientes
	75	Boas	Boas	Excelentes	Boas	Excelentes

Fonte: autora

Verificamos que, exceto no perfil organizacional, para os restantes, **a moda é terem práticas de divulgação voluntária de informação fracas**, isto é, menos de 25% dos indicadores do índice são correspondidos. No perfil organizacional as práticas são suficientes, ou seja, é divulgada a informação de pelo menos 50% dos indicadores do índice.

Pela análise dos quartis, percebemos que no Q1 (valor abaixo do qual estão 25% dos elementos da amostra) estão as práticas fracas; **a mediana são as práticas insuficientes**; 75% dos elementos da amostra estão abaixo das práticas excelentes (nos sub-índices de práticas de relato, envolvimento dos stakeholders e ética) e das práticas boas (nos sub-índices do *governance*, estratégia e perfil organizacional).

Em termos percentuais:

Tabela 25 – Análise percentual das Práticas de Divulgação da Informação das organizações da economia social da amostra, por sub-índice (ou fator)

	perfil organizacional	estratégia	ética	governance	envolvimento stakeholders	práticas de relato
fracas	15,7%	<b>45,9%</b>	<b>41,9%</b>	<b>44,6%</b>	<b>49,9%</b>	<b>37,9%</b>
insuficientes	11,7%	9,0%	0,0%	17,7%	7,2%	13,7%
suficientes	<b>31,2%</b>	11,7%	17,0%	9,5%	2,7%	16,5%
boas	17,0%	9,2%	0,0%	8,5%	0,0%	0,0%
muito boas	4,7%	0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%
excelentes	19,7%	24,2%	<b>41,1%</b>	19,0%	<b>40,1%</b>	<b>31,9%</b>

Fonte: autora

- a percentagem de organizações com as práticas de divulgação voluntária da informação fracas e insuficientes são substancialmente superiores às que têm práticas muito boas e excelentes, sobretudo nos sub-índices da estratégia, *governance*, práticas de relato e envolvimento das partes interessadas.
- nos sub-índices da ética e do perfil organizacional a percentagem de organizações com práticas fracas e insuficientes é similar à de organizações com práticas muito boas e excelentes.
- Nos sub-índices da ética e do envolvimento dos *stakeholders* os dados estão mais concentrados nos valores extremos (fracas e excelentes) e intermédio (suficientes), respetivamente.

Analisamos cada um dos 50 indicadores em termos de percentagem de organizações da economia social que divulga ou não divulga a informação que o mesmo sugere. Resumimos a análise descritiva nas tabelas seguintes:

Tabela 26 - Indicadores do sub-índice Perfil Organizacional (fator 1), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra

Sub-índice (ou fator 1) Perfil Organizacional			
Indicador	moda	% não divulga	% divulga
PO1_nome	Divulga	16,0	84,0
PO2_atividades e serviços	Divulga	15,7	84,3
PO3_localização	Divulga	15,2	84,8
PO4_forma jurídica	Divulga	24,7	75,3
PO5_nr colaboradores e voluntários	Divulga	44,4	55,6
PO6_explicação valores rendimentos	Divulga	34,7	65,3
PO7_explicação valores gastos totais	Divulga	31,4	68,6
PO8_explicação maior ativo e maior passivo	Divulga	40,6	59,4
PO9_nr clientes por serviço, atividade, projeto	Divulga	42,1	57,9
PO10_nr colaboradores por género, contrato e afetação	Não divulga	57,9	42,1
PO11_nr voluntários por género, contrato e afetação	Não divulga	66,8	33,2
PO12_principais fornecedores	Não divulga	71,1	28,9
PO13_mudanças significativas	Divulga	40,1	59,9
PO14_declarações e cartas subscritas	Não divulga	58,9	41,1
PO15_estatutos e regulamentos existentes	Divulga	20,2	79,8
PO16_lista de sociedades e associações que integra	Divulga	48,4	51,6

Fonte: autora

Tabela 27 - Indicadores do sub-índice Estratégia (fator 2), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra

<b>Sub-índice (ou fator 2) Estratégia</b>			
<b>Indicador</b>	<b>moda</b>	<b>% não divulga</b>	<b>% divulga</b>
E1_mensagem da direção	Divulga	49,1	50,9
E2_principais impactos (económicos, ambientais e sociais), riscos e oportunidades	Não divulga	60,3	39,7
E3_expectativas e interesses das partes interessadas	Não divulga	59,1	40,9
E4_conclusões sobre o desempenho e impactos económicos	Não divulga	57,6	42,4
E5_conclusões sobre o desempenho e impactos ambientais	Não divulga	69,6	30,4
E6_conclusões sobre o desempenho e impactos sociais	Não divulga	58,9	41,1
E7_desempenho financeiro e a sustentabilidade dos últimos 3 a 5 anos	Divulga	47,4	52,6
E8_metas e resultados com justificações de desvios	Não divulga	54,1	45,9
E9_metas para o próximo período de relato (1 ano) e para o médio prazo (3 a 5 anos)	Não divulga	53,1	46,9
E10_ formação desenvolvida a colaboradores e voluntários	Divulga	49,4	50,6

Fonte: autora

Tabela 28 - Indicadores do sub-índice Ética (fator 3), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra

<b>Sub-índice (ou fator 3) Ética</b>			
<b>Indicador</b>	<b>moda</b>	<b>% não divulga</b>	<b>% divulga</b>
Et1_comportamento e/ou valores e/ou princípios e/ou normas e/ou códigos de conduta da organização	Divulga	42,1	57,9
Et2_mecanismos internos e externos em relação a ética e integridade	Não divulga	58,6	41,4

Fonte: autora

Tabela 29 - Indicadores do sub-índice Governance (fator 4), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra

<b>Sub-índice (ou fator 4) Governance</b>			
<b>Indicador</b>	<b>moda</b>	<b>% não divulga</b>	<b>% divulga</b>
G1_estrutura de <i>governance</i> (organograma)	Divulga	27,9	72,1
G2_perfil pessoas board	Divulga	33,4	66,6
G3_acumulação cargos board	Divulga	47,9	52,1
G4_previne ou gere conflitos interesses	Não divulga	65,1	34,9
G5_reporte de conflitos interesses	Não divulga	61,6	38,4
G6_avaliação desempenho económico	Não divulga	70,8	29,2
G7_avaliação desempenho ambiental	Não divulga	76,3	23,7
G8_avaliação desempenho social	Não divulga	70,8	29,2
G9_mudanças nos órgãos de <i>governance</i>	Não divulga	55,9	44,1
G10_eficácia dos processos económicos	Não divulga	66,1	33,9
G11_eficácia dos processos ambientais	Não divulga	70,8	29,2
G12_eficácia processos sociais	Não divulga	65,6	31,4
G13_meios para reclamações e sugestões	Não divulga	54,9	45,1
G14_tipologias de reclamações e sugestões	Não divulga	63,3	36,7
G15_remunerações órgãos sociais	Não divulga	52,6	47,4
G16_remunerações diretores e coordenadores	Não divulga	65,3	34,7

Fonte: autora

Tabela 30 - Indicadores do sub-índice Envolvimento dos Stakeholders (fator 5), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra

Sub-índice (ou fator 5) Envolvimento dos stakeholders			
Indicador	moda	% não divulga	% divulga
PI1_as partes interessadas envolvidas na organização	Não divulga	50,9	49,1
PI2_o modo como envolve / ausculta / consulta as partes interessadas	Não divulga	58,1	41,9
PI3_principais preocupações levantadas pelas partes interessadas	Não divulga	57,9	42,1

Fonte: autora

Tabela 31 - Indicadores do sub-índice Práticas de Relato (fator 6), divulgados e não divulgados pelas organizações da economia social da amostra

Sub-índice (ou fator 6) Práticas de Relato			
Indicador	moda	% não divulga	% divulga
PR1_contacto para perguntas sobre o conteúdo do relatório	Não divulga	51,6	48,4
PR2_se o relatório, no seu todo, foi submetido a uma verificação externa e partilham os pareceres obtidos (conselho fiscal não se considera verificação externa)	Não divulga	57,4	42,6
PR3_o relatório anual, com informação social e ambiental, está disponível no site da organização ou noutros meios de publicação	Divulga	48,6	51,4

Fonte: autora

Os resultados obtidos mostram que:

- **As divulgações são sobretudo descrições simples** (PO1; PO2; PO3; PO4; PO5; PO9; PO15; PO16; PO17) e associadas às obrigações legais por via na Norma Contabilística para o Relato Financeiro das Organizações Sem Fins Lucrativos (Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março) (PO6, PO7, PO8) e Relatório Único (Portaria nº 55/2010, de 21 de janeiro) (E10).
- **Os indicadores associados às funções técnicas de gestão**, relacionados com o estabelecimento de metas (E9) e análise de resultados (E8), com a medição da eficácia (G10, G11, G12), com a medição de desempenho (E4, E5, E6, G6, G7, G8) e de impacto (E2), de um modo geral, **não são divulgados**, à exceção do relacionado com o desempenho financeiro (E7).
- **Os indicadores relacionados com a forma de fazer** (E3, ET2, G4, G5, G13, G14, PI3), e **com quem fazer** (PO10, PO11, PI1, PI2), de uma maneira geral, também **não são divulgados**.

Em relação ao terceiro objetivo desta investigação, pesquisamos **relações entre as variáveis dependentes** (índice e sub-índices) e as variáveis independentes, testando as várias hipóteses.

**H2.1: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) das organizações da economia social são influenciadas pelo número de clientes (utentes / beneficiários) apoiados.**

Tabela 32 - Medidas Simétricas para as variáveis número de clientes (utentes / beneficiários) apoiados e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	401	
	<b>Valor</b>	<b>Significância aproximada</b>
<b>Tau-b-de Kendall</b>	0,201	<0,001
<b>Tau-c de Kendall</b>	0,183	<0,001
<b>Correlação de Spearman</b>	0,247	<0,001

Fonte: autora

As medidas mostram que podemos suportar a hipótese formulada (H2.1) e, portanto, constatar que **há uma associação** entre as variáveis número de clientes (utentes / beneficiários) e práticas de divulgação voluntária da informação. Essa associação é **fraca, positiva** (porque os valores positivos são próximos de zero) e estatisticamente significativa (porque o nível de significância é inferior a 0,05), comprovando-se a hipótese de investigação (H2.1).

Tabela 33 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis número de utentes e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)						
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Exce-lentes	Total
Nr utentes								
De 1 a 60	contagem	68	38	12	12	13	7	150
	% em nr utentes	<b>45,3%</b>	<b>25,3%</b>	8,0%	8,0%	8,7%	4,7%	100,0%
	% em PDVI	<b>54,8%</b>	39,6%	26,7%	20,3%	31,7%	19,4%	37,4%
	% do total	17,0%	9,5%	3,0%	3,0%	3,2%	1,7%	37,4%
De 61 a 120	contagem	19	16	7	11	6	10	69
	% em nr utentes	<b>27,5%</b>	<b>23,2%</b>	10,1%	15,9%	8,7%	14,5%	100,0%
	% em PDVI	15,3%	16,7%	15,6%	18,6%	14,6%	27,8%	17,2%
	% do total	4,7%	4,9%	1,7%	2,7%	1,5%	2,5%	17,2%
De 121 a 480	contagem	26	28	20	17	15	16	122
	% em nr utentes	<b>21,3%</b>	<b>23,0%</b>	16,4%	13,9%	12,3%	13,1%	100,0%
	% em PDVI	21,0%	29,2%	44,4%	28,8%	<b>36,6%</b>	<b>44,4%</b>	30,4%
	% do total	6,5%	7,0%	5,0%	4,2%	3,7%	4,0%	30,4%
De 481 a 960	contagem	6	9	3	14	2	2	36
	% em nr utentes	16,7%	25,0%	8,3%	<b>38,9%</b>	5,6%	5,6%	100,0%
	% em PDVI	4,8%	9,4%	6,7%	23,7%	4,9%	5,6%	9,0%
	% do total	1,5%	2,2%	0,7%	3,5%	0,5%	0,5%	9,0%
De 961 a 1800	contagem	2	4	1	1	2	0	10
	% em nr utentes	20,0%	<b>40,0%</b>	10,0%	10,0%	20,0%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	1,6%	4,2%	2,2%	1,7%	4,9%	0,0%	2,5%
	% do total	0,5%	1,0%	0,2%	0,2%	0,5%	0,0%	2,5%
1801 ou mais	contagem	3	1	2	4	3	1	14
	% em nr utentes	21,4%	<b>7,1%</b>	14,3%	28,6%	21,4%	7,1%	100,0%
	% em PDVI	2,4%	1,0%	4,4%	6,8%	7,3%	2,8%	3,5%
	% do total	0,7%	0,2%	0,5%	1,0%	0,7%	0,2%	3,5%
Total	contagem	124	96	45	59	41	36	401
	% em nr utentes	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%
	% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%

Fonte: autora

- há uma tendência discreta para que o aumento do número de utentes, influencie a melhoria das práticas, ainda que, no geral as práticas fracas e insuficientes sejam sempre mais expressivas do que as práticas boas, muito boas e excelentes:
  - 45,3% das organizações com menor número de utentes têm práticas de divulgação voluntária de informação fracas e 25,3% tem práticas insuficientes
  - 27,5% das organizações com mais de 60 e menos de 121 utentes têm práticas fracas e em 23,2% são insuficientes;
  - 21,3% das organizações com mais de 120 e menos de 481 utentes têm práticas fracas e 23,0% têm práticas insuficientes
  - 38,9% das organizações com mais de 480 e menos de 961 utentes têm práticas boas;
  - 41,4% das organizações com mais de 960 utentes têm práticas fracas e 41,7% têm práticas insuficientes;
- 54,8% das organizações com práticas de divulgação fracas, são organizações com 60 ou menos utentes
- 81% das organizações com práticas muito boas ou excelentes, são organizações com 121 a 480 utentes.

## H2.2: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) das organizações da economia social são influenciadas pelo seu volume orçamental

Tabela 34 - Medidas Simétricas para as variáveis volume orçamental e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	381	
	<b>Valor</b>	<b>Significância aproximada</b>
<b>Tau-b-de Kendall</b>	0,059	0,165
<b>Tau-c de Kendall</b>	0,054	0,165
<b>Correlação de Spearman</b>	0,071	0,166

Fonte: autora

As medidas (nível de significância superior a 0,05) mostram que não é possível comprovar, nesta investigação, que as práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são influenciadas pelo volume orçamental. Assim, a hipótese H2.2. não é suportada.

Tabela 35 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis volume orçamental e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

Orçamento		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)						
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Excelentes	Total
Menos de 500.000€	contagem	52	48	22	21	15	14	172
	% orçamento	30,2%	27,9%	12,8%	12,2%	8,7%	8,1%	100,0%
	% em PDVI	49,5%	50,5%	48,9%	35,6%	36,6%	38,9%	45,1%
	% do total	13,6%	12,6%	5,8%	5,5%	3,9%	3,7%	45,1%
De 500.001€ a 1.500.000€	contagem	27	26	13	18	17	11	112
	% orçamento	24,1%	23,2%	11,6%	16,1%	15,2%	9,8%	100,0%
	% em PDVI	25,7%	27,4%	28,9%	30,5%	41,5%	30,6%	29,4%
	% do total	7,1%	6,8%	3,4%	4,7%	4,5%	2,9%	29,4%
De 1.500.001€ a 5.000.000€	contagem	10	12	6	15	7	9	59
	% orçamento	16,9%	20,3%	10,2%	25,4%	11,9%	15,3%	100,0%
	% em PDVI	9,5%	12,6%	13,3%	25,4%	17,1%	25,0%	15,5%
	% do total	2,6%	3,1%	1,6%	3,9%	1,8%	2,4%	15,5%
De 5.000.001€ a 30.000.000€	contagem	9	5	2	2	1	0	19
	% orçamento	47,4%	26,3%	10,5%	10,5%	5,3%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	8,6%	5,3%	4,4%	3,4%	2,4%	0,0%	5,0%
	% do total	2,4%	1,3%	0,5%	0,5%	0,3%	0,0%	5,0%
Mais de 30.000.000€	contagem	7	4	2	3	1	2	19
	% orçamento	36,8%	21,1%	10,5%	15,8%	5,3%	10,5%	100,0%
	% em PDVI	6,7%	4,2%	4,4%	5,1%	2,4%	5,6%	5,0%
	% do total	1,8%	1,0%	0,5%	0,8%	0,3%	0,5%	5,0%
Total	contagem	105	95	45	59	41	36	381
	% orçamento	27,6%	24,9%	11,8%	15,5%	10,8%	9,4%	100,0%
	% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	27,6%	24,9%	11,8%	15,5%	10,8%	9,4%	100,0%

Fonte: autora

A análise de dados cruzadas destas duas variáveis, permite perceber que independentemente do volume orçamental, as práticas de divulgação são sobretudo fracas ou insuficientes, ainda que as organizações da economia social com volume orçamental entre os 1.500.001€ e os 5.000.000€ pareçam ter uma distribuição ligeiramente diferente.

**H3: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) das organizações da economia social são influenciadas pela sua idade cronológica.**

Tabela 36 - Medidas Simétricas para as variáveis idade e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	401	
	Valor	Significância aproximada
Tau-b-de Kendall	-0,021	0,601
Tau-c de Kendall	-0,020	0,601
Correlação de Spearman	-0,025	0,616

Fonte: autora

As medidas (nível de significância superior a 0,05) mostram que **não é possível comprovar**, nesta investigação, a associação das variáveis idade cronológica das organizações da economia social e as suas práticas de divulgação voluntária da informação. Assim, a hipótese H3 não é suportada.

Tabela 37 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis idade e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)							
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Excelentes	Total	
<b>Idade</b>									
	<b>Até 1975</b>	contagem	27	20	8	4	5	4	68
		% idade	39,7%	29,4%	11,8%	5,9%	7,4%	5,9%	100,0%
		% em PDVI	21,8%	20,8%	17,8%	6,8%	12,2%	11,1%	17,0%
	% do total	6,7%	5,0%	2,0%	1,0%	1,2%	1,0%	17,0%	
<b>De 1975 a 1985</b>	contagem	19	14	10	15	10	13	81	
	% idade	23,5%	17,3%	12,3%	18,5%	12,3%	16,0%	100,0%	
	% em PDVI	15,3%	14,6%	22,2%	25,4%	24,4%	36,1%	20,2%	
	% do total	4,7%	3,5%	2,5%	3,7%	2,5%	3,2%	20,2%	
<b>De 1986 a 1996</b>	contagem	32	30	11	27	10	11	121	
	% idade	26,4%	24,8%	9,1%	22,3%	8,3%	9,1%	100,0%	
	% em PDVI	25,8%	31,3%	24,4%	45,8%	24,4%	30,6%	30,2%	
	% do total	8,0%	7,5%	2,7%	6,7%	2,5%	2,7%	30,2%	
<b>De 1997 a 2007</b>	contagem	34	17	15	10	13	6	95	
	% idade	35,8%	17,9%	15,8%	10,5%	13,7%	6,3%	100,0%	
	% em PDVI	27,4%	17,7%	33,3%	16,9%	31,7%	16,7%	23,7%	
	% do total	8,5%	4,2%	3,7%	2,5%	3,2%	1,5%	23,7%	
<b>De 2008 a 2018</b>	contagem	11	13	1	3	3	2	33	
	% idade	33,3%	39,4%	3,0%	9,1%	9,1%	6,1%	100,0%	
	% em PDVI	8,9%	13,5%	2,2%	5,1%	7,3%	5,6%	8,2%	
	% do total	2,7%	3,2%	0,2%	0,7%	0,7%	0,5%	8,2%	
<b>De 2019 a 2021</b>	contagem	1	2	0	0	0	0	3	
	% idade	33,3%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	
	% em PDVI	0,8%	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	
	% do total	0,2%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	
<b>Total</b>	contagem	124	96	45	59	41	36	401	
	% idade	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%	
	% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do total	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%	

Fonte: autora

A análise de dados cruzadas destas duas variáveis, permite perceber que **independentemente do ano de constituição** da organização da economia social, **as práticas de divulgação são maioritariamente fracas ou insuficiente.**

**H4.1: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) das organizações da economia social não são influenciadas pela sua forma jurídica.**

Tabela 38 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis forma jurídica e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	401			
	Valor	Sig. Monte Carlo (bilateral)		
		Significância	Intervalo de confiança 99%	
		Limite inferior	Limite superior	
<b>Qui-quadrado de Pearson</b>	46,399 <sup>a</sup>	<0,001 <sup>b</sup>	<0,001	0,003
<b>Razão de verossimilhança</b>	47,444	<0,001 <sup>b</sup>	<0,001	0,002
<b>Teste exato de Fisher-Freeman-Halton</b>	37,795	0,002 <sup>b</sup>	0,001	0,005

a) 17 células (56,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é de 0,54.

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 1314643744

Fonte: autora

Tabela 39 - Medidas Simétricas para as variáveis forma jurídica e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	401				
	Valor	Significância aproximada	Sig. Monte Carlo (bilateral)		
			Significância	Intervalo de confiança 99%	
				Limite inferior	Limite superior
<b>Fi</b>	0,340	<0,001	0,001 <sup>b</sup>	<0,001	0,003
<b>V de Cramer</b>	0,170	<0,001	0,001 <sup>b</sup>	<0,001	0,003
<b>Coefficiente de contingência</b>	0,322	<0,001	0,002 <sup>b</sup>	0,001	0,003

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 1314643744

Fonte: autora

Analisando os testes de qui-quadrado, verificamos que o nível de significância associado é <0,001. Neste contexto, constatamos que **as duas variáveis (forma jurídica e práticas de divulgação voluntária da informação) são dependentes, com uma associação fraca a moderada**, conforme coeficiente de Fi, coeficiente de contingência e coeficiente V de Cramer. Assim, a hipótese H4.1 não é suportada.

Tabela 40 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis forma jurídica e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

Forma jurídica		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)						Total
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Excelentes	
Associação	contagem	87	77	35	47	34	26	306
	% f. jurídica	<b>28,4%</b>	<b>25,2%</b>	11,4%	15,4%	11,1%	8,5%	100,0%
	% em PDVI	70,2%	80,2%	77,8%	79,7%	82,9%	72,2%	76,3%
	% do total	21,7%	19,2%	8,7%	11,7%	8,5%	6,5%	76,3%
Associação Mutualista	contagem	4	0	0	0	2	0	6
	% f. jurídica	<b>66,7%</b>	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	4,9%	0,0%	1,5%
	% do total	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	1,5%
Cooperativa	contagem	9	6	5	9	2	4	35
	% f. jurídica	25,7%	17,1%	14,3%	<b>25,7%</b>	<b>5,7%</b>	<b>11,4%</b>	100,0%
	% em PDVI	7,3%	6,3%	11,1%	15,3%	4,9%	11,1%	8,7%
	% do total	2,2%	1,5%	1,2%	2,2%	0,5%	1%	30,2%
Misericórdia	contagem	7	12	4	3	2	5	33
	% f. jurídica	<b>21,2%</b>	<b>36,4%</b>	12,1%	9,1%	<b>6,1%</b>	<b>15,2%</b>	100,0%
	% em PDVI	5,6%	12,5%	8,9%	5,1%	4,9%	13,9%	8,2%
	% do total	1,7%	3,0%	1,0%	0,7%	0,5%	1,2%	8,2%
Fundação	contagem	17	1	1	0	1	1	21
	% f. jurídica	<b>81,0%</b>	4,8%	4,8%	0,0%	4,8%	4,8%	100,0%
	% em PDVI	13,7%	1,0%	2,2%	0,0%	2,4%	2,8%	5,2%
	% do total	4,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,2%	0,2%	5,2%
Total	contagem	124	96	45	59	41	36	401
	% f. jurídica	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%
	% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%

Uma vez que temos formas jurídicas com menos de 30 elementos, testamos a normalidade, pelo teste de Shapiro-Wilk, onde obtivemos um nível de significância sempre inferior a 0,05.

Fonte: autora

- 81% das Fundações e 66,7% das Associações Mutualistas, têm práticas fracas, isto é, as suas práticas de divulgação voluntária de informação correspondem a menos de 25% dos indicadores;
- 57,6% das Misericórdias e 53,6% das Associações têm práticas fracas ou insuficientes;
- 42,8% das Cooperativas têm práticas boas, muito boas ou excelentes, isto é, divulgam voluntariamente informação que corresponde a pelo menos 71% dos indicadores que compõem o índice de divulgação;
- 21,3% das Misericórdias têm práticas muito boas ou excelentes, isto é, divulgam voluntariamente informação que corresponde a pelo menos 91% dos indicadores do índice de divulgação.

#### H4.2: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) das organizações da economia social não são influenciadas pela sua localização

Tabela 41 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis localização e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	392			
	Valor	Sig. Monte Carlo (bilateral)		
		Significância	Intervalo de confiança 99%	
			Limite inferior	Limite superior
Qui-quadrado de Pearson	60,324	<0,001 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Razão de verossimilhança	61,205	<0,001 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton	58,908	<0,001 <sup>b</sup>	0,000	<0,001

a) 16 células (38,1%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é de 0,09.

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 215962969

Fonte: autora

Analisando o teste de qui-quadrado, verificamos que o nível de significância associado é < 0,001. Neste contexto, constatamos que **as duas variáveis (localização e práticas de divulgação voluntária da informação) são dependentes, com uma associação fraca a moderada**, conforme coeficiente de Fi, coeficiente de contingência e coeficiente V de Cramer. Assim, a hipótese H4.2 não é suportada.

Tabela 42 - Medidas Simétricas para as variáveis localização e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	392				
	Valor	Significância aproximada	Sig. Monte Carlo (bilateral)		
			Significância	Intervalo de confiança 99%	
				Limite inferior	Limite superior
Fi	0,392	<0,001	0,001 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
V de Cramer	0,175	<0,001	0,001 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Coeficiente de contingência	0,365	<0,001	0,002 <sup>b</sup>	0,000	<0,001

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 215962969

Fonte: autora

Tabela 43 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis localização e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

Localização		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)						Total
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Excelentes	
Norte	contagem	30	25	7	19	8	14	103
	% localização	<b>29,1%</b>	<b>24,3%</b>	6,8%	18,4%	7,8%	13,6%	100,0%
	% em PDVI	25,9%	26,3%	15,6%	32,2%	19,5%	<b>38,9%</b>	26,3%
	% do total	7,7%	6,4%	1,8%	4,8%	2,0%	3,6%	26,3%
Centro	contagem	43	28	11	22	10	9	123
	% localização	<b>35,0%</b>	<b>22,8%</b>	8,9%	17,9%	8,1%	7,3%	100,0%
	% em PDVI	37,1%	29,5%	24,4%	<b>37,3%</b>	<b>24,4%</b>	25,0%	31,4%
	% do total	11,0%	7,1%	2,8%	5,6%	2,6%	2,3%	31,4%
Área Metropolitana de Lisboa	contagem	18	20	15	4	7	5	69
	% localização	<b>26,1%</b>	<b>29,0%</b>	21,7%	5,8%	10,1%	7,2%	100,0%
	% em PDVI	15,5%	21,1%	33,3%	6,8%	17,1%	13,9%	17,6%
	% do total	4,6%	5,1%	3,8%	1,0%	1,8%	1,3%	17,6%
Alentejo	contagem	3	12	3	7	3	6	34
	% localização	8,8%	<b>35,3%</b>	8,8%	<b>20,6%</b>	8,8%	17,6%	100,0%
	% em PDVI	2,6%	12,6%	6,7%	11,9%	7,3%	16,7%	8,7%
	% do total	0,8%	3,1%	0,8%	1,8%	0,8%	1,5%	8,7%
Algarve	contagem	14	2	6	6	10	2	40
	% localização	<b>35,0%</b>	<b>5,0%</b>	15,0%	15,0%	<b>25,0%</b>	5,0%	100,0%
	% em PDVI	12,1%	2,1%	13,3%	10,2%	<b>24,4%</b>	5,6%	10,2%
	% do total	3,6%	0,5%	1,5%	1,5%	2,6%	0,5%	10,2%
Região Autónoma dos Açores	contagem	8	8	2	1	3	0	22
	% localização	<b>36,4%</b>	<b>36,4%</b>	9,1%	4,5%	13,6%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	6,9%	8,4%	4,4%	1,7%	7,3%	0,0%	5,6%
	% do total	2,0%	2,0%	0,5%	0,3%	0,8%	0,0%	5,6%
Região Autónoma da Madeira	contagem	0	0	1	0	0	0	1
	% localização	0,0%	0,0%	<b>100,0%</b>	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	0,0%	0,0%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
	% do total	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%
Total	contagem	116	95	45	59	41	36	392
	% localização	29,6%	24,2%	11,5%	15,1%	10,5%	9,2%	100,0%
	% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	29,6%	24,2%	11,5%	15,1%	10,5%	9,2%	100,0%

Uma vez que temos localizações com menos de 30 elementos, testamos a normalidade, pelo teste de Shapiro-Wilk, onde obtivemos um nível de significância sempre inferior a 0,05.

Fonte: autora

- À exceção da Região Autónoma da Madeira (práticas suficientes) e do Alentejo (práticas insuficientes), nas restantes regiões as organizações com práticas de divulgação voluntária da informação são sobretudo fracas, isto é, o maior número de organizações divulga menos de 25% da informação recomendada.
- Das organizações da economia social com práticas excelentes, o valor mais representativo (38,9%) encontra-se no Norte do país; as organizações com práticas muito boas estão na região Centro (24,4%) e Algarve (24,4); as organizações com práticas boas são mais frequentes na zona Centro (37,3%).

- Nas regiões Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa e Açores, a maioria das organizações da economia social têm práticas fracas e insuficientes.
- No Alentejo e Algarve, a maioria das organizações da economia social têm práticas suficientes, boas, muito boas ou excelentes.

**H5: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) das organizações da economia social são influenciadas pela função / cargo da pessoa que na organização tem responsabilidade a elas associada**

*Tabela 44 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis localização e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra*

Nr de casos válidos	373			
	Valor	Sig. Monte Carlo (bilateral)		
		Significância	Intervalo de confiança 99%	
			Limite inferior	Limite superior
Qui-quadrado de Pearson	89,649 <sup>a</sup>	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Razão de verossimilhança	90,278	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton	84,561	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001

a) 11 células (36,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é de 1,83.

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 2000000

Fonte: autora

*Tabela 45 - Medidas Simétricas para as variáveis função e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra*

Nr de casos válidos	373				
	Valor	Significância aproximada	Sig. Monte Carlo (bilateral)		
			Significância	Intervalo de confiança 99%	
				Limite inferior	Limite superior
Fi	0,490	<0,001	0,001 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
V de Cramer	0,245	<0,001	0,001 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Coefficiente de contingência	0,440	<0,001	0,002 <sup>b</sup>	0,000	<0,001

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 2000000

Fonte: autora

Analisando o teste de qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, verificamos que o nível de significância associado é de 0,000. Neste contexto, constatamos que **as duas variáveis (função e práticas de divulgação voluntária da informação) são dependentes, com uma associação moderada**, conforme coeficiente de Fi, coeficiente de contingência e coeficiente V de Cramer. Assim, a hipótese H5 é suportada.

Tabela 46 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis função do responsável pela divulgação voluntária da informação e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

Função		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)						
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Excelentes	Total
Elemento da Direção (voluntário)	contagem	15	18	18	23	21	9	104
	% função	14,4%	17,3%	17,3%	22,1%	20,2%	8,7%	100,0%
	% em PDVI	15,5%	18,8%	40,0%	39,0%	<b>52,5%</b>	25,0%	27,9%
	% do total	4,0%	4,8%	4,8%	6,2%	5,6%	2,4%	27,0%
Elemento da Direção (assalariado)	contagem	1	5	6	3	4	0	19
	% função	5,3%	26,3%	31,6%	15,8%	<b>21,1%</b>	0,0%	100,0%
	% em PDVI	1,0%	5,2%	13,3%	5,1%	10,0%	0,0%	5,1%
	% do total	0,3%	1,3%	1,6%	0,8%	1,1%	0,0%	5,1%
Diretor geral, coordenador geral ou similar	contagem	4	17	7	14	3	5	50
	% função	8,0%	34,0%	14,0%	28,0%	6,0%	10,0%	100,0%
	% em PDVI	<b>4,1%</b>	17,7%	15,6%	23,7%	7,5%	<b>13,9%</b>	13,4%
	% do total	1,1%	4,6%	1,9%	3,8%	0,8%	1,3%	13,4%
Diretor técnico, coordenador técnico ou similar	contagem	59	53	13	17	9	21	172
	% função	<b>34,3%</b>	<b>30,8%</b>	7,6%	9,9%	5,2%	12,2%	100,0%
	% em PDVI	<b>60,8%</b>	55,2%	28,9%	28,8%	22,5%	<b>58,3%</b>	46,1%
	% do total	15,8%	14,2%	3,5%	4,6%	2,4%	5,6%	46,1%
Outra função	contagem	18	3	1	2	3	1	28
	% função	64,3%	10,7%	3,6%	7,1%	10,7%	3,6%	100,0%
	% em PDVI	18,6%	3,1%	2,2%	3,4%	7,5%	2,8%	7,5%
	% do total	4,8%	0,8%	0,3%	0,5%	0,8%	0,3%	7,5%
Total	contagem	97	96	45	59	41	36	373
	% função	26,0%	25,7%	12,1%	15,8%	10,7%	9,7%	100,0%
	% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	26,0%	25,7%	12,1%	15,8%	10,7%	9,7%	100,0%

Uma vez que temos funções com menos de 30 elementos, testamos a normalidade, pelo teste de Shapiro-Wilk, onde obtivemos um nível de significância sempre inferior a 0,05.

Fonte: autora

- 52,5% das práticas muito boas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são assumidas pelas organizações cuja pessoa com responsabilidade nessa matéria é um elemento voluntário da Direção Estatutária;
- 22,1% das organizações da economia social que participaram nesta investigação e têm como pessoas com responsabilidade no assunto da divulgação voluntária de informação um elemento voluntário da Direção Estatutária dizem divulgar voluntariamente pelo menos 71% da informação recomendada;
- 64,9% das práticas fracas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são identificadas por diretores técnicos e diretores gerais ou similares;
- 72,2% das práticas muito boas ou excelentes de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social são identificadas por profissionais dessas mesmas funções;
- 65,1% dos diretores técnicos assumem que as práticas de divulgação voluntária da informação da sua organização são fracas ou insuficientes;

- 42% dos diretores gerais têm a mesma percepção.

Dada a associação moderada entre estas duas variáveis, optamos por pesquisar se há diferenças estatisticamente significativas entre as médias obtidas em cada sub-índice (ou fator) e a função que a pessoa com responsabilidade em termos de divulgação voluntária da informação ocupa dentro da organização.

O nível de significância é  $<0,001$ , valor inferior a 0,05, levando à rejeição da hipótese nula (da igualdade das médias nos diferentes grupos). A variabilidade entre grupos é bastante baixa quando comparada à variabilidade dentro dos grupos ( $4/368=0,01$ ), o que reforça a rejeição da hipótese nula, portanto para os diferentes sub-índices (ou fatores) também há associação entre as variáveis.

Tabela 47 - Teste paramétrico ANOVA para variável percentagem de divulgação por sub-índice (ou fator)

		Soma dos quadrados	df	Quadrado médio	Z	significância
Índice (50 indicadores)	Entre grupos	42940,975	4	10735,244	10,778	<0,001
	Nos grupos	366549,127	368	996,057		
	Total	409490,102	372			
Sub-índice Perfil Organizacional (fator 1)	Entre grupos	43643,200	4	10910,800	14,141	<0,001
	Nos grupos	283929,898	368	771,549		
	Total	327573,098	372			
Sub-índice Estratégia (fator 2)	Entre grupos	52415,247	4	12103,812	8,250	<0,001
	Nos grupos	584528,989	368	1588,394		
	Total	636944,236	372			
Sub-índice Ética (fator 3)	Entre grupos	53768,904	4	13442,226	7,015	<0,001
	Nos grupos	705185,520	368	1916,265		
	Total	758954,424	372			
Sub-índice Governance (fator 4)	Entre grupos	43150,009	4	10787,502	8,305	<0,001
	Nos grupos	478001,340	368	1298,917		
	Total	521151,349	372			
Sub-índice Envolvimento dos stakeholders (fator 5)	Entre grupos	59813,062	4	14953,266	7,042	<0,001
	Nos grupos	781378,478	368	2123,311		
	Total	841191,540	372			
Sub-índice Práticas de Relato (fator 6)	Entre grupos	45300,816	4	11325,204	6,719	<0,001
	Nos grupos	620263,676	368	1685,499		
	Total	665564,492	372			

Fonte: autora

Tabela 48 - Comparação de médias da percentagem de indicadores divulgados por sub-índice e a função que a pessoa responsável pela divulgação voluntária da informação ocupa na organização da economia social

		Sub-índices (ou fatores) do índice de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social					
		Perfil Operacional	Estratégia	Ética	Governance	Envolvimento stakeholders	Práticas de relato
Elemento da Direção (voluntário)	Média	74,52%	62,40%	68,75%	56,73%	61,86%	59,29%
	N	104	104	104	104	104	104
	% de N no total	27,9%	27,9%	27,9%	27,9%	27,9%	27,9%
Elemento da Direção (assalariado)	Média	73,68%	51,58%	55,26%	54,93%	70,18%	68,42%
	N	19	19	19	19	19	19
	% de N no total	5,1%	5,1%	5,1%	5,1%	5,1%	5,1%

<b>Diretor geral, coordenador geral ou similar</b>	Média	68,25%	54,80%	61,00%	48,63%	53,33%	64,67%
	N	50	50	50	50	50	50
	% de N no total	13,4%	13,4%	13,4%	13,4%	13,4%	13,4%
<b>Diretor técnico, coordenador técnico ou similar</b>	Média	62,86%	38,78%	44,48%	36,12%	37,60%	43,22%
	N	172	172	172	172	172	172
	% de N no total	46,1%	46,1%	46,1%	46,1%	46,1%	46,1%
<b>Outra função</b>	Média	31,47%	25,71%	32,14%	22,99%	28,57%	29,76%
	N	28	28	28	28	28	28
	% de N no total	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%
<b>Total</b>	Média	65,03%	47,18%	53,08%	43,52%	47,45%	50,85%
	N	373	373	373	373	373	373
	% de N no total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Como temos funções com menos de 30 elementos, realizamos teste de normalidade de Shapiro-Wilk, tendo-se verificado nível de significância inferior a 0,05 em todas as observações.

Fonte: autora

- Os elementos da Direção destas organizações, sendo voluntários ou profissionais, não apresentam, em termos médios, variações significativas quanto às práticas de divulgação voluntária da informação;
- Diretores gerais e diretores técnicos, distanciam-se, em termos médios, em todos os sub-índices, à exceção do perfil organizacional;
- Os elementos da Direção voluntários, em termos médios, assumem práticas de divulgação voluntária da informação acima da média obtida para todos os sub-índices sobretudo no da estratégia e *governance*.

Perante estes resultados, fizemos comparações múltiplas, com testes à posteriori de Tukey-HSD e Bonferroni, para analisar quais os pares que discriminam, em termos globais dos 50 indicadores e para cada um dos sub-índices ou fatores. Obtivemos, em ambos os testes, os seguintes resultados:

Tabela 49 - Tabela resumo de comparações múltiplas para identificação de pares discriminantes, para os 50 indicadores do índice de divulgação voluntária de informação e para cada um dos seus sub-índice (ou fatores)

<b>Fatores discriminantes</b>	<b>Elemento da Direção (voluntário)</b>	<b>Elemento da Direção (assalariado)</b>	<b>Diretor geral, coordenador geral ou similar</b>	<b>Diretor técnico, coordenador técnico ou similar</b>	<b>Outra função</b>
<b>Elemento da Direção (voluntário)</b>				50 indicadores Perfil org. Estratégia Ética <i>Governance</i> Env. <i>stakeholders</i> Práticas de relato	50 indicadores Perfil org. Estratégia Ética <i>Governance</i> Env. <i>stakeholders</i> Práticas de relato
<b>Elemento da Direção (assalariado)</b>				Env. <i>stakeholders</i> Práticas de relato	50 indicadores Perfil org. <i>Governance</i> Env. <i>stakeholders</i> Práticas de relato

<b>Fatores discriminantes</b>	<b>Elemento da Direção (voluntário)</b>	<b>Elemento da Direção (assalariado)</b>	<b>Diretor geral, coordenador geral ou similar</b>	<b>Diretor técnico, coordenador técnico ou similar</b>	<b>Outra função</b>
<b>Diretor geral, coordenador geral ou similar</b>				Práticas de relato	50 indicadores Estratégia Ética <i>Governance</i> Práticas de relato
<b>Diretor técnico, coordenador técnico ou similar</b>	50 indicadores Perfil org. Estratégia Ética <i>Governance</i> Env. <i>stakeholders</i> Práticas de relato	Perfil org Práticas de relato	Práticas de relato		50 indicadores Perfil org.
<b>Outra função</b>	50 indicadores Perfil org. Estratégia Ética <i>Governance</i> Env. <i>stakeholders</i> Práticas de relato	50 indicadores Perfil org. <i>Governance</i> Env. <i>stakeholders</i> Práticas de relato	50 indicadores Estratégia Ética <i>Governance</i> Práticas de relato	50 indicadores Perfil org.	50 indicadores Perfil org.

Fonte: autora

- Diretores técnicos ou similares e Elementos Voluntários da Direção discriminam em todos os fatores, sendo que os primeiros indicam para todos os fatores práticas de divulgação voluntária da informação mais fracas que os segundos;
- Diretores técnicos ou similares discriminam com diretores gerais ou similares nas práticas de relato, sendo que os primeiros indicam práticas de divulgação voluntária da informação nesse fator mais fracas que os segundo;
- Diretores técnicos ou similares discriminam com elemento assalariados da Direção nos fatores envolvimento dos *stakeholders* e práticas de relato, indicando práticas de divulgação voluntária da informação mais fracas;
- Pessoas com outras funções discriminam com todas as outras funções, ainda que em fatores distintos, indicando sempre práticas mais fracas que os restantes;
- Diretores técnicos ou similares discriminam com outras funções no total dos 50 indicadores e no sub-índice perfil organizacional, indicando práticas de divulgação voluntária da informação melhores para ambos os fatores.

Pelos resultados apresentamos, concluímos que **as práticas de divulgação voluntária da informação** das organizações de economia social da amostra para além de serem, globalmente, **influenciadas pela função** que a pessoa com responsabilidades nessa matéria desempenha na organização, particularmente para cada sub-índice (ou fator) têm comportamento distinto.

**H6: A importância atribuída às práticas de divulgação voluntária da informação nas organizações da economia social é influenciada pela função/cargo que a pessoa com responsabilidades nessa matéria ocupa na organização**

Tabela 50 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis função e importância atribuída às práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	373			
	Valor	Significância	Sig. Monte Carlo (bilateral)	
			Intervalo de confiança 99%	
			Limite inferior	Limite superior
Qui-quadrado de Pearson	89,178 <sup>a</sup>	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Razão de verossimilhança	69,793	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton	66,116	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001

a) 7 células (28,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é de 1,02.

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 2000000

Fonte: autora

Tabela 51 - Medidas Simétricas para as variáveis função e importância atribuída às práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	373				
	Valor	Significância aproximada	Significância	Sig. Monte Carlo (bilateral)	
				Intervalo de confiança 99%	
				Limite inferior	Limite superior
Fi	0,489	<0,001	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
V de Cramer	0,245	<0,001	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Coefficiente de contingência	0,440	<0,001	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 2000000

Fonte: autora

Analisando o teste de qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, verificamos que o nível de significância associado é de 0,000. Neste contexto, constatamos que **as duas variáveis (função e importância atribuída às práticas de divulgação voluntária da informação) são dependentes, com uma associação moderada**, conforme coeficiente de Fi, coeficiente de contingência e coeficiente V de Cramer. Assim, a hipótese H6 é suportada.

Tabela 52 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis função do responsável pela divulgação voluntária da informação e importância atribuída às práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

Função		Importância atribuída às práticas de divulgação voluntária da informação (Imp_PDVI)					
		Nada importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante	Total
<b>Elemento da Direção (voluntário)</b>	contagem	17	2	16	26	43	104
	% função	16,3%	1,9%	15,4%	<b>25,0%</b>	<b>41,3%</b>	100,0%
	% em Imp_PDVI	34,0%	10,0%	42,1%	26,3%	25,9%	27,9%
	% do total	4,6%	0,5%	4,3%	7,0%	11,5%	27,9%
<b>Elemento da Direção (assalariado)</b>	contagem	1	1	3	7	7	19
	% função	5,3%	5,3%	15,8%	<b>36,8%</b>	<b>36,8%</b>	100,0%
	% em Imp_PDVI	2,0%	5,0%	7,9%	7,1%	4,2%	5,1%
	% do total	0,3%	0,3%	0,8%	1,9%	1,9%	5,1%
<b>Diretor geral, coordenador geral ou similar</b>	contagem	5	11	2	13	19	50
	% função	10,0%	22,0%	4,0%	<b>26,0%</b>	<b>38,0%</b>	100,0%
	% em Imp_PDVI	10,0%	55,0%	5,3%	13,1%	11,4%	13,4%
	% do total	1,3%	2,9%	0,5%	3,5%	5,1%	13,4%
<b>Diretor técnico, coordenador técnico ou similar</b>	contagem	12	4	17	48	91	172
	% função	7,0%	2,3%	9,9%	<b>27,9%</b>	<b>52,9%</b>	100,0%
	% em Imp_PDVI	24,0%	20,0%	44,7%	48,5%	54,8%	46,1%
	% do total	3,2%	1,1%	4,6%	12,9%	24,4%	46,1%
<b>Outra função</b>	contagem	15	2	0	5	6	28
	% função	<b>53,6%</b>	<b>7,1%</b>	0,0%	17,9%	21,4%	100,0%
	% em PDVI	30,0%	10,0%	0,0%	5,1%	3,6%	7,5%
	% do total	4,0%	0,5%	0,0%	1,3%	1,6%	7,5%
<b>Total</b>	contagem	50	20	38	99	166	373
	% função	13,4%	5,4%	10,2%	26,5%	44,5%	100,0%
	% em Imp_PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	13,4%	5,4%	10,2%	26,5%	44,5%	100,0%

Como temos funções com menos de 30 elementos, realizamos teste de normalidade de Shapiro-Wilk, tendo-se verificado nível de significância inferior a 0,05 em todas as observações.

Fonte: autora

- Para todas as funções identificáveis (exceto outra função) os 50 indicadores são maioritariamente importantes e muito importantes, salientando-se que:
  - é na função diretor técnico, coordenador técnico ou similar que isso é mais evidente;
  - é na função elemento voluntária da Direção que tal é mais discreto.

**H7: As práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social estão relacionadas com a perceção geral do responsável pelas mesmas**

Tabela 53 - Medidas Simétricas para as variáveis percepção geral do responsável pela divulgação voluntária da informação e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	401	
	<b>Valor</b>	<b>Significância aproximada</b>
<b>Tau-b-de Kendall</b>	0,622	0,000
<b>Tau-c de Kendall</b>	0,603	0,000
<b>Correlação de Spearman</b>	0,739	<0,001

Fonte: autora

Nas medidas Kendall's tau b e Kendall's tau c, verificámos um nível de significância de 0,000 pelo que suportamos a hipótese de investigação H7, ou seja, **as duas variáveis (percepção geral de divulgação e práticas de divulgação voluntária da informação) são dependentes, com uma associação forte**, conforme medidas Kendall's tau b e Kendall's tau c e coeficiente de correlação de Spearman.

Tabela 54 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis percepção geral do responsável pela divulgação voluntária da informação e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)						
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Excelentes	Total
<b>Percepção Geral</b>	contagem	72	7	2	0	4	0	85
	% percepção	84,7%	8,2%	2,4%	0,0%	4,7%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	58,1%	7,3%	4,4%	0,0%	9,8%	0,0%	21,2%
	% do total	18,0%	1,7%	0,5%	0,0%	1,0%	0,0%	21,2%
<b>Fraca</b>	contagem	72	7	2	0	4	0	85
	% percepção	84,7%	8,2%	2,4%	0,0%	4,7%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	58,1%	7,3%	4,4%	0,0%	9,8%	0,0%	21,2%
	% do total	18,0%	1,7%	0,5%	0,0%	1,0%	0,0%	21,2%
<b>Insuficiente</b>	contagem	30	37	5	0	0	0	72
	% percepção	41,7%	51,4%	6,9%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	24,2%	38,5%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	18,0%
	% do total	7,5%	9,2%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	18,0%
<b>Suficiente</b>	contagem	20	22	6	2	2	9	61
	% percepção	<b>32,8%</b>	<b>36,1%</b>	9,8%	3,3%	3,3%	14,8%	100,0%
	% em PDVI	16,1%	22,9%	13,3%	3,4%	4,9%	25,0%	15,2%
	% do total	5,0%	5,5%	1,5%	0,5%	0,5%	2,2%	15,2%
<b>Boa</b>	contagem	1	18	17	15	21	0	72
	% percepção	1,4%	<b>25,0%</b>	23,6%	20,8%	29,2%	0,0%	100,0%
	% em PDVI	0,8%	18,8%	37,8%	25,4%	51,2%	0,0%	18,0%
	% do total	0,2%	4,5%	4,2%	3,7%	5,2%	0,0%	18,0%
<b>Muito boa</b>	contagem	1	12	13	29	10	16	81
	% percepção	1,2%	14,8%	16,0%	35,8%	12,3%	19,8%	100,0%
	% em PDVI	0,8%	12,5%	28,9%	49,2%	24,4%	44,4%	20,2%
	% do total	0,2%	3,0%	3,2%	7,2%	2,5%	4,0%	20,2%
<b>Excelente</b>	contagem	0	0	2	13	4	11	30
	% percepção	0,0%	0,0%	6,7%	43,3%	13,3%	36,7%	100,0%
	% em PDVI	0,0%	0,0%	4,4%	22,0%	9,8%	30,6%	7,5%
	% do total	0,0%	0,0%	0,5%	3,2%	1,0%	2,7%	7,5%
<b>Total</b>	contagem	124	96	45	59	41	36	401
	% percepção	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%
	% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%

Fonte: autora

- Na generalidade das observações para as percepções e as práticas fracas ou insuficientes; muito boas ou excelentes, há correspondência significativa para a maioria das organizações da economia social;

- Para a percepção geral “suficiente” e “boa” é que os valores sugerem maior discrepância, uma vez que:
  - 32,8% das organizações da economia social com práticas fracas, percecionam-nas como suficientes;
  - 36,1% das organizações da economia social com práticas insuficientes, percecionam-nas como suficientes
  - 25,0% das organizações da economia social com práticas insuficientes, percecionam-nas como boas.

**H8: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) das organizações da economia social são influenciadas pela existência de sistemas de gestão certificados.**

*Tabela 55 - Testes qui-quadrado para associação de variáveis sistemas de gestão certificados e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra*

	Valor	Sig. Monte Carlo (bilateral)		
		Significância	Intervalo de confiança 99%	
			Limite inferior	Limite superior
Nr de casos válidos	401			
Qui-quadrado de Pearson	54,472	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Razão de verossimilhança	53,522	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Teste exato de Fisher-Freeman-Halton	48,605	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001

a) 11 células (36,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é de 2,15.

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 957002199

Fonte: autora

*Tabela 56 - Medidas Simétricas para as variáveis sistema de gestão certificados e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra*

	Valor	Significância aproximada	Sig. Monte Carlo (bilateral)		
			Significância	Intervalo de confiança 99%	
				Limite inferior	Limite superior
Nr de casos válidos	401				
Fi	0,372	<0,001	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
V de Cramer	0,186	<0,001	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001
Coefficiente de contingência	0,349	<0,001	0,000 <sup>b</sup>	0,000	<0,001

b) Baseado em 10000 tabelas de amostra com a semente 957002199

Fonte: autora

Analisando o teste de qui-quadrado por simulação de Monte Carlo, verificamos que o nível de significância associado é de 0,000. Neste contexto, constatamos que **as duas variáveis (existência de sistemas de gestão certificados e práticas de divulgação voluntária da informação) são dependentes, com uma associação fraca a moderada**, conforme coeficiente de Fi, coeficiente de contingência e coeficiente V de Cramer. Assim, a hipótese de investigação H8 é suportada.

Tabela 57 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis existência de sistemas de gestão certificados e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

Sistema de Gestão Certificado		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)						
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Excelentes	Total
Não tem sistema de gestão certificado	contagem	64	62	27	31	23	13	220
	% sistema	29,1%	28,2%	12,3%	14,1%	10,5%	5,9%	100,0%
	% em PDVI	51,6%	64,6%	60,0%	52,5%	56,1%	36,1%	54,9%
	% do total	16,0%	15,5%	6,7%	7,7%	5,7%	3,2%	<b>54,9%</b>
ISO9001	contagem	9	7	1	6	7	4	34
	% sistema	<b>26,5%</b>	<b>20,6%</b>	2,9%	17,6%	<b>20,6%</b>	11,8%	100,0%
	% em PDVI	7,3%	7,3%	2,2%	10,2%	17,1%	11,1%	8,5%
	% do total	2,2%	1,7%	0,2%	1,5%	1,7%	1,0%	8,5%
EQUASS	contagem	3	3	4	11	0	6	27
	% sistema	11,1%	11,1%	14,8%	<b>40,7%</b>	0,0%	22,2%	100,0%
	% em PDVI	2,4%	3,1%	8,9%	18,6%	0,0%	16,7%	6,7%
	% do total	0,7%	0,7%	1,0%	2,7%	0,0%	1,5%	6,7%
Modelo Inst. Segurança Social	contagem	32	22	12	9	9	12	96
	% sistema	<b>33,3%</b>	<b>22,9%</b>	12,5%	9,4%	9,4%	12,5%	100,0%
	% em PDVI	25,8%	22,9%	26,7%	15,3%	22,0%	33,3%	23,9%
	% do total	8,0%	5,5%	3,0%	2,2%	2,2%	3,0%	23,9%
Outro sistema	contagem	16	2	1	2	2	1	24
	% sistema	<b>66,7%</b>	8,3%	4,2%	8,3%	8,3%	4,2%	100,0%
	% em PDVI	12,9%	2,1%	2,2%	3,4%	4,9%	2,8%	6,0%
	% do total	4,0%	0,5%	0,2%	0,5%	0,5%	0,2%	6,0%
Total	contagem	124	96	45	59	41	36	401
	% sistema	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%
	% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do total	30,9%	23,9%	11,2%	14,7%	10,2%	9,0%	100,0%

Como temos funções com menos de 30 elementos, realizamos teste de normalidade de Shapiro-Wilk, tendo-se verificado nível de significância inferior a 0,05 em todas as observações.

Fonte: autora

- A maioria das organizações da economia social (54,8%) não têm o sistema de gestão certificado. E, destas 29,1% têm práticas fracas de divulgação voluntária da informação e 28,2% insuficientes.
- As organizações com sistema certificado pela ISO9001, têm o mesmo valor (20,6%) nas práticas insuficientes e nas muito boas. O valor de maior destaque é o das práticas fracas de divulgação voluntária da informação, 26,5%
- Já 66,9% as organizações com certificações pelo referencial EQUASS têm práticas de divulgação voluntária da informação boas (40,7%) e excelentes (22,2%), o que significa que o que divulgam corresponde a pelo menos 71% e 98%, respetivamente, da informação recomendada no índice de divulgação em estudo.
- As organizações da economia social que optaram pela certificação do sistema de gestão pelo modelo proposto pelo Instituto de Segurança Social, têm práticas fracas de divulgação voluntária da informação (33,3%) e insuficientes (22,9%)

**H9: As práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI) nas organizações da economia social são influenciadas pelo número de colaboradores assalariados.**

Tabela 58 - Medidas Simétricas para as variáveis número de colaboradores assalariados e práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social da amostra

Nr de casos válidos	400	
	<b>Valor</b>	<b>Significância aproximada</b>
<b>Tau-b-de Kendall</b>	0,088	0,041
<b>Tau-c de Kendall</b>	0,081	0,041
<b>Correlação de Spearman</b>	0,103	0,039

Fonte: autora

Nas medidas Kendall's tau b e Kendall's tau c, verificamos o nível de significância inferior a 0,05 pelo que suportamos a hipótese de investigação H9, ou seja, **as duas variáveis (número de colaboradores e práticas de divulgação voluntária da informação) são dependentes, com uma associação positiva e fraca**, conforme medidas Kendall's tau b e Kendall's tau c e coeficiente de correlação de Spearman, próximas de zero.

Tabela 59 - Tabela de Contingência para análise de relação entre variáveis número de colaboradores assalariados e práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social da amostra

		Práticas de divulgação voluntária da informação (PDVI)						Total	
		Fracas	Insuficientes	Suficientes	Boas	Muito Boas	Excelentes		
Número de colaboradores assalariados	Menos de 10	contagem	30	11	7	10	6	4	68
		% colab.	<b>44,1%</b>	<b>16,2%</b>	10,3%	14,7%	8,8%	5,9%	100,0%
		% em PDVI	24,4%	11,5%	15,6%	16,9%	14,6%	11,1%	17,0%
		% do total	7,5%	2,8%	1,8%	2,5%	1,5%	1,0%	17,0%
De 10 a 49	De 10 a 49	contagem	63	57	28	28	20	21	217
		% colab.	<b>29,0%</b>	<b>26,3%</b>	12,9%	12,9%	9,2%	9,7%	100,0%
		% em PDVI	51,2%	59,4%	62,2%	47,5%	48,8%	58,3%	54,3%
		% do total	15,8%	14,2%	7,0%	7,0%	5,0%	5,3%	54,3%
De 50 a 249	De 50 a 249	contagem	29	26	9	21	15	11	111
		% colab.	26,1%	23,4%	8,1%	<b>18,9%</b>	<b>13,5%</b>	<b>9,9%</b>	100,0%
		% em PDVI	23,6%	27,1%	20,0%	35,6%	36,6%	30,6%	27,8%
		% do total	7,2%	6,5%	2,3%	5,3%	3,8%	2,8%	27,8%
250 ou mais	250 ou mais	contagem	1	2	1	0	0	0	4
		% colab.	<b>25,0%</b>	<b>50,0%</b>	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em PDVI	0,8%	2,1%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
		% do total	0,3%	0,5%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
Total	Total	contagem	123	96	45	59	41	36	400
		% colab.	30,8%	24,0%	11,3%	14,8%	10,3%	9,0%	100,0%
		% em PDVI	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% do total	30,8%	24,0%	11,3%	14,8%	10,3%	9,0%	100,0%

Como temos funções com menos de 30 elementos, realizamos teste de normalidade de Shapiro-Wilk, tendo-se verificado nível de significância inferior a 0,05 em todas as observações.

Fonte: autora

- 44,1% das organizações com menos de 10 colaboradores têm práticas de divulgação voluntária da informação fracas;

- 55,3% das organizações que têm entre 10 e 49 colaboradores, têm práticas fracas (29%) e insuficientes (26,3%);
- 42,3% das organizações que têm entre 50 e 249 colaboradores têm práticas boas, muito boas ou excelentes

### 4.3. Discussão de Resultados

A divulgação voluntária da informação que contemple a partilha de resultados económicos, sociais e ambientais das organizações da economia social, ao estabelecer uma relação entre a conduta responsável e os resultados na satisfação das partes interessadas (teoria dos *stakeholders*) (Freeman, 1984), será também um bom e efetivo sinal (teoria da sinalização (Spence, 1973) de transparência mas, sobretudo, de gestão socialmente responsável (ISO26000:2011), mitigando as assimetrias de informação e os riscos a elas associados (teoria da agência) (Jensen & Meckling, 1976) entre as organizações e as suas partes interessadas, legitimando (teoria da legitimidade) (Suchman, 1995) a sua existência.

A maioria das organizações da economia social da amostra reconhecem a importância do índice de divulgação voluntária da informação, contrariando que o aumento do *accountability* não é necessário num setor que funciona, por definição, para o *bem público* (Jones & Mucha, 2014). O reconhecimento desta importância pode estar relacionado com a pressão crescente para serem *accountables*, isto é, demonstrarem eficácia, desempenho e eficiência (Bryan *et al.*, 2021) e reconhecem que precisam de se posicionar como confiáveis, transparentes, eficientes e eficazes (Moreno-Albarracin *et al.*, 2020). Em termos de fatores (ou sub-índices) apontam a *Ética* (fator 3) como sendo o mais importante, seguindo-se o *Envolvimento dos Stakeholders* (fator 5), a *Estratégia* (fator 2) e o *Governance* (fator 4) e, por último, as *Práticas de Relato* (fator 6) e o *Perfil Organizacional* (fator 1).

Apesar de reconhecerem a sua importância, as práticas de divulgação voluntária da informação, nas organizações da economia social da amostra, são, na maioria, fracas ou insuficientes, desvirtuando a possibilidade de divulgarem informação clara e objetiva como sugerido por Zainon *et al.*, (2014) em relação ao que fazem, como fazem e que resultados obtém na prossecução da sua missão (Ebrahim A. , 2003b). De qualquer forma, a associação forte entre as práticas e a perceção geral da pessoa que na organização tem responsabilidades nessa matéria, mostra que as organizações da economia social parecem estar conscientes daquilo que efetivamente divulgam e não divulgam.

As informações divulgadas com mais frequência são as do fator (ou sub-índice) Perfil Organizacional. Este é o que as próprias organizações identificam como o menos importante, e, os seus indicadores dizem respeito à satisfação da legislação em vigor em termos de relato financeiro (Decreto-lei 36-A/2011, de 9 de março), o que corrobora o sugerido noutras investigações (Hyndman & McMahon,

2011; Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017; Yang & Northcott, 2019); e a descrições simples relacionadas com nome, localização, forma jurídica, dimensão (em termos de orçamento e contas, número de voluntários, profissionais, utentes e fornecedores) e *advocacy* da organização.

Os indicadores que estão associados ao desempenho, eficácia e impactos, assim como os relativos às formas de fazer e com quem fazer, não são frequentemente divulgados. Em relação à não divulgação dos primeiros (desempenho, eficácia e impactos), por realçarem uma abordagem mais racional para a gestão destas organizações, podem contribuir para melhorar o desempenho do serviço público que prestam (Suykens *et al.*, 2021). Ao não fazê-lo as organizações da economia social estão a desperdiçar a oportunidade de demonstrar que gerem os seus recursos de forma eficiente e eficaz, sem se desviarem do cumprimento da sua missão (Roslan *et al.*, 2017; Moreno-Albarracin *et al.*, 2020). E assim, não evidenciam uma atitude de gestão socialmente responsável (NP ISO26000:2011), nem rentabilizam os contributos de Fry (1995), que indica que a prestação de contas deve ser entendida como um processo de capacitação, e não só de monitorização. Para além disso, práticas de divulgação voluntária da informação fracas e insuficientes, contrariam quer a necessária correspondência às exigências crescentes para serem confiáveis e transparentes (Gazzola & Ratti, 2014; Yang & Northcott, 2019), quer a legitimidade interna e externa destas organizações (Costa *et al.*, 2011). Com efeito, as componentes ou dimensões fundamentais dos processos de *accountability* propostos por Kearns (1994), Koppell (2005) e Ebrahim (2010) ficam insatisfeitos, exceto naquilo que à conformidade legal diz respeito.

Ao terem práticas de divulgação voluntária da informação sobretudo fracas ou insuficientes, põem em causa o necessário aumento da sua capacidade para prestar contas por serem fornecedoras de bens públicos com financiamento público (Candler & Dumont, 2010) e não beneficiam da oportunidade de ao terem melhor desempenho para relatar acumularem cada vez mais contribuições futuras (Harris & Neely, 2021).

Os resultados particularmente baixos nas práticas de divulgação voluntária da informação nos sub-índices (ou fatores) *Estratégia* e *Governance*, evidenciados sobretudo pelos diretores técnicos, põem em causa a opção estratégica proposta por Brown & Moore (2001) que deve suportar a decisão de adoção de um sistema de *accountability*, e corroboram que os problemas de *accountability* que estas organizações enfrentam são frequentemente descritos e estruturados em termos de *governance* (Ebrahim, 2009; Lopez-Arceiz & Bellostas, 2020) e *performance* (Ebrahim, 2009; Benjamin, 2013). A literatura (Ebrahim, 2009; Rey-Garcia *et al.*, 2012) também sugere que a missão é outra lógica normativa que descreve e estrutura os problemas mais frequentes de *accountability* destas organizações, mas quanto a essa não temos dados empíricos que resultem desta investigação.

As práticas de divulgação voluntária de informação das organizações da economia social portuguesas parecem corresponder àquilo que Ebrahim (2005) apelidou de *accountability* míope,

desequilibradas a favor da dimensão financeira (Galvez-Rodriguez *et al.*, 2012), por se esgotarem em descrições simples e legalmente previstas, não contribuindo assim para aumentar os benefícios sociais do setor (Farwell *et al.*, 2019) nem a vital confiança dos *stakeholders* para garantir a sustentabilidade destas organizações (Hyndman & McConville, 2018).

Para além disso, como o desempenho de longo prazo das organizações da economia social é baseado na sua capacidade de vincular e maximizar o valor social, conforme definido na sua missão, e isto envolve a legitimidade obtida junto das partes interessadas, a sua capacidade operacional e a sua eficiência económica (Costa *et al.*, 2011). Para obter essa legitimidade, devem utilizar sistemas de *accountability* compatíveis com os seus objetivos e exigências das partes interessadas (Costa *et al.*, 2011), o que nas organizações da economia social portuguesas parece ser uma realidade muito distante.

Pelos resultados obtidos na análise inferencial verificamos que as práticas de divulgação voluntária da informação parecem ser discretamente influenciadas:

- Pelo aumento do número de utentes / beneficiários apoiados conforme já tinham evidenciado outros autores (Dainelli *et al.*, 2013; Cordery *et al.*, 2019; Hu *et al.*, 2019);
- Pela forma jurídica e pela localização da organização da economia social, o que contraria outras investigações (Cordery *et al.*, 2019);
- Pela função / cargo da pessoa com responsabilidade nessa matéria, conforme proposto por (Fitzgibbon, 2021);
- Pela existência de sistemas de gestão certificados, conforme evidenciado noutras investigações (Feng *et al.*, 2016; Becker, 2018; Yang & Northcott, 2019; Suykens *et al.*, 2021);
- Pelo aumento do número de colaboradores assalariados, conforme evidenciado também por (Sanzo-Perez *et al.*, 2017; Sillah *et al.*, 2020; Harris & Neely, 2021).

Estas associações são, genericamente, fracas a moderadas, não ficando, portanto, evidente o que mais influencia as práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social portuguesas. Porém, sabemos que a capacidade organizacional, a par da estratégia, do *governance* e do ambiente compõem os quatro fatores de divulgação financeira das organizações da economia social (Saxton & Guo, 2011); às quais, se associou a cultura organizacional para explicar o que influencia a divulgação voluntária para as partes interessadas descendentes (Hu *et al.*, 2019), evidenciando-se, nessa investigação, que quanto mais centralizado é o poder ou sistema de tomada de decisão numa organização da economia social, menos provável é que revele voluntariamente informação financeira aos funcionários ou voluntários.

Para as variáveis *volume orçamental* e *idade* das organizações da economia social não conseguimos comprovar associação entre as mesmas e as práticas de divulgação voluntária da informação.

Em relação ao volume orçamental, outras investigações apontam quer para uma influência positiva (Connolly & Hyndman, 2004; Saxton & Guo, 2011; Galvez-Rodriguez *et al.*, 2012; Dainelli *et al.*, 2013; Dumont, 2013) quer para uma influência negativa (Tremblay-Boire & Prakash, 2015; Sillah *et al.*, 2020; Suykens *et al.*, 2021). A falta de associação que encontramos nesta pesquisa, sugere-nos uma despreocupação moral associada ao uso do dinheiro público (Pavaloaia *et al.*, 2017) e uma falta de reconhecimento ou de necessidade de atrair e reter recursos (Jones & Mucha, 2014; Gazzola & Ratti, 2014; Dall’Agnol, 2017; Moreno-Albarracin *et al.*, 2021).

Em relação à idade das organizações da economia social, a literatura sugere uma influência positiva, isto é, mais antigas estão mais formalizadas e por isso têm melhores práticas de divulgação voluntária da informação (Schmid *et al.*, 2008; Saxton & Guo, 2011; Sillah *et al.*, 2020); e negativa (Galvez-Rodriguez *et al.*, 2012) ou seja, organizações mais jovens divulgam mais informação (online). Nesta investigação não foi encontrada relação entre as duas variáveis, nas organizações da economia social da amostra.

A associação mais expressiva verificou-se entre as variáveis *função/cargo* e *práticas de divulgação voluntária da informação* sendo notório que os diretores técnicos e similares reconhecem práticas de divulgação voluntária mais fracas que as restantes funções, sobretudo quando comparados com os elementos voluntários da Direção e mais expressivamente nos sub-índices (ou fatores) estratégia e *governance*. Isto, por um lado contraria que a Direção destas organizações se foca na divulgação da informação por percebê-la como um mecanismo de salvaguarda sua reputação (Murtaza, 2012); mas, por outro, sugere que se problematize em torno dos papéis, responsabilidades, funções e composição do *governance* destas organizações e da sua possibilidade de sucesso por este depender de uma estratégia tripla que vincule simultaneamente a criação de valor social, o suporte e apoio de doadores e a sua capacidade organizacional (Moore M. H., 2000).

Para além disso, as práticas de divulgação voluntária da informação melhoradas poderão ser um exercício que oferece vantagens práticas para as próprias organizações (Jones & Mucha, 2014) uma vez que o controlo baseado nos resultados está positivamente associado à capacidade da organização atender às necessidades das suas partes interessadas, cumprir as suas metas e ter qualidade no serviço (Suykens *et al.*, 2021).

Parece, portanto, a predisposição que estas organizações precisam para integrarem uma atitude avaliativa de examinar, analisar e melhorar no seu sistema de valores (Teixeira, 2010), fazendo uma gestão socialmente responsável com o envolvimento das suas partes interessadas (Roque, 2010) que se traduza na análise, avaliação e reporte de impactos positivos e negativos decorrentes das suas decisões, atividades e ações (NP ISO26000:2011) parece não acompanhar a maioria das organizações da economia social portuguesas.

## 5. CONCLUSÃO

*A descoberta consiste em ver o que toda a gente viu e pensar o que ninguém pensou.*  
Jonathan Swift

Atualmente, os sistemas económico, social e ambiental são indissociáveis, pelo que atender a requisitos mínimos de prestação de contas, de índole essencialmente financeira por via de relatórios anuais não é suficiente (Jones & Mucha, 2014). O rápido crescimento do setor [da economia social], bem como os significativos e crescentes impactos económicos, sociais e culturais e ambientais das organizações que o compõem em todo o mundo, sugerem uma reconsideração das abordagens à prestação de contas (Jones & Mucha, 2013).

Apesar da obrigatoriedade legal de, em Portugal, estas organizações apresentarem e publicarem relatórios anuais de atividades e contas, não se identificaram pesquisas empíricas que nos permitam concluir acerca do cumprimento desse requisito, nem da correspondência destes às recomendações internacionais em matérias de avaliação e reporte de sustentabilidade económica, social e ambiental.

Na análise do banco de dados da GRI – *Global Reporting Initiative*, verificamos um número insignificante de organizações da economia social, a nível mundial, que avaliam e relatam o seu desempenho seguindo as recomendações internacionais, apesar da transparência e divulgações voluntárias serem amplamente associadas às melhores práticas e melhores desempenhos (Gazzola & Ratti, 2014; Carvalho *et al.*, 2017; Sanzo-Pérez *et al.*, 2017). Também é reconhecida a importância do envolvimento das partes interessadas para credibilização do sistema de *accountability* e também como forma de melhorar o desempenho das organizações, e, ainda assim, a qualidade do reporte em termos de observação dos princípios da materialidade e relevância não é alta e baseia-se numa perspetiva de gestão das partes interessadas, em vez de um efeito de *stakeholder engagement* (Manetti & Toccafondi, 2014).

Esta realidade associada ao aumento do tamanho e da influência do setor e à forte dependência por parte do Estado (que pode comprometer a necessária independência das mesmas desviando-as da sua missão), levam-nos a aceitar a argumentação Edwards e Hulme (1996): a única forma que estas organizações têm de assegurar que o desvio não acontece é serem capazes de construir fortes sistemas de *accountability*, que permitam monitorizar a sua governação, estratégia e performance. Compromissos sérios de transparência e desempenho efetivo são intrínsecos a práticas responsáveis e basilares. Ou seja, ainda que estas organizações e os seus financiadores se concentrem, principalmente, nas respostas de *accountability* funcional e de curto prazo (Ebrahim, 2003a), o necessário para uma mudança social e política duradoura serão os processos estratégicos e de longo prazo (Ebrahim, 2003a).

Acredita-se que a transparência e a prestação de contas são aspetos-chave para a mobilização de recursos, uma vez que os processos transparentes podem contribuir para o aumento da captação de

recursos, enquanto a prestação de contas apresenta, de forma clara, a origem e aplicação dos recursos (Gazzola & Ratti, 2014; Dall'Agnol *et al.*, 2017; Carvalho *et al.*, 2017; Sanzo-Pérez, *et al.*, 2017), daí que seja necessário conhecer a realidade destas organizações a este respeito, de modo a contribuir para a melhoria da avaliação e relato voluntário das mesmas. Tanto mais porque a dinamização de sistemas de *accountability* parece decisivo para a gestão estratégica destas organizações (Costa *et al.*, 2011) e para a sua melhoria interna e externa, ao mesmo tempo que permitem traçar o caminho em direção à sua sustentabilidade (Mourão & Gonçalves, 2019). Dado que em 2016, 42,12% das instituições particulares de solidariedade social portuguesas apresentaram resultados líquidos negativos e 18,76% tiveram resultado negativo antes de amortizações e depreciações, gastos de financiamento e impostos (Mendes, 2018), a discussão em torno do assunto reveste-se de singular importância e pertinência.

Esta investigação evidencia resultados, globalmente, pouco animadores, uma vez que demonstra que a maioria das organizações da economia social portuguesas têm práticas de divulgação voluntária da informação fracas ou insuficientes. Ainda assim, as mesmas organizações são bastante assertivas ao considerarem a importância do índice de divulgação voluntária da informação, o que nos permite acreditar no potencial do setor para a melhoria da avaliação e relato. Ainda, os resultados encontrados quanto à frequência de informações divulgadas e não divulgadas suportam, em linha com outras investigações, (Hyndman & McMahon, 2011; Carvalho, 2016; Carvalho *et al.*, 2017; Harris & Neely, 2021) a influência da legislação em vigor nas práticas de divulgação. Portanto, uma mudança de direção para o uso de avaliações e relatórios de sustentabilidade melhoraria a transparência e forneceria um registo contínuo das realizações, melhorando-as ao longo do tempo (Jones & Mucha, 2014), aproveitar a influência positiva da legislação em vigor nisso, alavancaria todo o processo. Um processo que mais do que necessário parece inevitável dado o impacto que tais melhorias parecem ter em termos de sustentabilidades destas organizações.

Dos resultados apurados, e defendendo uma perspetiva integrada para o *accountability* destas organizações (Ebrahim A. , 2003b), dada a moda de divulgarem as informações obrigatórias, a relação moderada das melhores práticas de divulgação com a existência de sistemas de gestão certificados internacionalmente e o alinhamento dos diretores técnicos com as práticas existentes e com a necessidade de as alterar, parece que a criação de uma norma não contabilística para o relato económico, social e ambiental associada ao estabelecimento de um perfil dos profissionais academicamente mais capacitados destas organizações, funcionariam como facilitadores de melhores práticas de divulgação, alavancando o desempenho destas organizações em tudo o que a isso está inerente. Tal como evidenciado no Reino Unido (Hyndman & McMahon, 2011) o incentivo (coercivo e persuasivo) do Governo ao criar uma estrutura legal e regulatória foi determinante para a adoção generalizada de práticas apropriadas. Estas, tem o potencial de fornecer uma base para uma maior

confiança nos processos de controlo interno das organizações e resultar num setor mais responsável, saudável e legítimo (Hyndman & McMahon, 2011).

Apesar da investigação sugerir a problematização das práticas de divulgação da informação, sobretudo ao nível dos fatores estratégia e *governance* não dispomos de dados que nos permitam discutir acerca do assunto. Mas dado que uma deficiência no *governance* e um fraco sistema de relatórios financeiros podem ocultar fraude dentro destas organizações (Zainon *et al.*, 2014) e uma vez que já foram encontradas evidências consistentes com organizações que têm um *governance* mais forte, melhor desempenho e mais profissionais associadas a maior transparência (Harris & Neely, 2021) recomendamos a ampliação desta investigação no sentido de uma análise mais aprofundada quer aos fatores da estratégia, quer do *governance*, o que poderá trazer informações relevantes e complementares às já existentes para a sustentabilidades destas organizações. Também termos de partes interessadas, considerando que a transparência no setor é um valor agregado para os principais *stakeholders*, seria de analisar e testar relações entre a quantidade, diversidade e nível de envolvimento destes, com as práticas de divulgação, o que poderá trazer informações importantes para o estabelecimento de uma estratégia nacional para a transparência destas organizações.

Queremos que este índice de divulgação voluntária da informação sustente e oriente um processo de mudança no setor da economia social, ao invés de servir como uma lente que nos permita ver aquilo que se quer ver, em relação ao que o setor faz e diz fazer. Por isso, deverá ser entendido como um primeiro passo, uma primeira ferramenta que contribua para a adoção generalizada de práticas de divulgação voluntária da informação das organizações da economia social, que impulse o levantamento de questões com diferentes grupos de partes interessadas e que beneficie de uma renovação contínua para contribuir para um setor socialmente mais responsável, mais sustentável e mais legítimo.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- AccountAbility. (2015). *AA1000 - Stakeholder Engagement Standard*.
- AccountAbility. (2018). *AA 1000 - AccountAbility Principles*.
- Adams, W. M., & Jeanrenaud, S. J. (2008). *Transition to sustainability: towards a humane and diverse world*. Gland, Switzerland: International Union for Conservation and Nature.
- Andrews, O. (2002). Getting started on sustainability reporting. *Environmental Quality Management*, 11(3), pp. 3-11.
- Anheier, H. K., Hass, R., & Beller, A. (2013). Accountability and transparency in the german nonprofit Sector: A paradox? *International Review of Public Administration*, 18(3), 69-84.
- Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho. *Diário da República nº 146/2015. Série II*. Ministério das Finanças – Secretaria-Geral.
- Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de março. *Diário da República nº 51/2011, 1º Suplemento, Série II*. Ministério das Finanças e da Administração Pública – Secretaria-Geral.
- Azevedo, C., & Couto, P. (2010). Desempenho, sustentabilidade e eficiência económica nas OSFL. Em C. Azevedo, R. C. Franco, & J. W. Meneses, *Gestão de organizações sem fins lucrativos - o desafio da inovação social* (pp. 371-408). Lisboa: Imoedições.
- Ball, R., & Brown, P. (1968). An Empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of Accounting Research*, 6(2), 159-178.
- Becker, A. (2018). An experimental study of voluntary non-profit accountability and effects on public trust, reputation, perceived quality, and donation behavior. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 47, 562-582.
- Benjamin, L. M. (2008). Account space: how accountability requirements shape non-profit practice. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 37(2), pp. 201-223.
- Benjamin, L. M. (2013). The potential of outcome measurement for strengthening nonprofits' accountability to beneficiaries. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 42(6), pp. 1224-1244.
- Bovens, M. (2007). Analysing and assessing accountability: a conceptual framework. *European Law Journal*, 13(4), 447-468.
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2006). Communication of corporate social responsibility by portuguese banks: A legitimacy theory perspective. *Corporate Communications An International Journal*, 11(3), 232-248.
- Brandtner, C. (2021). Decoupling under scrutiny: consistency of managerial talk and action in the age of nonprofit accountability. *Nonprofit & Voluntary Sector Quarterly*.
- Brown, D., & Moore, M. (2001). Accountability, strategy and international nongovernmental organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 30 (3), pp. 569-587.

- Brown, E., & Gaughlin, K. (2009). Donors, ideologues and bureaucrats: government objectives and the performance of the Nonprofit Sector. *Financial Accountability & Management*, 25 (1), pp. 99-114.
- Bryan, T. K., Robichau, R. W., & L'Esperance, G. E. (2021). Conducting and utilizing evaluation for multiple accountabilities: a study on nonprofit evaluation capacities. *Nonprofit Management and Leadership*, 31, 547–569.
- Campos, J. M., & Ávila, R. C. (2012). *The social economy in the European Union*. Belgique: European Union.
- Candler, G., & Dumont, G. (2010). A non-profit accountability framework. *Canadian Public Administration*, 53(2), 259-279.
- Carvalho, A. O. (2016). Transparência na prestação de contas das fundações: abordagem teórica e empírica. *Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade do Porto*.
- Carvalho, A. O., Rodrigues, L. L., & Branco, M. C. (2017). Factors influencing voluntary disclosure in the annual reports of portuguese foundations. *Voluntas*, 28(5), 2278:2311.
- Carvalho, A., Ferreira, M. R., & Lima, S. (2020). Web disclosure of institutional information in nonprofit organizations: an approach in Portuguese charities. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 17, 41-58.
- CASES. (2011). *A economia social: conceito proposto pelo Observatório da Economia Social em Portugal*. Lisboa: CASES.
- CASES. (2019). Conta satélite da economia social (2016) e inquérito ao trabalho voluntário (2018). *Coleção de Estudos de Economia Social Nº10*.
- Charity Commission. (2019). Accounting and reporting by charities: Statement of Recommended Practices (2nd edition).
- Chen, J., Dyball, M. C., & Harrison, G. (2020). Stakeholder salience and accountability mechanisms in not-for-profit service delivery organizations. *Financial, Accountability & Management*, 36(1), 59-72.
- Christensen, R. A., & Ebrahim, A. (2006). How does accountability affect mission? The case of a nonprofit serving immigrants and refugees. *Nonprofit, Management & Leadership*, 17(2), 195-209.
- Comissão Europeia. (2017). Orientações sobre a comunicação de informações não financeiras.
- Connolly, C., & Hyndman, N. (2004). Performance reporting: A comparative study of British and Irish charities. *British Accounting Review*, 36, 127-154.
- Connolly, C., Hyndman, N., & McConville, D. (2013). Conversation ratios, efficiency and obfuscation: a study of the impact of changed UK Charity Accounting requirements on external stakeholders. *Voluntas*, 24, 785–804.
- Cooley, A. (2020). Comparative analysis of online accountability practices on the three sectors: private, public and nonprofit. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33(6), 1423-1445.
- Cordery, C., Rahman, A., & Thomson, I. (2019). NGO accounting and accountability: past, present and future. *Accounting Forum*, 43(1), 1-15.
- Cornforth, C. (2012). Nonprofit governance research: Limitations of the focus on boards and suggestions for new directions. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 41(6), 1116-1135.
- Cornwall, A., Lucas, H., & Pasteur, K. (2000). Partnership Models in the Health Sector. *IDS Bulletin*, 31(1), 1-13.
- Costa, E., & Pesci, C. (2016). Social Impact measurement: why do stakeholders matter? *Sustainability accounting, management and policy journal*, pp. 99-124.
- Costa, E., & Silva, G. G. (2019). Nonprofit accountability: The viewpoint of the primary stakeholders. *Financial Acc & Man.*, 35, 37-54.

- Costa, E., Ramus, T., & Andreus, M. (2011). Accountability as a managerial tool in nonprofit organizations: evidence from Italian CSVs. *Voluntas*, 22, 470-497.
- Coy, D., Fischer, M., & Gordon, T. (2001). Public accountability: a new paradigm for college and university annual reports. *12(1)*, pp. 1-31.
- Dainelli, F., Manetti, G., & Sibilio, B. (2013). Web-based accountability practices in non-profit: the case of national museums. *Voluntas*, 24, 649-665.
- Dall'Agnol, C. F., Tondolo, R. d., Tondolo, V. A., & Sarquis, A. B. (2017). Transparency and accountability in resource mobilization in the third sector: a multiple case study conducted in southern Brazil. *Revista Universo Contábil*, pp. 187-203.
- Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro. *Diário da República nº 213/2007, Série I*, Ministério da Economia e da Inovação.
- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. *Diário da República nº 133/2009. Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março. *Diário da República nº 48/2011, 1º Suplemento, Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro. *Diário da República nº 221/2014, 1º Suplemento, Série I*. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Decreto-Lei nº 59/2018, de 2 de agosto. *Diário da República nº 148/2018, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros.
- Diretiva 2014/95/EU, do Parlamento e do Conselho Europeu, de 22 de outubro de 2014.
- Dumont, G. E. (2013). Nonprofit virtual accountability: an index and its application. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 42(5), 1049-1067.
- Dye, R. (1985). Disclosure of nonproprietary information. *Journal of Accounting Research*, 23(1), 123-145.
- Dye, R. A. (2001). An evaluation of 'essays on disclosure' and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1/3), 181-235.
- Ebrahim, A. (2003a). Accountability in practice: mechanisms for NGOs. *World Development Elsevier Science*, 813-829.
- Ebrahim, A. (2003b). Making sense of accountability: conceptual perspectives for northern and southern nonprofits. *Nonprofit Management & Leadership - Wiley Periodicals*, 191-212.
- Ebrahim, A. (2005). Accountability myopia: Losing sight of organizational learning. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 34, 56-87.
- Ebrahim, A. (2009). Placing the normative logics of accountability in "thick" perspective. *American Behavioral Scientist*, 52(6), 885-904.
- Ebrahim, A. (2010). The many faces of nonprofit accountability. Em D. O. Renz, & R. D. Herman, *The Jossey-Bass Handbook of Nonprofit Leadership and Management* (pp. 102-123). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Edwards, M., & Hulme, D. (1996). Too close for comfort? The impact of official aid on nongovernmental organizations. *World Development*, 24(6), 961-973.
- Farneti, F., & Guthrie, J. (2009). Sustainability reporting by Australian public sector organisations: why they report? *Accounting Forum*, 33(2), pp. 89-98.
- Farwell, M. M., Shier, M. L., & Handy, F. (2019). Explaining trust in Canadian charities: the influence of public perceptions of accountability, transparency, familiarity and institutional trust. *Voluntas*, 30, 768-782.

- Feng, N. C., Neely, D. G., & Slatten, L. A. (2016). Accountability standards for nonprofit organizations: do organizations benefit from certification programs? *International Journal of Public Administration*, 39(6), 470-479.
- Fitzgibbon, A. (2021). Non-profit theatre managers as multi-stakeholders managers: the plate-spinning of accountability. *Financial, Accountability & Management*, 1-20.
- France, A., & Regmi, P. (2019). Information accountability in non-profit organisation. *Journal of New Business Ideas & Trends*, 178(1), 26-34.
- Francisco, L., & Alves, M. d. (2010). A necessidade de informação dos stakeholders das organizações sem fins lucrativos - uma responsabilidade, um desafio a vencer e a busca de soluções. *Actas do XIV Encontro*. Coimbra.
- Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. H., & Salamon, L. M. (2005). *O sector não Lucrativo português numa perspetiva comparada*. Porto: Universidade Católica.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Cambridge University Press.
- Fry, R. E. (1995). Accountability in organisational life: Problem or opportunity for nonprofits? *Nonprofit Management and Leadership*, 6, 181-195.
- Galvez-Rodriguez, M. M., Caba-Perez, M. C., & Lopez-Godoy, M. (2012). Determining factors in online transparency of NGOs: A spanish case study. *Voluntas*, 23, 661–683.
- Gandia, J. (2011). Internet disclosure by nonprofit organizations: empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. *Voluntas*, 40(1), 57-78.
- Garcia, E. R., Boaventura, J. G., Filho, J. S., & Carvalho, G. M. (2020). Determinants of corporate social performance disclosure: a literature review. *Social Responsibility Journal*, 1-25.
- Gazzola, P., & Ratti, M. (2014). Transparency in italian nonprofit organizations. *Annals of the University of Oradea, Economic Science Series*, 13(1), 125-135.
- Global Reporting Initiative. (2013). *G4 Diretrizes para o relato de sustentabilidade*.
- Global Sustainability Standards Boards. (2014). *G4 - Setor Disclosures NGO*. Amsterdam, Netherlands: GRI.
- Global Sustainability Standards Boards. (2018). *GRI 101: Foundation*. Amsterdam, Netherlands: GRI.
- Gray, R., Dillard, J., & Spence, C. (2011). A brief re-evaluation of "The Social Accounting Project": social accounting research as if the world matters. In S. Osborne, & A. Ball, *Social Accounting and Public Management: accountability for de public good* (pp. 11-22). London: Routledge.
- Greiling, D., & Stotzen, S. (2016). Accountability reporting in austrian non-profit organizations - more than a compliance instrument? . *Public Administration Quarterly*, 256-287.
- Hair, J. F., Black, W., Babin, B., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate Data Analysis (7th ed.)*. New Jersey: Pearson.
- Hale, K. (2013). Understanding non profit transparency: the limit of formal regulation in the American Nonprofit Sector. *International Review Public Administration*, 18, 31-49.
- Harris, E. C., & Neely, D. (2021). Determinants and consequences of nonprofit transparency. *Journal of Accounting, auditing & finance*, 36(1), 195-220.
- Hu, M., Zhu, J., & Kong, D. (2019). Voluntary financial disclosure to downward stakeholders: an empirical examination of chinese nonprofit. *Public Performance and Management Review*.
- Hyndman, N., & McConville, D. (2018). Making charity effectiveness transparent: building a stakeholder-focussed framework of reporting. *Financial, Accountability & Management*, 34, 133-147.

- Hyndman, N., & McMahon, D. (2011). The hand of government in shaping accounting and reporting in the UK Charity Sector. *Public Money & Management*, 31(3), 167-174.
- Instituto de Segurança Social. (2021). Evolução do sistema de Segurança Social. Obtido de Segurança Social: <https://www.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social>
- Instituto de Segurança Social. (2012). Modelo de Avaliação da Qualidade da Resposta Social Estrutura Residencial para pessoas idosas. obtido de Segurança Social: [https://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/gprs\\_lar\\_estrutura\\_residencial\\_idosos\\_modelo\\_avaliacao/41b4bfa9-a62d-4bb4-b368-c79d60211ecd](https://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/gprs_lar_estrutura_residencial_idosos_modelo_avaliacao/41b4bfa9-a62d-4bb4-b368-c79d60211ecd)
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), pp. 305-360.
- Jeong, B., & Kearns, K. (2015). Accountability in korean NPOs: perceptions and strategies of NPO leaders. *Voluntas*, 26, 1975–2001.
- Jones, K. R., & Mucha, L. (2014). Sustainability assessment and reporting for nonprofit organizations: accountability "for the public good". *Voluntas*, pp. 1465-1482.
- Kearns, K. (1994). The strategic management of accountability in nonprofit organizations: an analytical framework. *Public Administration Review*, 54(2), 185-192.
- Kingston, K. L., Furneaux, C., de Zwaan, L., & Alderman, L. (2020). From monologic to dialogic: accountability of nonprofit organisations and beneficiaries' terms. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33(2), 447-471.
- Koppell, J. (2005). Pathologies of accountability - ICANN and the challenges of multiple accountabilities disorder. *Public Administration Review*, 65(1), 94-108.
- KPMG International . (2015). The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2015, Currents of Change. Disponível em: <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2015/11/kpmg-international-survey-of-corporate-responsibility-reporting-2015.html>, consultado a 05 de maio de 2021.
- Lei nº 30/2013, de 8 de maio. *Diário da República nº 88/2013. Série I*. Assembleia da República.
- Lei nº 83-A/2013, de 30 de dezembro. *Diário da República nº 252/2013, 3º Suplemento, Série I*. Assembleia da República.
- Lei nº 66/2017, de 9 de agosto. *Diário da República nº 153/2017. Série I*. Assembleia da República.
- Lei nº 67/2021, de 25 de agosto. *Diário da República nº 165/2021. Série I*. Assembleia da República.
- López-Arceiz, F. J., & Bellostas, A. J. (2020). Nonprofit governance and outside corruption: the role of accountability, stakeholder participation, and management systems. *Nonprofit Management and Leadership*, 31, 311-333.
- Maddocks, J. (2011). Sustainability reporting: a missing piece of the charity-reporting jigsaw. *Public Money & Management*, 31(3), pp. 157-185.
- Manetti, G., & Toccafondi, S. (2014). Defining the content of sustainability reports in nonprofit organizations: do stakeholders really matter? *Journal of nonprofit & public sector marketing*, pp. 26:35-61.
- Maroco, J. (2010). *Análise Estatística - com a utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Martins, R., Santos, N., & Batalha, S. (2010). Comunicar nas OSFL - comunicar para informar, diferenciar e envolver. Em C. Azevedo, R. C. Franco, & J. W. Meneses, *Gestão de organizações sem fins lucrativos - o desafio da inovação social* (pp. 269-294). Lisboa: Imoedições.
- Massie, R. K. (2001). Reporting on sustainability: a global initiative. *OECD Observer*, 60, 226-227.
- McDonnell, D., & Rutherford, A. C. (2019). Promoting charity accountability: understanding disclosure of serious incidents. *Accounting Forum*, 43(1), 42-61.

- Mendes, A. (2015). Organizações de Economia Social: o que as distingue e como podem ser sustentáveis. *ATES*. não publicado.
- Mendes, A. (Dezembro de 2018). A importância económica e social das IPSS em Portugal. Porto: CNIS.
- Moore, D., & Rutzen, D. (2011). Legal framework for global philanthropy: barriers and opportunities. *International Journal of Non-For-Profit Law*, 13(1/2), pp. 5-41.
- Moore, M. H. (2000). Managing for value: organization strategy in for-profit, nonprofit and governmental organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 29(1), 183-204.
- Moreno-Albarracin, A. L., Liceran-Gutierrez, A., Ortega-Rodriguez, C., Labella, A., & Rodriguez, R. M. (2020). Measuring what is not seen - transparency and good governance nonprofit indicators to overcome the limitations of accounting models. *Sustainability*, 22(7275), 1-20.
- Moreno-Albarracin, A. L., Ortega-Rodriguez, C., Liceran-Gutierrez, A., Labella, A., & Martinez, L. (2021). Transparency indicators to improve accountability for non-profit organizations: a Spanish case study. *Technological & Economic Development of Economy*, 27(3), 763-782.
- Mourão, P., Gonçalves, J. (2019). The financial sustainability of portuguese private institutions of social solidarity: are the critical regions preserved from the fade? *Quality & Quantity*, 53, 1072-1092.
- Murtaza, N. (2012). Putting the lasts first: the case for community-focused and peer-managed NGO accountability mechanisms. *Voluntas*, 23, 109-125.
- National Research Council. (2011). *Sustainability and U.S. EPA*. Washington, DC: The National Academics Press.
- Nelson, M., Banks, W., & Fisher, J. (2003). Improved accountability disclosure by canadian universities. *Accounting Perspectives*, 2(1), 77-107.
- NP ISO26000:2011 – Linhas de orientação da responsabilidade social
- NP 4469:2019 – Sistema de gestão da responsabilidade social
- NP ISO9001:2015 – Sistemas de gestão da qualidade requisitos
- Ortega-Rodriguez, C., Liceran-Gutierrez, A., & Moreno-Albarracin, A. L. (2020). Transparency as a key element in accountability on NPO: a systematic literature review. *Sustainability*, 12 (5834), 1-21.
- Pavaloaia, L., Dicu, R., Chelariu, G., & Mardiros, D. (2017). Study on GRI reporting of non-profit organizations in Europe. *Journal of Accounting and Management*, 7 (1), 14-25.
- Pereira, A. (2008). *SPSS Guia Prático de Utilização - Análise de dados para as ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais - a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinto, F. (2012). Accountability nas ONGD - conceito e perspetivas, tipologias e prioridades. *Africana Studia* , 41 - 64.
- Portaria nº 55/2010, de 21 de janeiro. *Diário da República nº 14/2020. Série I*. Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde.
- Portaria nº 105/2011, de 14 de março. *Diário da República nº 51/2011. Série I*. Ministérios das Finanças e da Administração Pública.
- Portaria nº 106/2011, de 14 de março. *Diário da República nº 51/2011. Série I*. Ministérios das Finanças e da Administração Pública.
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho. *Diário da República nº 142/2015. Série I*. Ministério das Finanças.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação para as ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Rey-Garcia, M., Martin-Cavanna, J., & Alvarez-Gonzalez, L. I. (2012). Assessing and advancing foundation transparency: corporate foundations as a case study. *The Foundation Review*, 4(3), 77-89.
- Roque, A. (2010). As partes interessadas e as organizações sem fins lucrativos. Em C. Azevedo, R. C. Franco, & J. W. Meneses, *Gestão de organizações sem fins lucrativos - o desafio da inovação social* (pp. 209-228). Porto: Imoedições.
- Roslan, N., Arshad, R., & Pauzi, N. (2017). Accountability and governance reporting by non-profit organizations. *SHS Web of Conferences*, 36(41), 1-15.
- Ruggerio, C. A. (2021). Sustainability and sustainable development: A review of principles and definitions. *Science of Total Environment*, 781, 1-11.
- Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1997). In search of the nonprofit sector: the question of definitions. Em L. M. Salamon, & H. K. Anheier, *Defining the Nonprofit Sector: a cross-national analysis* (pp. 125-151). Manchester, UK: Manchester University Press.
- Santos, A. R. (2008). *Gestão Estratégica - conceitos, modelos e instrumentos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Sanzo-Perez, M. J., Rey-Garcia, M., & Alvarez-Gonzalez, L. I. (2017). The drivers of voluntary transparency in nonprofits: professionalization and partnerships with firms as determinants. *Voluntas*, 28, 1595-1621.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research methods for business students (fifth edition)*. London: Pearson Education.
- Saxton, G., & Guo, C. (2011). Accountability online: understanding the web-based accountability practices of nonprofit organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(2), 270-295.
- Saxton, G., Guo, C., & Brown, W. (2007). New dimensions of nonprofit responsiveness: The application and promise of web-based technologies. *Public Performance & Management Review*, 31, 144-173.
- Schmid, H., Bar, M., & Nirel, R. (2008). Advocacy activities in nonprofit human service organizations implications for policy. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 37(4), 581-602.
- Schwindenhammer, S. (2013). Patterns and explanations of corporate voluntary norm compliance: results from a structured focused comparison of German G500 in the Global Reporting Initiative. *German Policy Studies / Politikfeldanalyse*, 9(2), pp. 123-160.
- Sillah, A., Nukpezch, J. A., & Kamau, F. (2020). Web-based accountability among United Way of Texas Chapters. *Public Organization Review*, 20, 771-787.
- Son-Turan, S., & Lambrechts, W. (2019). Sustainability disclosure in higher education: a comparative analysis of reports and websites of public and private universities in Turkey. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 20 (7), pp. 1143-1170.
- Spence, A. M. (1973). Job market signalling. *Quarterly Journal of Economics*, 87(3), pp. 355-374.
- Stone, M., & Ostrower, F. (2007). Acting in the public interest: another look at research on nonprofit governance. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 36 (3), pp. 416-438.
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), pp. 571-610.
- Suykens, B., Meyfroidt, K., Desmidt, S., & Verschuere, B. (2021). Does performance-based accountability impact how non-profit directors perceive organizational performance? Insights from rational planning. *Public Management Review*, 1-29.
- Teixeira, P. (2010). Avaliação nas OSFL. Em C. Azevedo, R. C. Franco, & J. W. Meneses, *Gestão de organizações sem fins lucrativos - o desafio da inovação* (pp. 441-463). Lisboa: Imoedições.

- Traxler, A. A., Greiling, D., & Hebesberger, H. (2020). GRI sustainability reporting by INGO's: a way forward for improving accountability? *Voluntas*, 31, 1294-1310.
- Tremblay-Boire, J., & Prakash, A. (2015). Accountability.org: online disclosure by U.S. nonprofits. *Voluntas*, 26, 693-719.
- Unerman, J., & O'Dwyer, B. (2006). Theorising accountability for NGO advocacy. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(3), 349-376.
- União Europeia - Comité Económico e Social . (2017). *Evolução recente da economia social na União Europeia*.
- Urquiza, F. B., Navarro, M. C., & Trombetta, M. (2010). Disclosure theories and disclosure measures. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 39(143), 393-415.
- Valentinov, V. (2011). Accountability and the public interest in the nonprofit sector: A conceptual framework. *Financial Account- ability & Management*, 27(1), 33-42.
- Verrecchia, R. (1983). Discretionay disclosure . *Journal of Accounting and Economics*, 5, 179-194.
- Verrechia, R. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 97-180.
- Yang, C., & Northcott, D. (2019). How can the public trust charities? The role of performance accountability reporting. *Accounting & Finance*, 59(3), 1687-1713.
- Yasmin, S., & Ghafran, C. (2021). Accountability and legitimacy of non-profit organisations: challenging the current status quo and identifying avenues for future research. *Financial, Accountability & Management*, 1-20.
- Young, D. R. (2006). Complementary, supplementary or adversarial? Nonprofit-government relations. Em E. Boris, & C. Steuerle, *Nonprofits and Government* (Vol. 2nd ed). Washington, DC: The Urban Institute Press.
- Zainon, S., Atan, R., & Wah, Y. B. (2014). An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. *Asian Review of Accounting*, 22(1), 35-55.

## **7. APÊNDICES**

- I. **Correspondência referenciais para relato e divulgação voluntária**  
(GRI – global reporting initiative, AA1000, NP4469)

Global Reporting Initiative	NP4469:2019	AA1000
1.1 nome da organização	1. Objetivo e campo de aplicação (§3) ; 4.1 Compreender a organização e o seu contexto 4.3 Determinar o âmbito	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015)
1.2 a) descrição das atividades da organização	1. Objetivo e campo de aplicação (§3) ; 4.1 Compreender a organização e o seu contexto 4.3 Determinar o âmbito	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015)
1.2 b) Principais marcas, produtos e serviços, incluindo uma explicação de produtos ou serviços que sejam proibidos em certos mercados	4.1 Compreender a organização e o seu contexto 4.3 Determinar o âmbito	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015); 3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015)
1.3 Localização da sede da organização	1. Objetivo e campo de aplicação (§3) ; 4.1 Compreender a organização e o seu contexto 4.3 Determinar o âmbito	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015)
1.4 Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais suas principais operações estão localizadas e/ou que sejam relevantes para os tópicos abordados no relatório.	4.1 Compreender a organização e o seu contexto 4.3 Determinar o âmbito	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015); 3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015)
1.5 Natureza da propriedade e forma jurídica.	1. Objetivo e campo de aplicação (§3) ; 4.1 Compreender a organização e o seu contexto 4.3 Determinar o âmbito	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015)
1.6 Mercados atendidos, incluindo: localização, setores, tipos de clientes e be	1. Objetivo e campo de aplicação (§3) ; 4.1 Compreender a organização e o seu contexto 4.3 Determinar o âmbito	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015); 3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015)
1.7 a) número total de empregados		4.2.1 mobilizar recursos (AA1000SES_2015)
1.7 b) número total de operações		4.2.1 mobilizar recursos (AA1000SES_2015)
1.7 c) vendas líquidas (para organizações do setor privado) ou receita líquida (para organizações do setor público)	4.1.1.2 Princípios § 3 (transparência, partilha de informação e comportamento aberto); 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	4.2.1 mobilizar recursos (AA1000SES_2015)
1.7 d) capitalização total (para organizações do setor privado) discriminada em termos de dívida e património líquido		4.2.1 mobilizar recursos (AA1000SES_2015)
1.7 e) quantidade de produtos ou serviços oferecidos		3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015); 4.2.1 mobilizar recursos (AA1000SES_2015)
1.8 a) Informações sobre empregados e outros trabalhadores: número total de empregados por contrato de trabalho (permanentes e temporários), por gênero; Número total de empregados por contrato de trabalho (permanentes e temporários), por região; Número total de empregados por tipo de emprego (tempo integral ou período parcial), por gênero.	4.1.1.2 Princípios § 3; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	4.1 perfil e mapa de stakeholders (AA1000SES_2015); 4.1.2 determinar nível e método de envolvimento (AA1000SES_2015); 4.1.5 estabelecer indicadores (AA1000SES_2015); 4.2.1 mobilizar recursos (AA1000SES_2015)
1.8 b) Se uma parte significativa das atividades da organização é realizada por trabalhadores que não são empregados. Se aplicável, uma descrição da natureza e quantidade de trabalho realizado por trabalhadores que não são empregados; Quaisquer variações significativas nos números relatados nos Conteúdos 102-8-a, 102-8-b e 102-8-c (como variações sazonais nos setores de turismo ou agrícola); Uma explicação de como os dados foram compilados, inclusive quaisquer premissas adotadas	4.1.1.2 Princípios § 3; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	4.1 perfil e mapa de stakeholders (AA1000SES_2015); 4.1.5 estabelecer indicadores (AA1000SES_2015); 4.2.1 mobilizar recursos (AA1000SES_2015)
1.9 Uma descrição da cadeia de fornecedores da organização, incluindo seus principais elementos em relação às atividades da organização, suas principais marcas, seus principais produtos e serviços	6.1 Ações para tratar riscos e oportunidades (6.1.2 Aspectos da responsabilidade social); 8.1 Planeamento e controlo operacional §2 e §6; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	4.1 perfil e mapa de stakeholders (AA1000SES_2015); 4.1.5 estabelecer indicadores (AA1000SES_2015); 4.2.1 mobilizar recursos (AA1000SES_2015); 4.3.2 instruir os stakeholders (AA1000SES_2015);
1.10 Mudanças significativas no porte, estrutura, propriedade ou cadeia de fornecedores da organização, incluindo: i. Mudanças na localização ou nas operações da organização, tais como abertura, fechamento ou ampliação de instalações; ii. Mudança na estrutura do capital social e de outras atividades de formação, manutenção ou alteração de capital (para organizações do setor privado); iii. Mudanças na localização de fornecedores, na estrutura da cadeia de fornecedores ou nas relações com fornecedores, inclusive no seu processo	5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais, alínea d); 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015);
1.11 Se e como a organização aplica o princípio ou abordagem da precaução.	4.1.1.2 Princípio §3 ponto 7	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015);
1.12 Uma lista de tratados, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter económico, ambiental e social que a organização subscreve	6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.3. Obrigações de conformidade)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governance (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
1.13 Uma lista de sua participação em associações mais importantes do setor ou outras associações, e em organizações nacionais ou internacionais de advocacy.	6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.3. Obrigações de conformidade)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governance (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)

Global Reporting Initiative	NP4469:2019	AA1000
2.14 Uma declaração do mais alto executivo da organização (como seu CEO, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade	5.1 Liderança e compromisso; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social	1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015); 2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015)
2.15 a) Uma descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	4.1 compreender a organização; 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.1 Geral); 6.2.1 Objetivos da responsabilidade social; 6.2.2 Planejamento das ações; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão	1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015); 2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 4.1.3 estabelecer e comunicar limites da divulgação (AA1000SES_2015); 4.2.3 identificar e preparar para os riscos do envolvimento (AA1000SES_2015);
2.15 b) uma descrição dos seus impactos econômicos, ambientais e sociais significativos, bem como os desafios e as oportunidades referentes a esses impactos. Isso inclui efeitos sobre os stakeholders e seus direitos conforme previstos na legislação nacional e em normas e padrões internacionalmente reconhecidos;	4.1 compreender a organização; 4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas; 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.1 Geral); 6.2.1 Objetivos da responsabilidade social; 6.2.2 Planejamento das ações; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão	1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015); 2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 4.1.3 estabelecer e comunicar limites da divulgação (AA1000SES_2015); 4.2.3 identificar e preparar para os riscos do envolvimento (AA1000SES_2015);
2.15 c) a gama de expectativas e interesses razoáveis dos stakeholders da organização;	4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.1 Geral)	2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
2.15 d) uma explicação da abordagem adotada para priorizar esses desafios e oportunidades;	5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.1 Geral e 6.1.2 Aspectos da responsabilidade social)	2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
2.15 e) principais conclusões sobre o progresso na abordagem desses tópicos e o desempenho obtido no período coberto pelo relatório, incluindo uma avaliação dos motivos de desempenho inferior ou superior;	7.4 Comunicação; 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.3 Revisão pela gestão (9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão e 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão); 10.1 não conformidade e ação corretiva	4.3.4 documentos de envolvimento e outputs (AA1000SES_2015); 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.2
2.15 f) uma descrição dos principais processos estabelecidos para abordar questões relacionadas ao desempenho e mudanças relevantes;	4.4 Sistema de gestão da responsabilidade social; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais (alínea b e d)); 6.1 ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.1 geral)	2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.3.2 instruir os stakeholders (AA1000SES_2015);
2.15 g) o impacto de tendências, riscos e oportunidades de sustentabilidade sobre as perspectivas de longo prazo e o desempenho financeiro da organização;	8.2 Preparação e resposta a emergências; 9.1 monitorização, medição, análise e avaliação; 9.3 Revisão pela Gestão (9.3.2 entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão); 10.1 Não conformidade e ação corretiva; 10.2 Melhoria contínua	1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015); 2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia; 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.4 reportar o envolvimento (AA1000SES_2015)
2.15 h) informações relevantes, ou que venham a sê-lo no futuro, para os stakeholders financeiros;	9.3 Revisão pela Gestão (9.3.2 entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão)	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia; 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.4 reportar o envolvimento (AA1000SES_2015)
2.15 i) uma descrição dos riscos e oportunidades mais importantes para a organização decorrentes de tendências de sustentabilidade;	4.1 compreender a organização; 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.1 Geral); 6.2.1 Objetivos da responsabilidade social; 6.2.2 Planejamento das ações; 9.3 Revisão pela Gestão (9.3.2 entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão)	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia; 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.4 reportar o envolvimento (AA1000SES_2015)
2.15 j) priorização dos principais tópicos económicos, ambientais e sociais como riscos e oportunidades, segundo a sua relevância em longo prazo para estratégia organizacional, vantagem competitiva, direcionadores de valor financeiro qualitativos e, se possível, quantitativos;	4.1 compreender a organização; 5.1 Liderança e compromisso; 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.1 Geral); 6.2.1 Objetivos da responsabilidade social; 6.2.2 Planejamento das ações; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia; 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.4 reportar o envolvimento (AA1000SES_2015)
2.15 k) tabela(s) com um resumo de metas, desempenho em relação às metas e aprendizados no período coberto pelo relatório;	6.2 Objetivos de responsabilidade social e planeamento para os atingir; 7.4 Comunicação; 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação (alínea b, c), e e f)); 9.1.1. indicadores da responsabilidade social	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia; 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.4 reportar o envolvimento (AA1000SES_2015)
2.15 l) tabela(s) com um resumo de metas para o próximo período de relato e objetivos e metas de médio prazo (ou seja, para os próximos três a cinco anos) com relação aos principais riscos e oportunidades;	6.2 Objetivos de responsabilidade social e planeamento para os atingir; 7.4 Comunicação; 9.3 Revisão pela gestão (9.3.3 Saídas da revisão pela gestão, alínea a), b e c))	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia; 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.4 reportar o envolvimento (AA1000SES_2015)
2.15 m) uma descrição dos mecanismos de governança adotados especificamente para gerir esses riscos e oportunidades e para a identificação de outros possíveis riscos e oportunidades.	5.1. Liderança e compromisso; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 5.2.2 comunicação da política de responsabilidade social; 6.1 Ações para abordar riscos e oportunidades (6.1.1 geral; 6.1.2 aspetos da responsabilidade social)	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia; 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.4 reportar o envolvimento (AA1000SES_2015)

Global Reporting Initiative	NP4469:2019	AA1000
3.16 Uma descrição dos valores, princípios, normas e códigos de comportamento da organização	4.1.1 Valores e princípios da responsabilidade social; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 5.2.2 Comunicação da política de responsabilidade social	1. propósito e âmbito (AA1000SES_2015); 2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
3.17 Uma descrição de seus mecanismos internos e externos para: i. solicitar orientações sobre comportamentos éticos e ilícitos e sobre integridade organizacional; ii. comunicar preocupações com comportamentos antiéticos ou ilícitos e com a integridade da organização.	4.1.1 Valores e princípios da responsabilidade social; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 5.2.2 Comunicação da política de responsabilidade social; 7.3 Conscientização; 7.4 Comunicação; 7.5 Informação documentada	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 4.1.3 estabelecer e comunicar limites da divulgação (AA1000SES_2015); 4.3.2 instruir os stakeholders (AA1000SES_2015);

Global Reporting Initiative	NP4469:2019	AA1000
4.18 a) Estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança.	5.1 Liderança e Compromisso; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais; 6.1.2 Aspectos da responsabilidade social	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
4.18 b) Comitês responsáveis pela tomada de decisões em tópicos econômicos, ambientais e sociais.	5.1 Liderança e Compromisso; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais; 6.1.2 Aspectos da responsabilidade social	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
4.19 Processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para altos executivos e outros empregados.	5.1 Liderança e Compromisso; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais; 6.1.2 Aspectos da responsabilidade social; 7.2 Competências	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
4.20 Se a organização designou um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais. Se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança.	5.1 Liderança e Compromisso; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais; 6.1.2 Aspectos da responsabilidade social; 7.2 Competências	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015);
4.21 Processos de consulta usados entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais; Se a consulta for delegada, indique a quem é delegada e como o feedback é fornecido para o mais alto órgão de governança.	4.1.1.2 Princípios; 4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas; 5.1 Liderança e compromissos; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 5.2.2 Comunicação da política de responsabilidade social; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais; 7.4 Comunicação	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.3.3 envolver (AA1000SES_2015); 4.3.5 desenvolver plano de ação (AA1000SES_2015)
4.22 Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês por: a) função executiva ou não executiva;	anexo B, governo das organizações (corrupção e suborno / extorsão)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
b) independência	anexo B, governo das organizações e igualdade de oportunidades	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
c) mandato dos membros do mais alto órgão de governança;	anexo B, governo das organizações (adaptação da estrutura da organização; transparência e caráter ético das atividades; corrupção e suborno / extorsão); igualdade de oportunidades; trabalho e emprego	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015); 3.3.1 mandato e responsável (AA1000SES_2015)
d) número de outras funções e compromissos importantes de cada indivíduo, bem como a natureza desses compromissos;	anexo B, governo das organizações (transparência e caráter ético; corrupção e suborno / extorsão)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
e) gênero;	anexo B, direitos humanos (igualdade de oportunidades)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
f) participação de grupos sociais sub-representados;	anexo B, práticas operacionais (instituições públicas, exercer pressão legítima responsável - lobbying)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
g) competências relacionadas a tópicos econômicos, ambientais e sociais;	7.2 Competências	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.2.2 construir capacidades (AA1000SES_2015)
h) participação de stakeholders.	7.4 Comunicação §3, ponto 3	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.1.3 estabelecer e comunicar limites da divulgação (AA1000SES_2015); 4.1.4 desenhar plano de envolvimento (AA1000SES_2018)
4.23 a) Se o presidente do mais alto órgão de governança é também um diretor executivo da organização	5.1 Liderança e Compromisso; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015)
4.23 b) Se o presidente for também um diretor executivo, descreva sua função na gestão da organização e os motivos para esse acúmulo de funções	7.2 Competências	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 3.3.1 mandato e responsável (AA1000SES_2015); 4.2.2 construir capacidades (AA1000SES_2015)

Global Reporting Initiative	NP4469:2019	AA1000
4.24 b) Critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governança, incluindo se e como: i. stakeholders (inclusive acionistas) são envolvidos;	7.4 Comunicação §3, ponto 3	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 3.1 estabelecimento do objetivo do envolvimento (AA1000SES_2015); 3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015); 3.3.1 mandato e responsável (AA1000SES_2015);
ii. a diversidade é considerada;	anexo B, direitos humanos (igualdade de oportunidades)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.2.2 construir capacidades (AA1000SES_2015)
iii. a independência é considerada;	anexo B, governo das organizações (corrupção e suborno / extorsão)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.2.2 construir capacidades (AA1000SES_2015)
iv. conhecimentos e experiências relacionados a tópicos econômicos, ambientais e sociais são considerados	7.2 Competências	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 3.3.1 mandato e responsável (AA1000SES_2015); 4.2.2 construir capacidades (AA1000SES_2015)
4.25 a) Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e gestão de conflitos de interesse.	4.1.1 Valores e Princípios de responsabilidade social; 5.1 Liderança e compromisso; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 5.2.2 Comunicação da Política de responsabilidade social; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 2.4 integração na gestão operacional (AA1000SES_2015); 3.3.2 identificação das partes interessadas (AA1000SES_2015); 4.1.2 determinante do nível e método de envolvimento (AA1000SES_2015)
4.25 b) Se conflitos de interesse são revelados aos stakeholders, incluindo, ao menos: i. Participação cruzada em outros órgãos de administração; ii. Participação acionária cruzada com fornecedores e outros stakeholders; iii. Existência de acionista controlador; iv. Divulgação de informações sobre partes relacionadas.	anexo B, governo das organizações (corrupção e suborno / extorsão)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 2.4 integração na gestão operacional (AA1000SES_2015); 3.3.2 identificação das partes interessadas (AA1000SES_2015); 4.1.2 determinante do nível e método de envolvimento (AA1000SES_2015)
4.26 Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, da declaração de missão, visão e valores, e das estratégias, políticas e metas relacionadas a tópicos econômicos, ambientais e sociais.	4.1.1.2 Princípios; 5.1 Liderança e compromisso; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 6.2.1 Objetivos da responsabilidade social	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 3.1 estabelecimento do objetivo do envolvimento (AA1000SES_2015); 3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015); 3.3.1 mandato e responsável (AA1000SES_2015);
4.27 Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.	5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 5.2.2 Comunicação da política de responsabilidade social; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais; 6.1.2 Aspectos da responsabilidade social; 6.2.1 Objetivos da responsabilidade social; 6.2.2 Planejamento das ações para atingir os objetivos da responsabilidade social (alínea a) e b))	2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.1.4 desenhar plano de envolvimento (AA1000SES_2015); 4.1.5 estabelecer indicadores (AA1000SES_2015); 4.3.4 documentos de envolvimento e outputs (AA1000SES_2015); 4.3.5 desenvolver plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar envolvimento (AA1000SES_2015)
4.28 a) Processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.1.1 Indicadores da responsabilidade social; 9.1.2 Avaliação da conformidade; 9.2 Auditoria Interna	4.1.4 desenhar plano de envolvimento (AA1000SES_2015); 4.1.5 estabelecer indicadores (AA1000SES_2015); 4.3.4 documentos de envolvimento e outputs (AA1000SES_2015); 4.3.5 desenvolver plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar envolvimento (AA1000SES_2015)
4.28 b) Se essa avaliação é independente ou não e com que frequência ela é realizada.	1. Objetivo e campo de aplicação, alínea c) ponto 3 e 4; 9.2 Auditoria interna (§1 alínea a), b); §2, alínea a), b) e c), d) e e))	4.3.1 Declaração da entidade responsável pelo assurance (AA1000AS_2008)
4.28 c) Se essa avaliação é uma autoavaliação.	1. Objetivo e campo de aplicação, alínea c) ponto 1.	4.3.1 Declaração da entidade responsável pelo assurance (AA1000AS_2008)
4.28 d) Medidas tomadas em resposta à avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais, incluindo, no mínimo, mudanças em sua composição e em práticas organizacionais	9.3.3 Saídas da revisão pela gestão; 10.1 não conformidade e ação corretiva; 10.2 melhoria contínua	4.3.4 documentos de envolvimento e outputs (AA1000SES_2015); 4.3.5 desenvolver plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar envolvimento (AA1000SES_2015); 4.4.2 aprender e melhorar (AA1000SES_2015); 4.4.3 desenvolver e seguir plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.4 reportar o envolvimento (AA1000SES_2015)
4.29 a) Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de tópicos econômicos, ambientais e sociais, incluindo seu papel na implementação de processos de diligência devida.	5.1 Liderança e compromisso; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 5.2.2 Comunicação da política de responsabilidade social; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 2.4 integração na gestão operacional (AA1000SES_2015)
4.29 b) A consulta a stakeholders é usada para apoiar o mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	4.1.1.1 Valores; 4.1.1.2 Princípios; 4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas; 5.1 Liderança e compromisso; 5.2 Política; 6.1.2 Aspectos da responsabilidade social (§6); 7.4 Comunicação (§2 e §3); 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação (alínea a)); 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão (alínea b), ponto 2)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governança (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 2.4 integração na gestão operacional (AA1000SES_2015)

Global Reporting Initiative	NP4469:2019	AA1000
4.30 O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos económicos, ambientais e sociais.	5.1 Liderança e compromisso; 5.2.1 estabelecer a política de responsabilidade social; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais; 6.2.2 Planeamento das ações para atingir os objetivos da responsabilidade social (alínea b), ponto 2)); 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.3. Revisão pela gestão (9.3.1 generalidades; 9.3.2 entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 saídas da revisão pela gestão)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governance (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.2.3 identificar e preparar para os riscos do envolvimento (AA1000SES_2015); 4.3.4 documentos de envolvimento e outputs (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar envolvimento (AA1000SES_2015)
4.31 Frequência com que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de tópicos económicos, ambientais e sociais.	6.2.2 Planeamento das ações para atingir os objetivos da responsabilidade social (alínea b), ponto 2)); 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.3. Revisão pela gestão (9.3.1 generalidades; 9.3.2 entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 saídas da revisão pela gestão)	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 2.2 integração na estrutura de governance (AA1000SES_2015); 2.3 integração na estratégia (AA1000SES_2015); 4.2.3 identificar e preparar para os riscos do envolvimento (AA1000SES_2015); 4.3.4 documentos de envolvimento e outputs (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar envolvimento (AA1000SES_2015)
4.32 Órgão ou cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade da organização e garante que todos os tópicos materiais sejam abordados	5.1 Liderança e compromisso; 5.2.1 estabelecer a política de responsabilidade social; 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais; 6.2.2 Planeamento das ações para atingir os objetivos da responsabilidade social (alínea b), ponto 2)); 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.3. Revisão pela gestão (9.3.1 generalidades; 9.3.2 entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 saídas da revisão pela gestão)	4.3.1 declaração da entidade responsável pelo assurance (AA100AS_2008); 4.3.2 Relatório destinado aos órgãos de gestão (AA100AS_2008)
4.33 Processo adotado para comunicar preocupações cruciais ao mais alto órgão de governança	5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais, alínea d); 7.4 Comunicação; 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015);
4.34 a) Natureza e número total de preocupações cruciais comunicadas ao mais alto órgão de governança.	5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais, alínea d); 7.4 Comunicação; 9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015); 4.4.1 monitorizar e avaliar o envolvimento (AA1000SES_2015);
4.34 b) Mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las	8.1 Planeamento e controlo operacional; Preparação e resposta a emergências; 9.1.2 Avaliação da conformidade; 10.2 Melhoria Contínua	4.4.2 aprender e melhorar (AA1000SES_2015); 4.4.3 desenvolver e seguir plano de ação (AA1000SES_2015)
4.35 a) Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a altos executivos para os seguintes tipos de remuneração: i. Remuneração fixa e variável, incluindo remuneração baseada no desempenho, remuneração baseada em ações (ações ou opções de ações), bónus e ações exercíveis ou diferidas; ii. Bónus de atração ou pagamentos de incentivos ao recrutamento; iii. Pagamentos de rescisão; iv. Devolução de bónus e incentivos (Clawback); v. Benefícios de aposentadoria, inclusive a diferença entre plano de benefícios e taxas de contribuições para o mais alto órgão de governança, altos executivos e todos os demais empregados.	anexo B, práticas laborais (trabalho e emprego)	não foi identificada correspondência
4.35 b) Como os critérios de desempenho da política de remuneração aplicam-se aos objetivos do mais alto órgão de governança e dos altos executivos para os tópicos económicos, ambientais e sociais.	anexo B, práticas laborais (trabalho e emprego)	não foi identificada correspondência
4.36 a) Processo para determinação da remuneração	anexo B, práticas laborais (trabalho e emprego)	não foi identificada correspondência
4.36 b) Se consultores de remuneração estão envolvidos na determinação de remunerações e se eles são independentes da administração.	anexo B, governo das organizações (corrupção e suborno / extorsão)	3.2 independência e imparcialidade (AA1000AS_2008); 3.4 ética profissional (AA1000AS_2008)
4.36 c) Quaisquer outras relações que os consultores de remuneração possuam com a organização	anexo B, governo das organizações (corrupção e suborno / extorsão)	3.2 independência e imparcialidade (AA1000AS_2008); 3.4 ética profissional (AA1000AS_2008)
4.37 a) Como são solicitadas e levadas em conta as opiniões dos stakeholders em relação à remuneração.	anexo B, governo das organizações (informação, consulta e participação das partes interessadas, corrupção e suborno / extorsão; relações com os fornecedores, clientes / consumidores e com os investidores / acionistas)	não foi identificada correspondência
4.37 b) Se aplicável, os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração	não foi identificada correspondência	não foi identificada correspondência
4.38 Proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração total anual média de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago) no mesmo país.	não foi identificada correspondência	não foi identificada correspondência
4.39 Proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago) no mesmo país.	não foi identificada correspondência	não foi identificada correspondência

Global Reporting Initiative	NP4469:2019	AA1000
5.40 Uma lista de grupos de stakeholders engajados pela organização.	4.1 Compreender a organização e o seu contexto; 4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas	3.3.2 identificação das partes interessadas (AA1000SES_2015); 4.1.1 perfil e mapa de stakeholders (AA1000SES_2015)
5.41 Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	anexo B, praticas laborais (trabalho e emprego)	não foi identificada correspondência
5.42 A base para identificar e selecionar stakeholders com quem se engajar.	4.1 Compreender a organização e o seu contexto; 4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas; 4.3 Determinar o âmbito do sistema de gestão da responsabilidade social; 5.1 Liderança e compromisso (ponto 1)	3.1 estabelecimento do objetivo do envolvimento (AA1000SES_2015); 3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015); 3.3.2 identificação das partes interessadas (AA1000SES_2015); 4.1.1 perfil e mapa de stakeholders (AA1000SES_2015)
5.43 A abordagem adotada pela organização para envolver os stakeholders, inclusive a frequência do seu envolvimento, discriminada por tipo e grupo de stakeholders, com uma indicação de algum envolvimento que tenha sido especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	4.1.1.1 Valores; 4.1.1.2 Princípios; 4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 3.1 estabelecimento do objetivo do envolvimento (AA1000SES_2015); 3.2 estabelecimento do âmbito do envolvimento associado ao objetivo (AA1000SES_2015); 3.3.2 identificação das partes interessadas (AA1000SES_2015); 4.1.1 perfil e mapa de stakeholders (AA1000SES_2015)
5.44 a) Principais preocupações e tópicos levantados durante o envolvimento de stakeholders, incluindo: i. as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatório;	4.1.1.1 Valores; 4.1.1.2 Princípios; 4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 5.2.2 Comunicação da política de responsabilidade social; 7.4 Comunicação; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	2.1 compromisso com os princípios AA1000 (AA1000SES_2015); 4.3.2 instruir os stakeholders (AA1000SES_2015); 4.3.3 envolver (AA1000SES_2015); 4.3.4 documentos de envolvimento e outputs (AA1000SES_2015)
ii. os grupos de stakeholders que levantaram tais preocupações e tópicos.	4.2 Compreender as necessidades e as expectativas das partes interessadas	4.3.4 documentos de envolvimento e outputs (AA1000SES_2015); 4.3.6 desenvolver plano de ação (AA1000SES_2015); 4.3.6 comunicar outputs do envolvimento e plano de ação (AA1000SES_2015)

Global Reporting Initiative	NP4469:2019	AA1000
6.45 a) Uma lista de todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização.	não foi identificada correspondência	não foi identificada correspondência
6.45 b) Se qualquer entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização não foi coberta pelo relatório.	não foi identificada correspondência	não foi identificada correspondência
6.46 a) Uma explicação do processo adotado para definir o conteúdo do relatório e dos limites de tópicos	9.1 Monitorização, medição, análise e avaliação; 9.1.1 Indicadores da responsabilidade social; 9.1.2 Avaliação da conformidade; 9.3.2 Entradas para a revisão pela gestão; 9.3.3 Saídas da revisão pela gestão	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 3.1.1 documentos de divulgação abrangidos; 3.1.2 Critérios adequados; 3.5 Acordo do processo de assurance (contrato)
6.46 b) Uma explicação de como a organização implementou os Princípios de Relato para Definição do Conteúdo do Relatório.	7.4 Comunicação; 7.5 Informação documentada (7.5.1 Generalidades)	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 3.1.1 documentos de divulgação abrangidos; 3.1.2 Critérios adequados; 3.1.3 Nível de assurance
6.47 Uma lista dos tópicos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.	7.4 Comunicação; 7.5 Informação documentada (7.5.1 Generalidades)	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 3.1.1 documentos de divulgação abrangidos; 3.1.2 Critérios adequados
6.48 O efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações.	9.3 Revisão pela Gestão (9.3.2 entradas para a revisão pela gestão, alínea a) e b))	não foi identificada correspondência
6.49 Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores na lista de tópicos materiais e em limites de tópicos.	9.3 Revisão pela Gestão (9.3.2 entradas para a revisão pela gestão, alínea a) e b))	não foi identificada correspondência
6.50 Período coberto pelo relatório para as informações fornecidas.	9.3 Revisão pela Gestão (9.3.1 Generalidades)	4.3.1 Declaração da entidade responsável pelo assurance (AA1000AS_2008)
6.51 Se aplicável, a data do relatório anterior mais recente.	não foi identificada correspondência	não foi identificada correspondência
6.52 Ciclo de emissão de relatórios.	9.3 Revisão pela Gestão (9.3.1 Generalidades)	4.3.1 Declaração da entidade responsável pelo assurance (AA1000AS_2008); 4.3.2 Relatório destinado aos órgãos de gestão (AA1000AS_2008)
6.53 O contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.	não foi identificada correspondência	não foi identificada correspondência
6.54 A declaração feita pela organização, se preparou um relatório em conformidade com as Normas GRI, usando uma das seguintes opções: i. "Este relatório foi preparado em conformidade com as Normas GRI: opção Essencial"; ii. "Este relatório foi preparado em conformidade com as Normas GRI: opção Abrangente".	1. Objetivo e campo de aplicação (53)	2.3 Referências à utilização da Norma (AA1000AS_2008); 4.3 Declaração da entidade responsável pelo assurance
6.55 a) O sumário de conteúdo da GRI, que especifica cada uma das Normas GRI usadas e lista todos os conteúdos incluídos no relatório.	não foi identificada correspondência	3.1.2 Critérios adequados (AA1000AS_2008); 3.5 Acordo do processo de assurance (contrato)
6.55 b) Para cada conteúdo, o sumário de conteúdo deverá incluir: i. o número do conteúdo (para conteúdos cobertos pelas Normas GRI); ii. o(s) número(s) de página ou URL(s) onde as informações podem ser encontradas, seja dentro do relatório ou em outros materiais publicados; iii. se aplicável, e onde for permitido, o(s) motivo(s) para omissão quando um conteúdo requerido não puder ser incluído.	não foi identificada correspondência	4.3.1 Declaração da entidade responsável pelo assurance (AA1000AS_2008)
6.56 a) Uma descrição da política e da prática correntes adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa.	5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social; 9.2 Auditoria Interna	3.1 Âmbito do processo (AA1000AS_2008); 3.1.1 documentos de divulgação abrangidos; 3.1.2 Critérios adequados; 3.1.3 Nível de assurance; 3.2 Independência e imparcialidade
6.56 b) Caso o relatório tenha sido submetido a uma verificação externa: i. Uma referência ao relatório de verificação, declarações ou pareceres externos. Se não estiver incluída no relatório de verificação que acompanha o relatório de sustentabilidade, uma descrição do que foi e não foi verificado e com base em quê, inclusive normas de verificação usadas, o nível de verificação obtido e quaisquer limitações do processo de verificação; ii. A relação entre a organização e a parte responsável pela verificação externa; iii. Se e como o mais alto órgão de governança ou altos executivos estão envolvidos na busca de verificação externa para o relatório de sustentabilidade da organização.	não foi identificada correspondência	3.2 Independência e imparcialidade (AA1000AS_2008)
	não foi identificada correspondência	3.2 Independência e imparcialidade (AA1000AS_2008)
	5.1 Liderança e compromisso; 5.2.1 Estabelecer a política de responsabilidade social	3.2 Independência e imparcialidade (AA1000AS_2008)

## II. Correspondência GRI – global reporting initiative e Índices criados por outros autores

	Global Reporting Initiative	Outros Índices (por autor)
<b>perfil organizacional</b>	1.1 nome da organização	Charity Comission (2019); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012);
	1.2 a) descrição das atividades da organização	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.2 b) Principais marcas, produtos e serviços, incluindo uma explicação de produtos ou serviços que sejam proibidos em certos mercados	Charity Comission (2019)
	1.3 Localização da sede da organização	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.4 Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais suas principais operações estão localizadas e/ou que sejam relevantes para os tópicos abordados no relatório.	Charity Comission (2019)
	1.5 Natureza da propriedade e forma jurídica.	Gandia (2011); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Dumont (2013); Charity Comission (2019)
	1.6 Mercados atendidos, incluindo: localização, setores, tipos de clientes e beneficiários	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.7 a) número total de empregados	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.7 b) número total de operações	coincidente com atividades / serviços / projetos
	1.7 c) vendas líquidas (para organizações do setor privado) ou receita líquida (para organizações do setor público)	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.7 d) capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.7 e) quantidade de produtos ou serviços oferecidos	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.8 a) Informações sobre empregados e outros trabalhadores: número total de empregados por contrato de trabalho (permanentes e temporários), por gênero; Número total de empregados por contrato de trabalho (permanentes e temporários), por região; Número total de empregados por tipo de emprego (tempo integral ou período parcial), por gênero.	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.8 b) Se uma parte significativa das atividades da organização é realizada por trabalhadores que não são empregados. Se aplicável, uma descrição da natureza e quantidade de trabalho realizado por trabalhadores que não são empregados; Quaisquer variações significativas nos números relatados anteriormente; Uma explicação de como os dados foram compilados, inclusive quaisquer premissas adotadas	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Carvalho (2016); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	1.9 Uma descrição da cadeia de fornecedores da organização, incluindo seus principais elementos em relação às atividades da organização, suas principais marcas, seus principais produtos e serviços	Gandia (2011); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Charity Comission (2019)
	1.10 Mudanças significativas no porte, estrutura, propriedade ou cadeia de fornecedores da organização	Zainon, Atan & Wah (2012) - mudanças atividades e programas; orçamento para expansão futura; Carvalho (2016) - explicar objetivos futuros; indicação de soluções para atividades com déficit; Charity Comission (2019)
	1.11 Se e como a organização aplica o princípio ou abordagem da precaução.	Charity Comission (2019)
	1.12 Uma lista de tratados, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve	Gandia (2011); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Moreno-Albarracin et al (2021)
	1.13 Uma lista de sua participação em associações mais importantes do setor ou outras associações, e em organizações nacionais ou internacionais de advocacy.	Charity Comission (2019)
<b>estratégia</b>	2.14 Uma declaração do mais alto executivo da organização (como seu CEO, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade	Charity Comission (2019); Carvalho, Ferreira & Lima (2020);
	2.15 a - j) Uma descrição dos principais impactos, tendências, riscos e oportunidades (inclui interesses, expectativas e efeitos sobre stakeholders; priorização dos principais tópicos, conclusões sobre progressos na abordagem aos tópicos econômicos, sociais e ambientais, com justificação de desvios)	Charity Comission (2019); Gandia (2011); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021); Carvalho, Ferreira & Lima (2020)
	2.15 k) tabela(s) com um resumo de metas, desempenho em relação às metas e aprendizados no período coberto pelo relatório;	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021)
	2.15 l) tabela(s) com um resumo de metas para o próximo período de relato e objetivos e metas de médio prazo (ou seja, para os próximos três a cinco anos) com relação aos principais riscos e oportunidades;	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021)
	2.15 m) uma descrição dos mecanismos de governança adotados especificamente para gerir esses riscos e oportunidades e para a identificação de outros possíveis riscos e oportunidades.	Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Charity Comission (2019)
<b>ética e integridade</b>	3.16 Uma descrição dos valores, princípios, normas e códigos de comportamento da organização	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021)
	3.17 Uma descrição de seus mecanismos internos e externos para:	
	i. solicitar orientações sobre comportamentos éticos e lícitos e sobre integridade organizacional;	
	ii. comunicar preocupações com comportamentos antiéticos ou ilícitos e com a integridade da organização.	Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Charity Comission (2019)

	<b>Global Reporting Iniciative</b>	<b>Outros Índices (por autor)</b>
	4.18 a) Estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança.	Charity Comission (2019); Gandia (2011); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021)
	4.18 b) Comitês responsáveis pela tomada de decisões em tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Charity Comission (2019); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017)
	4.19 Processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para altos executivos e outros empregados.	Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017)
	4.20 Se a organização designou um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Charity Comission (2019); Gandia (2011); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Dumont (2013)
	Se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança.	
	4.21 Processos de consulta usados entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais;	Charity Comission (2019); Gandia (2011); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Dumont (2013)
	Se a consulta for delegada, indique a quem é delegada e como o feedback é fornecido para o mais alto órgão de governança.	
	4.22 Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês (referindo também independência, mandato, número de outras funções e compromissos importantes de cada indivíduo, gênero, participação de grupos sub-representados, competência relacionadas com tópicos econômico, ambiental e social, participação dos stakeholders)	Carvalho, Ferreira, Lima (2020); Zainon, Atan, Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho, Ferreira, Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012)
	4.23 Se o presidente do mais alto órgão de governança é também um diretor executivo da organização; descrição da função e justificativa	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira, Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013); Moreno-Albarracin et al (2021)
	4.24 Critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governança	Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016)
	4.25 a) Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e gestão de conflitos de interesse; se conflitos de interesses são relevados aos stakeholders	Tremblay-Boire & Prakash (2014); Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016)
	4.26 Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos altos executivos no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, da declaração de missão, visão e valores, e das estratégias, políticas e metas relacionadas a tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Dumont (2013)
	4.27 Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016)
	4.28 a) Processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014)
<b>governance</b>	4.28 b) Se essa avaliação é independente ou não e com que frequência ela é realizada.	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014)
	4.28 c) Se essa avaliação é uma autoavaliação.	Charity Comission (2019)
	4.28 d) Medidas tomadas em resposta à avaliação do desempenho do mais alto órgão no que diz respeito aos tópicos econômicos, ambientais e sociais, incluindo, no mínimo, mudanças em sua composição e em práticas organizacionais	Zainon, Atan & Wah (2012); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Lima (2017); Charity Comission (2019)
	4.29 a) Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de tópicos econômicos, ambientais e sociais, incluindo seu papel na implementação de processos de diligência devida.	Zainon, Atan & Wah (2012); Carvalho (2016); Carvalho, Rodrigues & Lima (2017); Charity Comission (2019)
	4.29 b) A consulta a stakeholders é usada para apoiar o mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Charity Comission (2019)
	4.30 O papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014)
	4.31 Frequência com que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016)
	4.32 Órgão ou cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade da organização e garante que todos os tópicos materiais sejam abordados	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013)
	4.33 Processo adotado para comunicar preocupações cruciais ao mais alto órgão de governança	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Moreno-Albarracin et al (2021)
	4.34 a) Natureza e número total de preocupações cruciais comunicadas ao mais alto órgão de governança.	Charity Comission (2019)
	4.34 b) Mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las	Charity Comission (2019)
	4.35 a) Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a altos executivos	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Moreno-Albarracin et al (2021); Charity Comission (2019)
	4.36 Processo para determinação da remuneração	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Moreno-Albarracin et al (2021)
4.37 a) Como são solicitadas e levadas em conta as opiniões dos stakeholders em relação à remuneração. b) Se aplicável, os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração	sem correspondência	
4.38 Proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possui operações significativas e a remuneração total anual média de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago) no mesmo país.	sem correspondência	
4.39 Proporção entre o aumento percentual na remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possui operações significativas e o aumento percentual médio na remuneração total anual de todos os empregados (excluindo-se o mais bem pago) no mesmo país.	sem correspondência	

	<b>Global Reporting Initiative</b>	<b>Outros Índices (por autor)</b>
<b>envolvimento dos stakeholders</b>	5.40 Uma lista de grupos de stakeholders envolvidos na organização.	Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Moreno-Albarracín et al (2021)
	5.41 Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020)
	5.42 A base para identificar e selecionar stakeholders com quem se envolver.	Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016)
	5.43 A abordagem adotada pela organização para envolver os stakeholders, inclusive a frequência do seu envolvimento, discriminada por tipo e grupo de stakeholders, com uma indicação de algum envolvimento que tenha sido especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016)
	5.44 a) Principais preocupações e tópicos levantados durante o envolvimento de stakeholders, incluindo: medidas adotadas para os abordar e grupos de stakeholders que levantaram as preocupações	Charity Comission (2019)
<b>prática de relato</b>	6.45 a) Uma lista de todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização.	Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016)
	6.45 b) Se qualquer entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização não foi coberta pelo relatório.	Charity Comission (2019); Carvalho, Rodrigues & Branco (2017); Carvalho (2016)
	6.46 a) Uma explicação do processo adotado para definir o conteúdo do relatório e dos Limites de tópicos	Charity Comission (2019)
	6.47 Uma lista dos tópicos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.	sem correspondência
	6.48 O efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações.	Charity Comission (2019)
	6.49 Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores na lista de tópicos materiais e em Limites de tópicos.	Charity Comission (2019)
	6.50 Período coberto pelo relatório para as informações fornecidas.	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013)
	6.51 Se aplicável, a data do relatório anterior mais recente.	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013)
	6.52 Ciclo de emissão de relatórios.	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Zainon, Atan & Wah (2012); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Carvalho (2016); Dumont (2013)
	6.53 O contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.	Gandia (2011); Carvalho, Ferreira & Lima (2020); Tremblay-Boire & Prakash (2014)
	6.54 A declaração feita pela organização, se preparou um relatório em conformidade com as Normas de algum referencial	Charity Comission (2019)
	6.55 a) O sumário de conteúdo, que especifica cada uma das Normas usadas e lista todos os conteúdos incluídos no relatório.	sem correspondência
	6.56 a) Uma descrição da política e da prática correntes adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa.	Gandia (2011); Tremblay-Boire & Prakash (2014); Dumont (2013)
	6.56 b) Caso o relatório tenha sido submetido a uma verificação externa, juntar parecer; indicar relação entre a organização e a entidade externa; indicar se mais alto órgão de governance esteve envolvido na seleção da entidade externa	Gandia (2011); Tremblay-Boire & Prakash (2014)

### III. Questionário usado para a recolha de dados



#### Secção A: Condição de Participação

Esta investigação é exclusiva para IPSS - instituições particulares de solidariedade social

**A1. A sua organização tem estatuto de IPSS?**

sim

não

#### Secção B: Caracterização da Organização

**B1. Qual a forma jurídica da sua organização?**

Associação

Associação Mutualista

Cooperativa

Misericórdia

Fundação

**B2. Qual o número de colaboradores (independentemente do tipo de vínculo ou contrato)?**

menos de 10

de 10 a 49

de 50 a 249

250 ou mais

**B3. Qual o número médio de voluntários que participam regularmente?**

**B4. Qual o número aproximado de beneficiários (utentes) apoiados pela IPSS?**

**B5. Qual o ano de constituição da IPSS?**



**B6. Qual o local da sede da sua organização?**

- Norte
- Centro
- Área Metropolitana de Lisboa
- Alentejo
- Algarve
- Região Autónoma dos Açores
- Região Autónoma da Madeira

**B7. Qual o número de serviços e/ou respostas sociais da sua organização?**

**B8. Qual o valor médio do orçamento da sua organização?**

- menos de 500.000€
- de 500.000€ a 1.500.000€
- de 1.500.001€ a 5.000.000€
- de 5.000.001€ a 30.000.000€
- mais de 30.000.000€

**B9. Tem algum sistema de gestão certificado na sua organização?**

- Não
- Sim, ISO9001
- Sim, EQUASS
- Sim, Manuais Instituto de Segurança Social
- Outro

Outro

### **Secção C: Perfil do respondente**

**C1. Qual a função (cargo) que desempenha atualmente na organização?**

- Presidente ou Vice-presidente da Direção (voluntário)
- Presidente ou Vice-presidente da Direção (assalariado)
- Tesoureiro ou Secretário da Direção (voluntário)



Tesoureiro ou Secretário da Direção (assalariado)	<input type="checkbox"/>
Diretor Geral, Diretor Executivo, Diretor Financeiro, Coordenador Geral	<input type="checkbox"/>
Diretor Técnico, Coordenador Técnico	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>

Outro

**C2. Há quanto tempo desempenha a função (cargo) na organização?**

há menos de 3 anos	<input type="checkbox"/>
entre 3 e 6 anos	<input type="checkbox"/>
entre 7 e 10 anos	<input type="checkbox"/>
entre 11 e 15 anos	<input type="checkbox"/>
há 15 ou mais anos	<input type="checkbox"/>

**Secção D: Indicadores para a Divulgação Voluntária**

Este grupo apresenta um conjunto de indicadores relativos à divulgação voluntária da informação que é prestada pelas organizações ao nível mundial. Identifique se, na sua organização, divulga ou não essa informação e classifique a importância que lhe dá, independentemente de divulgar (ou não)

**D1. PERFIL ORGANIZACIONAL Divulgação**

	Divulga	Não divulga
Nome completo da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atividades, serviços, respostas sociais, projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Localização / morada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Forma jurídica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Total colaboradores e voluntários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Explicação dos valores dos rendimentos: prestações de serviços (mensalidades), subsídios e donativos (nome do financiador ou doador e montante)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Explicação dos valores dos gastos totais (com indicação dos gastos com maior peso no resultados)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Explicação dos valores do maior passivo e do maior ativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número de clientes ou beneficiários por atividade, serviço, resposta social ou projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número de colaboradores por género, tipo de contrato, afetação (total ou parcial)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



	Divulga	Não divulga
Número de voluntários por género, tipo de contrato, afetação (total ou parcial)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais fornecedores: nome, produtos ou serviços que fornecem bem como o seu valor (€)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudanças significativas que ocorreram ou que ocorrerão (por exemplo: na localização, dimensão / estrutura, propriedade / corpos sociais, forma jurídica, cadeia de fornecedores)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Declarações e/ou cartas e/ou normas e/ou códigos externos que a organização subscreve	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de estatutos e regulamentos internos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lista de sociedades, associações, federações, confederações e similares que a organização integra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## D2. PERFIL ORGANIZACIONAL Importância

	nada importante	pouco importante	indiferente	importante	muito importante
Nome completo da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atividades, serviços, respostas sociais, projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Localização / morada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Forma jurídica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Total colaboradores e voluntários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Explicação dos valores dos rendimentos: prestações de serviços (mensalidades), subsídios e donativos (nome do financiador ou doador e montante)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Explicação dos valores dos gastos totais (com indicação dos gastos com maior peso no resultados)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Explicação dos valores do maior passivo e do maior ativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número de clientes ou beneficiários por atividade, serviço, resposta social ou projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número de colaboradores por género, tipo de contrato, afetação (total ou parcial)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número de voluntários por género, tipo de contrato, afetação (total ou parcial)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais fornecedores: nome, produtos ou serviços que fornecem bem como o seu valor (€)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudanças significativas que ocorreram ou que ocorrerão (por exemplo: na localização, dimensão / estrutura, propriedade / corpos sociais, forma jurídica, cadeia de fornecedores)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Declarações e/ou cartas e/ou normas e/ou códigos externos que a organização subscreve	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de estatutos e regulamentos internos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lista de sociedades, associações, federações, confederações e similares que a organização integra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



### D3. ESTRATÉGIA

	Divulga	Não divulga
Mensagem da direção que aborde a relevância da sustentabilidade para a organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais impactos (económicos, ambientais e sociais), riscos e oportunidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Expectativas e interesses das partes interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos económicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos ambientais (por exemplo: consumos de água, consumos de eletricidades, uso de energias renováveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempenho financeiro e a sustentabilidade dos últimos 3 a 5 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metas e resultados com justificações de desvios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metas para o próximo período de relato (1 ano) e para o médio prazo (3 a 5 anos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação desenvolvida a colaboradores e voluntários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### D4. ESTRATÉGIA

	nada importante	pouco importante	indiferente	importante	muito importante
Mensagem da direção que aborde a relevância da sustentabilidade para a organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais impactos (económicos, ambientais e sociais), riscos e oportunidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Expectativas e interesses das partes interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos económicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos ambientais (por exemplo: consumos de água, consumos de eletricidades, uso de energias renováveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais conclusões sobre o desempenho e progresso em termos de impactos sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempenho financeiro e a sustentabilidade dos últimos 3 a 5 anos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metas e resultados com justificações de desvios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metas para o próximo período de relato (1 ano) e para o médio prazo (3 a 5 anos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação desenvolvida a colaboradores e voluntários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**D5. ÉTICA**

	Divulga	Não divulga
Comportamento e/ou valores e/ou princípios e/ou normas e/ou códigos de conduta da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mecanismos internos e externos em relação a ética e integridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**D6. ÉTICA**

	nada importante	pouco importante	indiferente	importante	muito importante
Comportamento e/ou valores e/ou princípios e/ou normas e/ou códigos de conduta da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mecanismos internos e externos em relação a ética e integridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**D7. GOVERNANCE**

	Divulga	Não divulga
Estrutura de governance (direção, conselho de administração), incluindo departamentos ou comissões (por exemplo: organograma)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nome das pessoas que compõem o mais alto órgão de governance e dos seus comités, comissões ou departamentos, responsabilidades e descrição da carreira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se há acumulação de cargos de direção com funções executivas (por exemplo: diretor geral, diretor financeiro, diretor executivo, coordenador, diretor técnico, entre outros similares)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O modo como a direção ou conselho de administração previne ou gere os conflitos de interesse	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reporte dos conflitos de interesses às partes interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos económicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos ambientais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudanças na composição dos órgãos sociais ou de gestão e/ou nas práticas organizacionais, na sequência da avaliação do desempenho da organização em termos económicos, ambientais e sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos económicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos ambientais (por exemplo: consumos de água, consumos de electricidades, uso de energias renováveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os meios / instrumentos que as partes interessadas podem utilizar para comunicar preocupações (sugestões, reclamações) cruciais à direção ou conselho de administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tipologia e número total de preocupações (sugestões, reclamações) comunicadas à direção ou conselho de administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se os órgãos sociais (direção ou conselho de administração) são ou não remunerados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As remunerações aplicadas a diretores / coordenadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



## D8. GOVERNANCE

	nada importante	pouco importante	indiferente	importante	muito importante
Estrutura de governance (direção, conselho de administração), incluindo departamentos ou comissões (por exemplo: organograma)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nome das pessoas que compõem o mais alto órgão de governance e dos seus comités, comissões ou departamentos, responsabilidades e descrição da carreira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se há acumulação de cargos de direção com funções executivas (por exemplo: diretor geral, diretor financeiro, diretor executivo, coordenador, diretor técnico, entre outros similares)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O modo como a direção ou conselho de administração previne ou gere os conflitos de interesse	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reporte dos conflitos de interesses às partes interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos económicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos ambientais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação do desempenho da direção ou conselho de administração em tópicos / assuntos sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mudanças na composição dos órgãos sociais ou de gestão e/ou nas práticas organizacionais, na sequência da avaliação do desempenho da organização em termos económicos, ambientais e sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos económicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos ambientais (por exemplo: consumos de água, consumos de electricidades, uso de energias renováveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Análise da eficácia dos processos de gestão da organização para tópicos / assuntos sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os meios / instrumentos que as partes interessadas podem utilizar para comunicar preocupações (sugestões, reclamações) cruciais à direção ou conselho de administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tipologia e número total de preocupações (sugestões, reclamações) comunicadas à direção ou conselho de administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se os órgãos sociais (direção ou conselho de administração) são ou não remunerados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As remunerações aplicadas a diretores / coordenadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## D9. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

	Divulga	Não divulga
As partes interessadas envolvidas na organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O modo como envolve / ausculta / consulta as partes interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais preocupações levantadas pelas partes interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



### D10. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

	nada importante	pouco importante	indiferente	importante	muito importante
As partes interessadas envolvidas na organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O modo como envolve / ausculta / consulta as partes interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Principais preocupações levantadas pelas partes interessadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### D11. PRÁTICAS DE RELATO

	Divulga	Não divulga
Contacto para perguntas sobre o conteúdo do relatório	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se o relatório, no seu todo, foi submetido a uma verificação externa e partilham os pareceres obtidos (conselho fiscal não se considera verificação externa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O relatório anual, com informação social e ambiental, está disponível no site da organização ou noutros meios de publicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### D12. PRÁTICAS DE RELATO

	nada importante	pouco importante	indiferente	importante	muito importante
Contacto para perguntas sobre o conteúdo do relatório	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se o relatório, no seu todo, foi submetido a uma verificação externa e partilham os pareceres obtidos (conselho fiscal não se considera verificação externa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O relatório anual, com informação social e ambiental, está disponível no site da organização ou noutros meios de publicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Secção E: Grau de Divulgação

### E1. Classifique, numa escala de 0 (-) a 10 (+)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Na sua opinião, qual o grau de divulgação de informação (financeira, ambiental e social) da sua instituição para o exterior (stakeholders)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Muito obrigada pela sua colaboração.**